CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO

Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Brasília, 05 e 06 de março de 2009.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4
INTRODUÇÃO 5
A crise econômica mundial e os desafios para o Brasil 5
ABERTURA 6
Destaques da fala do Presidente da República 6
Ministro José Múcio Monteiro 8
Conselheiro Paulo Godoy. 8
MESA REDONDA "NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL" 9
Ministra Dilma Rousseff – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República 9
Ministro Guido Mantega – Ministro da Fazenda 11
Ministro Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central 12
Comentários 12
CONFERÊNCIA "DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO" 16
Professora Maria da Conceição Tavares 16
Destaques da fala do Relator 18
MESA DE DIÁLOGO "O PAPEL DO ESTADO NO MUNDO PÓS-CRISE E OS DESAFIOS DO ESTADO BRASILEIRO" 19
O papel do Estado no mundo pós-crise - Ignacy Sachs 19
Uma crise de percepção - James Galbraith 20
Brasil e a Recessão Global do Século XXI - Jan Kregel 22
Em defesa da refundação do Estado – Márcio Pochmann 22
As dificuldades para prever a extensão da crise – Luciano Coutinho 23
Destaques da fala do Relator 24
Comentários 26
MESA DE DIÁLOGO "O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO E OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL" 29
A Atualidade da Crise - Jorge Beinstein 30
É preciso mudar e aprofundar o Mercosul – Gerardo Caetano 31
A posição do Brasil sobre a integração regional – Marco Aurélio Garcia 32
Destaque da fala do Relator 32
Comentários 33
MESA DE DIÁLOGO "GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E PERSPECTIVAS DE UM NOVO SISTEMA DE FINANCIAMENTO E REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL" 35
Descompasso entre riqueza e renda – Octávio de Barros 36
Problemas com a oscilação cambial – Oriovista Guimarães 37
Uma das tarefas da crise: acabar com os "bancos zumbis" – Robert Guttmann 38
Velocidade da crise exige rapidez nas decisões - Luiz Fernando de Paula 39
Destaque da Fala do Relator 40

Comentários 41
MESA DE DIÁLOGO “NOVO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS” 43
Investimentos em infraestrutura e energias limpas - Otaviano Canuto.....44
O mundo precisa mais do que nunca das agências multilaterais - Rogério Studart...45
Aspectos da democracia interna no FMI - Paulo Nogueira Batista.....46
Destaque da Fala do Relator.....46
Comentários 47
ENCERRAMENTO.....51

ANEXOS:
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, 29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES 52
Discurso do Ministro José Múcio Monteiro, na Mesa de Abertura do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento 59
Discurso do Conselheiro Paulo Godoy na Mesa de Abertura do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento. 61
Crise financeira: riscos e oportunidades - Ladislau Dowbor.....64
Composição do CDES 86

APRESENTAÇÃO

O **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento** foi realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos dias 05 e 06 de março do ano corrente, reunindo, além dos Conselheiros e Conselheiras do CDES outras lideranças sociais e políticas; especialistas brasileiros e internacionais; representantes do governo e de organismos multilaterais.

Tendo como pano de fundo a crise financeira internacional, o Seminário buscou aprofundar a análise sobre questões o padrão de desenvolvimento brasileiro, o papel do Estado, a integração entre os países a regulação do sistema financeiro internacional e os desafios das instituições financeiras multilaterais.

A **Publicação do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento** é um esforço conjunto da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (ABDI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras. A Publicação apresenta um relato das palestras e debates, além de um artigo escrito pelo Professor Ladislau Dowbor, a partir do conteúdo do Seminário.

Sem pretender esgotar toda a riqueza de informações apresentadas nos dois dias de trabalho, a Publicação coloca à disposição da sociedade brasileira importantes subsídios e reflexões ali gerados, com o propósito de ampliar o debate sobre o momento atual e sobre o projeto de desenvolvimento estratégico para nosso País.

O entendimento é que o desenvolvimento é responsabilidade de atores sociais e governo; é fruto da vontade coletiva do conjunto da sociedade. O desenvolvimento vai além, portanto, da retomada do crescimento econômico e é indissociável da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, da busca da solidariedade internacional e da ação coordenada.

INTRODUÇÃO

A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E OS DESAFIOS PARA O BRASIL

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) vem debatendo o tema da crise econômica mundial desde março de 2008. O debate sobre desenvolvimento, contudo, acompanha as reuniões do CDES desde sua criação. O seminário realizado em Brasília, nos dias 5 e 6 de março, teve como objetivo central aprofundar esse debate, procurando consolidar um diagnóstico sobre as origens, a natureza, os desdobramentos e os possíveis impactos da crise no Brasil. O CDES escolheu como fio condutor desse debate um desafio estratégico colocado para a economia brasileira: diante do cenário de uma grave crise sistêmica mundial, qual o projeto de desenvolvimento desejado para o país. Esse espaço, que reúne representantes de diferentes setores da sociedade, foi criado justamente para construir uma agenda de problemas e propostas de soluções. A crise atual renovou dramaticamente a atualidade dessa agenda.

Desde que os períodos de crescimento acelerado que caracterizaram os primeiros anos do século 21 foram abalados pela crise financeira internacional, que eclodiu em setembro de 2008, a discussão sobre entraves à Globalização Financeira e perspectivas de um novo arcabouço de financiamento e regulação do Sistema Financeiro Internacional tornou-se pauta de reuniões entre líderes internacionais, acadêmicos e diferentes grupos da sociedade civil organizada. A crise global teve como epicentro o desmoronamento do sistema financeiro norte-americano que rapidamente contaminou economias desenvolvidas e em desenvolvimento de todos os continentes, mostrando sua gravidade e seu caráter de crise estrutural e sistêmica em curtíssimo espaço de tempo,

O período de investimentos maciços, demanda internacional excepcional, rápido crescimento do comércio exterior, viabilizados pelo crédito abundante e barato e pela extraordinária liquidez internacional, se esgotou. Os bancos e fundos globalizados com produtos cada vez mais sofisticados – *hedge funds*, derivativos e securitização, por exemplo – alimentaram o *boom* econômico, mas protagonizaram, também, a crise que rapidamente contaminou os países desenvolvidos. A ilusão de "descolamento" das economias emergentes ruiu. Com o crédito escasso e consumo em queda nos mercados desenvolvidos, os países emergentes, embora alavancados pelo desenvolvimento recente de seus mercados domésticos, passaram a enfrentar dificuldades para garantir a sustentabilidade da balança "financiamento *versus* produção" e estão à procura de alternativas para não serem arrastados pela desaceleração global.

Os Conselheiros e Conselheiras do CDES organizaram este seminário na expectativa de colher subsídios para qualificar o assessoramento ao Presidente da República e contribuir para informar a sociedade sobre temas polêmicos de médio e longo prazos, tais como:

- A crise a situação do Brasil diante da crise
- Desafios para o Desenvolvimento Brasileiro
- O Papel do Estado no mundo pós-crise
- Novo padrão de desenvolvimento
- A integração latinoamericana: possibilidade de desenvolvimento
- Um novo sistema de financiamento e regulação para o sistema financeiro internacional
- Entendimento e cooperação multilateral
- Novo papel das instituições financeiras multilaterais.

1º DIA - 05/03/2009

ABERTURA

- **Excelentíssimo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva**
- **Ministro José Múcio Monteiro** - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- **Paulo Godoy** – Conselheiro do CDES, Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABDIB)**.**

Destaques da fala do Presidente da República[1]

"Entendimento e cooperação multilateral"

A defesa de um novo padrão de cooperação multilateral entre as nações foi consenso entre os participantes do seminário. Na abertura do encontro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou essa urgência e os erros que a colocaram na ordem do dia. "Temos aqui uma antecipação do que o mundo precisa: o nome desse requisito é entendimento político, cooperação multilateral. Só assim poderemos atravessar esse período". Esta necessidade, destacou o presidente, tem como fundamento um diagnóstico básico: a crise colocou um ponto final em um ciclo de mais de duas décadas de equívocos e fraudes cometidos em nome do "Deus mercado". "É preciso destacar a atuação de todos aqueles que resistiram à agenda do Estado mínimo. A crise atual consagra uma agenda de desenvolvimento".

O presidente brasileiro chamou a atenção para a proposta de orçamento fiscal anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, qualificando-a como um "novo idioma político que fortalece e resgata a agenda da democracia política, do desenvolvimento e da justiça social". Na América do Sul, ressaltou, essa agenda vem conquistando importantes vitórias políticas desde 2003. Ela mostra, argumentou, que a política não é o oposto da eficiência e que o Estado não é o estorvo do desenvolvimento. Muito pelo contrário, no cenário atual ela aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre o papel do Estado na construção de um projeto de desenvolvimento. "A reordenação mundial exigida pela crise transcende a esfera de soluções técnicas e unilaterais. Em certo sentido, vai além da esfera dos espaços nacionais", defendeu.

"Estamos diante do extraordinário"

A importância da Política como instrumento privilegiado para enfrentar o cenário de crise e a adoção dos valores do multilateralismo e da cooperação como diretrizes permanentes compuseram o pano de fundo da maioria das propostas apresentadas no encontro. "Estamos diante do extraordinário, soluções de rotina não servem", resumiu Lula. Outro diagnóstico recorrente apontou para as armas de que o Brasil dispõe para enfrentar a crise e que colocam o país num cenário relativamente privilegiado. O presidente destacou algumas delas: reservas em torno de US$ 200 bilhões que funcionam como um cinturão de segurança; um sistema de bancos estatais fortalecidos; o fato de o BNDES ter voltado a ser um banco de desenvolvimento; a política de fortes investimentos na construção civil patrocinada pela Caixa Econômica Federal.

[1] Ver Anexo I para o discurso completo.

Após apontar tais condições, o presidente lançou um desafio aos empresários brasileiros: o de realizar as obras nas quais o governo federal irá investir. Uma delas, exemplificou, é a construção de um milhão de moradias populares para a população de baixa renda. “A grande novidade para nós é que o Brasil não precisa de dinheiro externo para fazer os investimentos que precisa. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se já não existisse, teria que ser criado. Chegamos a isso, entre outras coisas, estimulando a formação de um mercado de massas por meio de políticas públicas destinadas a aumentar o poder de compra do salário mínimo”. Ao fazer essa observação, Lula voltou a chamar a atenção para a importância da dimensão política no enfrentamento da crise. “O que diferencia esse ciclo é que sua continuidade não depende só da economia, mas da ampliação da democracia política no Brasil”.

O legado do “choque de gestão”

Um dos desafios políticos mais importantes no processo da crise será impedir a eclosão de uma onda protecionista no comércio mundial, problema este destacado pelo presidente brasileiro. “Não podemos passar de um vale tudo financeiro para um vale tudo protecionista que nos jogaria numa crise mais grave do que aquela que resultou na Segunda Grande Guerra. Estou convencido que a saída para a crise só acontecerá se os governantes assumirem o papel de governantes de seus países”. Um dos obstáculos para isso, advertiu, é que as duas últimas décadas foram marcadas pela apatia. “As pessoas eram eleitas sob a égide do mercado. O Estado era apontado como algo que atrapalhava o desenvolvimento. Muitos dirigentes passaram o mandato inteiro repetindo isso, falando em choque de gestão”. A crise atual mostra que o que esse discurso conseguiu foi aplicar um choque quase mortal na economia.

A pesada herança deixada pelos adeptos do Estado mínimo e do choque de gestão foi ironizada pelo presidente. “Aqueles que sabiam tudo até a crise, ficaram sem saber nada com a crise. E aí o Estado (por eles demonizado) foi chamado a socorrê-los. Ninguém sabe até hoje quantos trilhões de dólares atravessaram os oceanos. E hoje esses trilhões desapareceram. O setor financeiro ficou dissociado do setor produtivo das nações. Essa é a oportunidade dos governantes voltarem a governar e dos Estados voltarem a formular políticas de desenvolvimento”. E, mais do que nunca, os governantes precisarão voltar a governar. Além do risco de uma onda protecionista de repercussões imprevisíveis, há outras tarefas urgentes como a regulação do sistema financeiro internacional e o restabelecimento do crédito no mundo.

Para o presidente brasileiro, uma das condições para atingir esses objetivos é não contemporizar na avaliação sobre o que está acontecendo. “Lembro quando as delegações do FMI vinham aqui e diziam o que podíamos e devíamos fazer. Quando começamos a enxergar com nossos próprios olhos, começamos a nos recuperar”. Lula expressou otimismo acerca da travessia do Brasil na crise e definiu o que não pretende fazer: “Não me peçam para que os trabalhadores paguem a crise outra vez, arrochando salários. É preciso distribuir renda para que a economia cresça”, pontuou, citando, como exemplos, programas como o *Bolsa Família*, o *Luz para Todos* (que já beneficia 2 milhões de pessoas) e o fortalecimento da agricultura familiar. “Não sabemos tudo o que precisa ser feito, mas sabemos o que não queremos: arrocho salarial e contingenciamento de recursos”, concluiu.

Ministro José Múcio Monteiro[2]

Ministro da Secretaria de Relações Institucionais e secretário-executivo do CDES, José Múcio Monteiro localizou o Seminário no Âmbito do esforço do CDES de debate sobre a crise financeira internacional e de geração de propostas e recomendações para proteção da dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda.

Destacou o desafio colocado pelo Seminário de consolidar uma perspectiva sistêmica e de longo prazo, para que o enfrentamento da crise possa conduzir ao aperfeiçoamento das instituições, à maior articulação entre os governos e ao diálogo entre os povos, contribuindo para a construção de um mundo menos desigual, mais sustentável e solidário.

Apontou questões para o debate durante os dois dias do seminário como a manutenção do fluxo de crédito e dos investimentos públicos, a proteção do emprego e da renda dos trabalhadores; o aprofundamento e qualificação do processo de integração entre os países da América do Sul; e o papel das instituições multilaterais.

Para o Ministro José Múcio, o consenso do CDES é sobre a oportunidade de entendimento nacional em torno de uma agenda positiva voltada para o desenvolvimento do país. O diálogo é a ferramenta deste processo, incluindo os diversos pontos de vista e interesses; mobilizando a vontade coletiva e gerando soluções que atendam ao conjunto da população. “O tempo das verdades absolutas impostas aos países acabou. O futuro está em aberto”.

Conselheiro Paulo Godoy[3].

O Conselheiro do CDES Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) falou na abertura do Seminário, em nome do conjunto de conselheiros do CDES. O Conselheiro defendeu a necessidade de retomar o debate sobre a *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, promovido pelo Conselho, em 2004. Para Godoy, a Agenda deve andar de mãos dadas com a concepção de um “Estado ágil, democrático e produtor de solidariedade entre União, Estados e Municípios”. Ele reconheceu que nos últimos anos houve inegáveis avanços na redução da desigualdade social, aumento da renda e do emprego, crédito habitacional, inclusão bancária e sistema de financiamento, destacando, neste último ponto, o papel que vem sendo desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Por outro lado, Godoy apontou uma lista de propostas em torno das quais ainda se deve avançar. Entre elas, citou a necessidade de uma reforma do Sistema Tributário Nacional, a ampliação da escolaridade média da população, a queda das taxas de juros, a redução das desigualdades regionais, a diminuição do custo do capital, a estabilização do câmbio, o aumento do crédito para investimentos, a ampliação do Conselho Monetário Nacional e o fortalecimento dos bancos públicos. Enfatizando a gravidade do momento por que passa a economia mundial, ele resumiu: “Efeitos de cem anos de várias crises concentraram-se agora em uma única crise”. Para o Conselheiro do CDES, depois desta crise emergirá um novo mundo, onde valores mudarão de nome e conceitos serão alterados, dando origem a uma nova ordem internacional.

---

[2] Ver Anexo II para o integra do discurso do Ministro José Múcio.

[3] Ver Anexo III para integra da fala do Conselheiro Paulo Godoy.

MESA REDONDA "NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO, ESTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL"

Coordenação: **Ministro José Múcio Monteiro** - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Palestrantes:

1. **Ministra Dilma Rousseff** – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
2. **Ministro Guido Mantega** – Ministro da Fazenda
3. **Ministro Henrique Meirelles** – Presidente do Banco Central**.**

Comentários:

- **João Paulo dos Reis Velloso** - Conselheiro do CDES, Presidente do Fórum Nacional e ex Ministro do Planejamento
- **Jorge Gerdau Johannpeter** - Conselheiro do CDES, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau
- **Jorge Nazareno** - Conselheiro do CDES, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
- **José Antônio Moroni** - Conselheiro do CDES, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais – ABONG, membro do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
- **Luiza Helena Trajano** - Conselheira do CDES, Superintendente do Magazine Luiza
- **Rodrigo Loures** - Conselheiro do CDES, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Ministra Dilma Rousseff – Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. [4]

Modelos de crescimento no Brasil

A Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, falou sobre os desafios colocados para o Brasil construir um novo padrão de desenvolvimento em meio a uma das mais graves crises econômicas mundiais da história. Qual a exigência do "novo" exatamente? Para contextualizar essa questão, a Ministra relembrou os recentes ciclos econômicos da história do país. Nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, houve um período de alto crescimento com a montagem de cadeias produtivas e de projetos de infraestrutura. No entanto, assinalou Dilma Rousseff, foi um modelo fortemente concentrador de renda, com alto endividamento externo e exclusão social. O país apresentou elevadas taxas de crescimento que não vieram acompanhadas, porém, pela redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Já no ciclo que marcou as décadas de 1980 e 1990, optou-se pela estabilidade, pela valorização do curto prazo e pela aceitação dos ajustes propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em um cenário de grande instabilidade externa. Neste período, agravou-se a concentração de renda e a exclusão e ocorreu o deslocamento para o setor privado de algumas funções do Estado. Na avaliação da Ministra da Casa Civil, um dos

[4] Exposições dos Ministros disponíveis sob a forma de degravações das falas e/ou *power point* apresentados pelos palestrantes no sítio http://www.cdes.gov.br.

principais problemas deixados pelas políticas implementadas neste período foi a destruição de importantes instrumentos de gestão e planejamento. O Estado perdeu capacidade de planejar e pensar o longo prazo. Além disso, a vulnerabilidade externa do país aumentou, significativamente, fragilizando a economia e diminuindo a capacidade de investimentos na infraestrutura nacional.

A redução da vulnerabilidade externa foi justamente uma das prioridades do governo Lula, a partir de 2003, observou Dilma Rousseff. A Ministra elencou algumas das conquistas obtidas pelo atual governo: queda da relação dívida pública/PIB; ampliação do crédito; ampliação do emprego e da renda dos setores mais pobres da população, favorecendo a criação de um mercado de consumo de massas; combate às desigualdades regionais com investimentos pesados nas regiões Norte e Nordeste; fortalecimento da Agricultura Familiar; políticas de inclusão social favorecendo milhões de brasileiros, como o *Bolsa Família*, *Luz para Todos* e *Territórios da Cidadania*. Por meio dessas políticas, defendeu a Ministra, o atual governo trabalha por um padrão de desenvolvimento baseado em quatro eixos centrais: crescimento, estabilidade, equidade e garantia de direitos.

Esse modelo, enfatizou, depende de um Estado atuante com um valor estratégico básico: o estabelecimento de parcerias com o setor privado. Além disso, trabalha com dois grandes eixos de atuação: programas sociais e políticas de desenvolvimento. Através dos primeiros, constituiu-se uma rede de proteção social com a inclusão de milhões de brasileiros no mercado consumidor. As transferências sociais passaram de 5% a 6% do PIB para 8% a 9%. Um dos principais resultados dessas escolhas, exemplificou Dilma Rousseff, foi a passagem, nos últimos anos, de aproximadamente 20 milhões de pessoas para a chamada "classe média". No terreno das políticas de desenvolvimento, a Ministra destacou um ponto que muitas vezes é esquecido neste debate: investimento em educação. O estabelecimento de um piso salarial para os professores, o fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a ampliação do número de escolas profissionais foram apontados por Dilma Rousseff como políticas centrais do *Plano de Desenvolvimento da Educação* (PDE).

O PAC e os gargalos na infraestrutura

Já no plano da infraestrutura, citou a retomada dos investimentos na indústria naval, os investimentos em inovação, ciência e tecnologia e o conjunto de projetos que compõem o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC). "O PAC não é um projeto isolado, não é uma lista de obras e tampouco uma peça de *marketing*", defendeu a ministra. "O PAC pretende resolver gargalos na infraestrutura do país e trabalhar pela desconcentração regional de renda. Não é um fim em si mesmo. O que se quer com esse programa é aumentar a eficiência de todo o sistema", explicou. Entre os gargalos, citou a precariedade dos serviços públicos em áreas fundamentais como energia, abastecimento de água e saneamento básico.

Projetos de infraestrutura, ressaltou, não se fazem apenas com o Orçamento Geral da União. "Eles exigem a participação do setor privado, que já é muito importante e tem que ser ainda maior. O PAC permitiu que a engenharia nacional recompusesse sua estrutura", destacou. Dilma Rousseff citou como exemplos de projetos que exigem maior participação do setor privado, os da implementação de trens de alta velocidade, dos biocombustíveis e do etanol.

Até 2010, disse ainda a ministra, o conjunto de investimentos previstos para o PAC envolverá recursos da ordem de R$ 1,148 trilhões. Neste conjunto, incluem-se, entre outras obras e projetos, a reconstrução do sistema ferroviário nacional, a exploração de petróleo na área do pré-sal ("queremos exportar derivados petroquímicos e não petróleo bruto", informou), o aumento da produção de energia renovável na matriz energética brasileira (explorando fontes como biomassa e energia eólica, entre outras) e o aumento

da rede de saneamento no país. “Estamos trabalhando com um horizonte de longo prazo para os investimentos. A crise está sendo transmitida ao Brasil por um choque de crédito, mas estamos preparados para enfrentá-la. O PAC é um dos principais instrumentos do governo para enfrentar os efeitos negativos da crise”, concluiu a Ministra Dilma Rousseff.

Ministro Guido Mantega – Ministro da Fazenda

O quadro de deterioração da economia mundial

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também analisou a situação do Brasil no atual cenário econômico mundial, assinalando, em primeiro lugar, que a evolução da crise financeira nos Estados Unidos segue indefinida. Mas, segundo Mantega, estamos assistindo a uma deterioração acelerada da economia mundial. No entanto, assegurou, o Brasil reúne condições mais favoráveis para enfrentar seus efeitos. “O Brasil foi um dos últimos a sentir o impacto da crise e pode ser um dos primeiros a sair dela”. O Ministro forneceu alguns números para dar a exata dimensão da deterioração a que se referiu. Os prejuízos de bancos no epicentro da crise, contabilizados pelo FMI, chegam a US$ 792 bilhões (esse valor deve ser ainda maior). A queda do Citigroup exemplifica a gravidade da crise. Um dos ícones do capitalismo mundial, o banco valia US$ 103,4 bilhões, em agosto de 2008. Hoje vale apenas US$ 8,2 bilhões.

A redução da produção industrial e do comércio mundial deverá ser de 40%, previu Mantega. E a queda do PIB mundial em 2009, segundo estimativa da revista *The Economist*, deverá chegar a 1,9%. Diante destes números, a nova abordagem dos economistas, acrescentou, é trabalhar com três cenários: um ruim, um péssimo e outro catastrófico. Os elementos que compõem tais cenários envolvem queda dos investimentos, retração do crédito, fluxo negativo de capitais e perda de confiança com drástica mudança de expectativas. Apesar disso, o Ministro expressou otimismo sobre a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil, destacando como uma das principais condições favoráveis a estabilidade política e institucional brasileira.

A situação do Brasil diante da crise

Além desta, há fatores econômicos que alimentam o otimismo do Ministro Mantega. Nos últimos três anos, a economia brasileira vem se beneficiando com o crescimento dos investimentos (10% em 2006; 13,3% em 2007 e; 14% em 2008). O aumento do consumo interno é outra arma para enfrentar a crise. Hoje, destacou, cerca de 52,6% da população encontra-se na classe média. No plano macroeconômico, Mantega destacou a solidez fiscal do país (o superávit primário em 2008 foi o maior dos últimos anos, chegando a 4,5%) e a redução da dívida pública brasileira para 36,5% do PIB. “Teremos que cortar gastos correntes para manter investimentos”, admitiu, mas “reduzimos nossa vulnerabilidade externa e mantivemos nossas reservas quase intactas”.

O risco Brasil, acrescentou, vem caindo mais do que o dos demais países considerados emergentes, o Real está relativamente estável e o país registrou até aqui um impacto menor no setor de produção de veículos leves (nos EUA, em janeiro de 2009, essa queda foi de 36,9%, em relação a janeiro de 2008, enquanto que no Brasil a queda no mesmo período foi de 8,1%). Na avaliação do Ministro da Fazenda, a situação do emprego no Brasil também é melhor do que no resto do mundo. “A projeção para 2009 é que as admissões serão superiores às demissões em cerca de 20%”.

O Ministro Guido Mantega também citou a situação do sistema financeiro brasileiro como um dado positivo para o enfrentamento da crise, especialmente o fato de que o Brasil possui hoje bancos públicos sólidos, responsáveis por cerca de 35% do total de crédito no país. Mantega acredita que esse número pode aumentar ainda mais. “O crédito imobiliário representa apenas 3,5% do PIB e tem uma grande capacidade de crescimento”, exemplificou. Além disso, apontou a autonomia energética brasileira como outro fator que

ajudará o país a atravessar esse período de forte turbulência global. “São esses círculos de defesa que resguardam a economia brasileira”, assegurou.

O Brasil não repetirá, garantiu o titular da Fazenda, o comportamento adotado por outros governos em crises anteriores. Lembrou que esse comportamento consistia basicamente em elevar os juros, cortar investimentos e promover arrocho salarial. Mantega disse que, graças à atual solidez macroeconômica, o Brasil poderá implementar políticas anticíclicas. Será feito um aporte adicional de R$ 100 bilhões ao BNDES que, em 2009, terá ao todo R$ 168 bilhões para investimentos. Por outro lado, reconheceu que há um conjunto de problemas a solucionar. Um deles é a falta de crédito e o custo financeiro elevado, especialmente para pequenas e médias empresas. Outro é a retração do comércio internacional, que afetará o Brasil. Diante desse quadro, a prioridade do governo, garantiu, será trabalhar para manter o nível de emprego e estimular o investimento.

Ministro Henrique Meirelles – Presidente do Banco Central

O Brasil vai crescer mais que a média mundial

Ao analisar as possibilidades da economia brasileira atravessar a crise de modo menos traumático do que deve ocorrer com a maioria dos outros países, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, chamou a atenção para a importância de entender a natureza da crise, seus canais de transmissão e o modo como tais canais se relacionam com o Brasil. Meirelles lembrou que a crise começou no mercado imobiliário dos EUA, com uma forte alta da inadimplência, problema que acabou se alastrando para outros setores. Os efeitos mais imediatos dessa transmissão são o aumento do custo do crédito no mundo, o aumento do desemprego e a queda do consumo nos EUA, três fenômenos que estão acontecendo neste momento. Em um outro plano, a crise fez com que o valor de mercado dos bancos dos EUA despencasse e continue caindo. O presidente do Banco Central advertiu para outro problema que está no horizonte: o risco de bancarrota do sistema bancário dos países do Leste Europeu, que deverá repercutir principalmente na Europa.

O Brasil, assinalou o presidente do BC, entrou na crise crescendo fortemente, com um aumento de cerca de 6,8% na demanda doméstica. Assim como Guido Mantega, Meirelles citou como dados positivos o volume das reservas internacionais do Brasil (US$ 205,1 bilhões de dólares em 2008) e a redução da vulnerabilidade externa (a dívida externa brasileira está hoje na casa dos US$ 80 bilhões). Considerando estes números e os canais de transmissão da crise, como ela poderá afetar o Brasil? Para responder tal pergunta, Meirelles lembrou que o principal canal de propagação da crise é o crédito. Com os gravíssimos problemas que enfrentam, os bancos dos EUA concentraram o crédito no mercado doméstico e cortaram-no para o resto do mundo. Esta medida terá repercussões negativas em toda a economia mundial.

Mas o presidente do BC repetiu o otimismo expresso nas intervenções anteriores. Para ele, o Brasil vai crescer menos do que nos últimos anos, mas vai crescer mais do que a média mundial e sair da crise mais forte. Isso, concluiu, graças à estabilização da economia, a uma política fiscal responsável e ao aumento dos investimentos públicos.

Comentários

“O que cabe às lideranças nacionais fazer frente à crise”

Ao comentar os cenários apresentados na Mesa inaugural do Seminário, o Conselheiro do CDES, João Paulo do Reis Velloso destacou de forma resumida os quatro pontos que considera relevantes quando se trata do papel a ser desempenhado pelas lideranças nacionais diante da crise: i) Liderança para propor rumos, sugerir opções e mobilizar a

nação; ii) Mobilizar para quê? Principalmente, para fazer opções: queremos a opção errada, como na altura de 1820, quando deixamos de integrar-nos à revolução industrial e mantivemos o modelo simplesmente agroexportador? Oportunidade perdida, advertiu. Ou oportunidade aproveitada, como nos anos 1930, quando a indústria brasileira cresceu 10% a.a., e mudamos o modelo exportador; iii) Queremos ser a "nau dos insensatos" cada um cuidando dos próprios interesses e com isso ao final cometendo suicídio? Ou queremos tentar a conciliação, negociando antes de demitir, evitando o neoprotecionismo próprio e lutando contra o neoprotecionismo dos outros, aproveitando oportunidades, para sair da crise melhor que os outros países? Iv) Vamos propor, dialogar, negociar, fazer alianças? Ou vamos fazer a "marcha da insensatez", em que o país age contra os próprios interesses e depois segue a "marcha da quarta-feira de cinzas"?

Continuando sua fala o ex-ministro enfaticamente indagou: Afinal o que somos: somos líderes – governamentais, intelectuais, empresariais, sindicais, da sociedade civil -, ou somos expectadores, criminosamente egoístas, "vendo a banda passar"? Concluiu sua fala afirmando: "A opção é nossa. E o ponto chave é: vamos liderar? Cada um vai fazer a sua parte?"

"Confiança é a palavra-chave"

Em seguida, o empresário e Conselheiro do CDES Jorge Gerdau, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, apontou o que chamou de "circuito da não-confiança" como um problema central a ser enfrentado. Para ele, confiança é uma palavra-chave para enfrentar a crise e a falta dela uma das piores coisas que poderia acontecer. A mesma posição foi defendida pela Conselheira Luiza Helena Trajano, presidente do Magazine Luiza. "A crise é também de confiança. Temos que ter algumas atitudes positivas diante da crise. Temos vergonha, por exemplo, de dizer que o Brasil está bem e o país está indo bem", afirmou.

Outro risco apontado por Gerdau foi o da falta de governança global para enfrentar a situação atual. Citou como exemplo a ausência de uma articulação entre os principais bancos centrais do mundo para a adoção de medidas comuns. Se o mundo não se estruturar para esse período pós-globalização financeira, as coisas ficarão muito difíceis, previu. Quanto à situação do Brasil, o empresário acredita que as principais limitações estão fora do país. A Embraer, exemplificou, depende totalmente do mercado internacional; se este não funcionar, não adianta. Gerdau culpou, por fim, a irresponsabilidade e a falta de governança como fatores responsáveis pela crise. "Os governos não exerceram seu papel de fiscalização e regulação", criticou.

"Qual é mesmo o Brasil que queremos?"

Já o Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, criticou as empresas que estão demitindo trabalhadores como forma de enfrentar a crise. "Apesar do crescimento da economia brasileira nos últimos anos, agora as empresas fazem demissões, com cortes secos". Protestou ainda que não está havendo nenhum debate das empresas com os trabalhadores. "A relação entre capital e trabalho precisa ser mais debatida dentro do Conselho. Está faltando respeito aos trabalhadores", criticou. O sindicalista defendeu a redução da jornada de trabalho como instrumento contra a crise e a redução das taxas de juros. "Eu não vi do Ministro Meirelles nenhuma comparação entre as taxas de juros do Brasil e as de outros países", assinalou, referindo-se à intervenção do presidente do Banco Central. Por fim, Jorge Nazareno fez uma declaração de apoio irrestrito ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em sua luta pela defesa da Reforma Agrária brasileira.

A menção à Reforma Agrária como uma política imprescindível para um projeto de desenvolvimento encontrou eco na declaração do Conselheiro José Antonio Moroni, coordenador do Fundo Nacional de Assistência Social. Moroni mencionou outros temas que, na sua avaliação, deveriam frequentar esse debate: exclusão social, falta de acesso ao saber, falta de acesso às riquezas produzidas por todos, democracia e poder político, o modelo de produção e consumo e a criminalização dos movimentos sociais. “Falar de desenvolvimento não é falar apenas de política econômica. Qual é mesmo o novo padrão de desenvolvimento que queremos? Será que temos consenso sobre o Brasil que queremos?” – indagou.

“O esgotamento das receitas ditas liberais”

O Conselheiro Rodrigo Loures, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), falou em seguida fazendo uma análise bastante detalhada sobre o momento pelo qual o mundo passa e o que vai exigir de todos os atores sociais. Ele acredita que o Brasil tem plenas condições de atravessar a tormenta, mas, para isso, “é imperativo aplicarmos nossas competências para tratar a crise a partir de uma nova visão. Precisamos ver que estamos vivenciando um momento de inflexão do sistema econômico global”.Houve uma clara mudança de sinal e o Brasil precisa estar atento a este movimento, destacou.

“Muito antes de a atual crise atingir a dimensão que assumiu, após a quebra do Lehman Brothers”, assinalou ainda, “já era flagrante o esgotamento das receitas ditas liberais que buscavam se colocar como modelos de desenvolvimento para os países emergentes e subdesenvolvidos”. A síntese de tal esgotamento veio a público com a publicação do relatório do Banco Mundial sobre o Crescimento, em 2008, no qual há o reconhecimento, por instituições internacionais e economistas de diferentes formações, de que não havia mais uma receita única para o desenvolvimento. A avaliação isenta dos casos de países que conseguiram sustentar longos períodos de crescimento durante o século XX indicava que havia, e segue havendo, muitos caminhos possíveis para o desenvolvimento e que muitas destas trajetórias pressupunham uma articulação exitosa entre Estado e mercado que a crise sancionou.

A crise colocou na mesa a necessidade de uma nova agenda, mas por duas razões não será simples responder o que ela conterá, enfatizou. “Em primeiro lugar, porque a crise subverte as prioridades. O urgente urgentíssimo é a sobrevivência no curto prazo. As questões do médio e longo prazos sucumbiram ante a necessidade de dar respostas à escalada de falências, ao colapso do mercado financeiro, ao desemprego e à desorganização da produção e do comércio. Em segundo lugar, não há clareza do que é a nova agenda de desenvolvimento, porque não voltaremos ao mundo do pós-segunda guerra. O ressurgimento de um certo ‘keynesianismo’ não significa a retomada da relativa maior autonomia dos estados nacionais daquele período. Muitas das novidades das últimas décadas vieram para ficar, como o deslocamento de uma parte importante da produção manufatureira para a Ásia, em especial para a China, ou ainda a forte interdependência das principais economias, expressa na velocidade com que essa crise se espalhou pelo mundo”.

“Se a nova agenda do desenvolvimento ainda demorará a ser posta com clareza, a crise vai exigir um esforço gigantesco de gestão de política econômica e de rearranjo institucional para ser superada. O sucesso ou não de seu enfrentamento será ditado pela capacidade das economias desenvolvidas de fazer com que seus sistemas financeiros voltem a funcionar de forma adequada. Uma tarefa visivelmente complexa e delicada, que pode estar sujeita a novos choques em função da contaminação de instituições financeiras de fora dos Estados Unidos ou da dificuldade em financiar países com elevados déficits em conta corrente”, concluiu Loures.

Por fim, indagou: “será que nós, saberemos organizar nossas ações de curto prazo com um olhar que vá além do horizonte? “Sabemos que nossas carências são amplas e que em termos estruturais precisamos fazer algumas apostas. Mas podemos ficar no que é consenso entre nós”. Loures apontou três questões que, na sua visão, estão na linha de frente de nossos dilemas: i) a infraestrutura, onde os gargalos se acumulam e há carências e oportunidades de investimento; ii) a agenda da educação, campo em que nosso desempenho fica aquém de muitos dos países latinoamericanos; e iii) a agenda da inovação, um consenso frágil, porque sabemos que é relevante, mas não conseguimos dar passos decisivos e claros em direção ao futuro.

É possível organizar uma agenda de enfrentamento à crise que dê respostas a estas questões? – indagou. “Creio que sim. E creio que seria muito melhor do que comprometermos a capacidade fiscal com medidas de menor sustentabilidade e que tornem ainda mais rígidas nossas amarras orçamentárias”.

CONFERÊNCIA "DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO"

Conferencista: **Professora Maria da Conceição Tavares** – Economista, foi Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-RJ), Professora Associada da Universidade de Campinas (Unicamp) e Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Relator: **Germano Rigotto** – Conselheiro do CDES, foi Deputado Federal e Governador do Estado do Rio Grande do Sul (PMDB-RS).

Professora Maria da Conceição Tavares

A conferência da Professora Maria da Conceição Tavares tratou dos desafios colocados para o desenvolvimento brasileiro. A economista definiu a crise atual como sendo "a síntese de todas as crises e maluquices que eles já fizeram". "Eles" são os Estados Unidos, no caso. Para Conceição Tavares, se é verdade que os EUA podem fazer o que quiserem para tentar superar a crise, é verdade também que seu futuro depende hoje, fundamentalmente, da Ásia, em especial da China. Ela disse não acreditar em uma intervenção pesada no sistema financeiro por parte do governo norte-americano. "Os EUA não têm tradição de intervenção. Isso não ocorreu nem na crise de 1930. O que houve naquela época foi, no máximo, um cerceamento de Wall Street", resumiu.

Sobre as consequências para o Brasil, afirmou que "é uma guerra de resistência; e o Brasil tem condições de segurar o manche e agüentar". Enfatizou, também, que a crise certamente vai afetar nossa balança de pagamentos e que a dúvida é se o setor privado investirá num quadro de recessão mundial. Uma das grandes vantagens do Brasil, destacou, é a existência de empresas públicas fortes e de três grandes bancos públicos, Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (Caixa) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES, o BB e a Caixa podem gerar contrapesos à contração do crédito internacional, propiciar capital de giro e investimentos com contrapartida de garantia de emprego. Basta ter determinação política.

"O que temos hoje (Petrobras, Banco do Brasil, etc.) vem da era Vargas. Fernando Henrique Cardoso (FHC) perdeu a aposta. Felizmente. Senão, estaríamos rastejando, como está o México". Por outro lado, advertiu que não é possível falar hoje de uma "refundação do Estado desenvolvimentista" ou de uma "remontagem da indústria pesada". Isso porque, entre outras razões, não há uma hegemonia na sociedade brasileira. Não há hegemonia sequer na burguesia nacional. "A pressão externa está internalizada no país. Temos uma sociedade heterogênea que não tem um projeto nacional. Incluímos 20 milhões na classe média baixa, mas é a classe média baixa. E os 10 milhões de cima, o que querem?" – perguntou. Essa heterogeneidade reflete-se também, acrescentou, no comportamento do Banco Central e na sua relação com o sistema financeiro. "O nosso Banco Central tem uma tradição que decorre da crise de 1980. A partir deste período, passamos a adotar a metodologia do FMI para tratar do déficit fiscal (que considera, por exemplo, investimentos públicos como gastos)".

Essa heterogeneidade, porém, não se constitui em um obstáculo intransponível para enfrentar a crise. "Temos fôlego e não precisamos do FMI", sublinhou Conceição Tavares, classificando o PAC como uma política de infraestrutura para valer. O governo tem fôlego financeiro suficiente para acionar a demanda e o investimento por meio de uma engrenagem de quatro pilares: as políticas sociais; a nova política habitacional; as obras do PAC – que alavancam a conjuntura e corrigem as desigualdades da estrutura regional; e a Petrobras que nos dá auto-suficiência em óleo e ao mesmo tempo mantém

encomendas que podem sustentar faixas do parque industrial. “É um erro considerar o PAC como uma política anticíclica. Mais da metade do PAC é para depois de 2010. Com esse programa, temos uma política mais equalizadora do ponto de vista da diminuição das desigualdades regionais, e mais eficiente. Espero que esses programas perdurem para além de 2010”. Na avaliação da economista, um dos principais problemas que o Brasil tem que resolver está relacionado à situação das regiões metropolitanas, que necessitam de investimentos públicos pesados. O problema é que investimentos em saneamento, transporte metropolitano e segurança precisam de uma engrenagem muito grande entre União, estados e municípios. “Não temos tradição disso”.

A sorte, ressaltou a economista, é que temos o núcleo duro de um Estado de seguridade social (o que seria mencionado mais tarde também pelo economista chefe do Bradesco, Octavio de Barros). “Diziam que a Constituição de 1988 iria tornar o Brasil ingovernável (pelo acréscimo de direitos). Foi justamente o contrário. Vejam o exemplo do governo Bachelet, no Chile, que só pode voltar a discutir seguridade pública, depois que a seguridade privada faliu. O Estado de bem-estar social tem que ser preservado”. Além do fortalecimento desse sistema de proteção social, Maria da Conceição Tavares defendeu a necessidade de aprofundar as políticas de educação. “Precisamos intensificar a educação como regra. Jovens de 12 a 18 anos têm muita dificuldade para conseguir emprego. É assim mesmo, não tem jeito. O que precisamos fazer é intensificar a educação desses jovens. Juventude e emprego são dois problemas centrais com os quais devemos nos preocupar”.

Por outro lado, a economista criticou as propostas de corte de gastos de custeio e de adoção de políticas de ajuste fiscal contra a crise. “Os grandes gastos de custeio são os das políticas universais (educação e saúde, por exemplo). Vão querer voltar atrás? Nós estamos percorrendo o caminho que países como Argentina, Chile e Uruguai percorreram no início do século passado. Depois, eles sucumbiram ao delírio neoliberal e quebraram a cara. Nós entramos muito tarde neste delírio. A nossa tradição de país tardio nos ajudou neste caso. Não fizemos o que Argentina, Chile e Uruguai fizeram. Quando olho para 2010, o que mais me preocupa é o fiscalismo de um dos candidatos”. Conceição Tavares também criticou as demissões coletivas em empresas fortemente subsidiadas com dinheiro público e descartou a possibilidade de uma Reforma Tributária em meio a uma crise mundial da economia.

Se o cenário nacional não é motivo de pessimismo para a economista, o mesmo não ocorre com o panorama mundial. “Não é bom o quadro. A parte política é que me preocupa mais. Aparentemente, todo mundo virou keynesiano. Mas isso não é verdade”. “O que precisamos fazer agora”, defendeu, “é reduzir aceleradamente os juros para chegar ao patamar que está sendo adotado internacionalmente”. E criticou o conservadorismo do Banco Central, que seria mais conservador que os normalmente conservadores bancos centrais de outros países. “Nós temos dentro do Brasil uma nação que é a Petrobras e um feudo inimigo, o Banco Central. Isso vem de longe, desde a ditadura. Quando Delfim Netto era ministro, também não mandava no BC. Aliás, o próprio presidente dos Estados Unidos não maneja seu banco central. Somos vítimas de uma ideologia conservadora de juros. No mundo, todos se espantam com a nossa ortodoxia, mesmo o Banco Central Europeu, um dos mais conservadores de todos. É um vício público que se tornou privado”, concluiu.

Destaques da fala do Relator

Após a intervenção da professora Maria da Conceição Tavares, o conselheiro Germano Rigotto ressaltou que tanto a professora quanto o Ministro Guido Mantega (Fazenda) concordam em um ponto: o Brasil tem vantagens em relação a outros países do mundo para enfrentar a crise econômica. Ele lembrou ainda alguns problemas citados pelo Ministro da Fazenda que precisam de enfrentamento: 1) falta de crédito e elevado custo financeiro; 2) retração do comércio internacional e questões que envolvem o próprio Mercosul; 3) manutenção do nível de emprego; e 4) estímulo ao investimento.

Em relação ao alto custo financeiro e escassez de crédito, o conselheiro Germano Rigotto lembrou aos participantes do Seminário que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em suas recomendações ao Presidente da República sobre medidas que deveriam ser adotadas pelo país diante da crise, sugeriu que o espaçamento entre as reuniões do Copom, que hoje ocorrem a cada 45 dias, seja diminuído durante o período de crise. Essa medida traria mais agilidade para que algumas ações emergenciais sejam tomadas, caso da redução acelerada da taxa básica de juros.

MESA DE DIÁLOGO "O PAPEL DO ESTADO NO MUNDO PÓS-CRISE E OS DESAFIOS DO ESTADO BRASILEIRO"

Coordenadora: **Tânia Bacelar -** Conselheira do CDES, Professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Relator: **Lincoln Fernandes** - Conselheiro do CDES, Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Palestrantes:

1. **Ignacy Sachs** – Economista, referido como Ecossocioeconomista, dirige o Centro de Estudos sobre Brasil Contemporâneo na França.
2. **James Galbraith** – Professor da *The Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, University of Texas.*
3. **Jan Kregel** – Economista do *Levy Economics Institute of Bard College*, foi Chefe da Área de Desenvolvimento e Análise de Políticas no Departamento de Economia e Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas.
4. **Márcio Pochmann** - Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
5. **Luciano Coutinho** – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Comentários:

- **Antoninho Trevisan** - Conselheiro do CDES, Presidente das Empresas Trevisan e da Trevisan Escolas de Negócio
- **José Lopez Feijóo** - Conselheiro do CDES, Membro da Diretoria Executiva da Central Única dos Trabalhadores - CUT Nacional
- **Luiz Carlos Delben Leite** - Conselheiro do CDES, Presidente da Fort Knox
- **Paulo Speller** - Conselheiro do CDES, Ex-Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso

O papel do Estado no mundo pós-crise - Ignacy Sachs

Ignacy Sachs, diretor do Centro de Estudos sobre Brasil Contemporâneo na França, foi o primeiro a falar na Mesa "O papel do Estado no mundo pós-crise e os desafios do Estado brasileiro". E iniciou sua participação concordando com uma afirmação feita pouco antes por Maria da Conceição Tavares, a saber, a de que não é verdade que todo mundo virou keynesiano depois da crise econômica mundial. "Investir em habitação popular ou em bombas de hidrogênio, ambas as coisas podem ser consideradas políticas keynesianas mas são diferentes". Ou seja, os entusiasmados com um suposto retorno do keynesianismo em escala global deveriam enquadrar esse entusiasmo em um contexto mais amplo. Esse diagnóstico está baseado, entre outras coisas, na idéia de que o que estamos assistindo agora não se limita a uma crise econômica. Sachs trabalha com a idéia de três crises: crise financeira, crise do modelo de globalização financeira assimétrica e crise ambiental.

Para o economista, referido na verdade como um "ecossocioeconomista", essas três crises conjugadas requerem soluções simultâneas e a construção de um novo paradigma energético e de um novo padrão de consumo que contemple a redução do desperdício de

energia. Além disso, disse Sachs, a crise nos obriga a repensar que tipo de Estado queremos. Sobre esse ponto, a suposta unanimidade keynesiana apresenta muitas rachaduras. “Há aqueles que querem simplesmente restabelecer a situação anterior. E há aqueles que estão em busca de novos caminhos”, resumiu. Sachs está neste último grupo e acredita que o Brasil tem um conjunto formidável de ativos para trabalhar nesta direção. Destacam-se neste conjunto de ativos: população economicamente ativa superior à soma de idosos e crianças; parque industrial preservado (o que não ocorreu na maioria das economias submetidas ao modelo neoliberal); vasto território e tecnologia para explorá-lo de forma sustentável; liderança na produção de alimentos e de bioenergia; estoque de capital suficiente e um poderoso mercado interno.

A atual crise econômica mundial, observou, marca o ápice de um processo de esgotamento dos mais importantes modelos de desenvolvimento que dominaram o cenário mundial após a Segunda Guerra Mundial. O comunismo se desmoronou com a queda do Muro de Berlim. A crise financeira anuncia o início do fim do neoliberalismo. Por sua vez, a social-democracia permanece estagnada em um atoleiro teórico e político. Isso significa, alertou, que estamos todos convocados a inventar novos modelos, a buscar novos caminhos.

A partir dessas considerações, Sachs propôs cinco alavancas para construir um projeto de desenvolvimento para o Brasil:

1. Debate sobre o projeto nacional, a partir da idéia de que é necessário restaurar a capacidade de planejamento;
2. Construção de parcerias por meio de um diálogo quadripartite, reunindo representantes do governo, dos empresários, dos trabalhadores e da sociedade civil;
3. Implementação de políticas sociais voltadas à redução das desigualdades. Fortalecer e aprimorar programas sociais evoluindo das políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, para geração de oportunidades. Citou como exemplos dessas políticas de geração de oportunidades o programa Territórios da Cidadania do governo federal e grandes obras reunidas em programas como o PAC. Há espaço, defendeu, para PACs locais e iniciativas de garantia de emprego no território, como vem ocorrendo na Índia. Para Sachs, os *Territórios da Cidadania* são uma espécie de irmão-gêmeo do PAC. Trata-se, segundo ele, de iniciativas indissociáveis em um projeto de reordenação econômica e social que aproveite as demandas da crise para legitimar novos motores de crescimento;
4. Investimento em pesquisa e em redes de tecnologias sociais e de estímulo às práticas de economia solidária;
5. Ação internacional articulada para a construção de uma nova ordem econômica internacional, reforçando laços com países numa perspectiva Sul-Sul.

Uma crise de percepção - James Galbraith

Se Ignacy Sachs acrescentou duas novas dimensões para pensar a crise econômica, o economista James Galbraith, professor da *The Lyndon B. Johnson School of Public Affais (University of Texas)* agregou uma terceira. Para ele, parte da solução para os problemas atuais passa pela compreensão de que estamos vivendo também uma crise de percepção. A primeira coisa a notar nos acontecimentos dos últimos meses, assinalou Galbraith, é a violência e o escopo da queda econômica nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e na Rússia. “A era da globalização foi abruptamente interrompida pelo colapso do comércio mundial. Essa crise foi prevista por pouquíssimos economistas. A maioria não conseguiu prever o que estava por vir por causa de um processo de amnésia

histórica. Apesar de tudo o que estamos vendo, a mente neoliberal presume que tudo vai voltar ao normal. Voltar ao normal? Essa percepção é um dos obstáculos hoje para uma resposta eficiente contra a crise", afirmou.

Essa crise, acrescentou, não é resultado de um choque do petróleo ou algo do tipo. "Ela emergiu quando bancos importantes olharam para suas carteiras e viram que tinham envenenado sua própria água". O resultado desse envenenamento foi o colapso no sistema de empréstimo interbancário. Esse processo, segundo Galbraith, lembra em alguns pontos a crise de 1930, mas tem elementos novos. "Nos Estados Unidos, vimos o crescimento de um Estado predador, com práticas radicais de desregulamentação. Os mercados celebraram e recompensaram esse comportamento. As práticas fraudulentas tiraram as não fraudulentas do mercado". Agora, embora todos reconheçam que essa crise é mais séria e diferente das demais, poucos ajustaram seu pensamento e suas respostas para as interrogações que estão colocadas no cenário mundial. A idéia de que vamos voltar ao normal, enfatizou o economista, é uma das principais manifestações dessa crise de percepção.

"As pessoas aprendem devagar. As sociedades também. Muito tempo vai passar antes que as pessoas aceitem a verdade sobre o que aconteceu", previu Galbraith. Ele apontou outra idéia equivocada utilizada na caracterização da crise: o crédito é um fluxo que está bloqueado. "O crédito não é um fluxo, mas sim um contrato que exige que os compradores tenham algo promissor para tomar esse crédito. É por isso que dar dinheiro aos bancos não cura a doença dos bancos. A razão pela qual os bancos não estão concedendo crédito é que há uma escassez de oportunidades promissoras de investimento, ou de tomadores de empréstimo com garantias apropriadas, com imóveis valorizados ou outras garantias".

As medidas necessárias, prosseguiu o economista, são aquelas que o governo Obama está relutando em tomar. O Estado deve assumir o controle, fazer auditorias e ver quais bancos devem sobreviver. A resistência a esse tipo de ação, ainda segundo Galbraith, deriva de um outro equívoco, o daqueles que defendem que o Estado não deve intervir. "O Estado não intervém na economia, ele é parte da economia, desempenhando um papel estratégico de sistematização".

A ausência desse papel, assim como a falta de uma coordenação global para enfrentar a crise só vai favorecer os mais fortes, não contribuindo para a solução dos problemas. Galbraith lembrou que na Grande Depressão de 1929, a solução adotada pelo governo dos EUA foi a de investir na construção de uma rede de proteção social. "O *New Deal* não foi uma invenção de Keynes. O que o Estado fez naquele período foi procurar reduzir o risco e aumentar o padrão de vida na base da pirâmide econômica, por meio de instrumentos de garantia de depósitos, da implementação de um sistema de assistência e segurança social, de investimentos em educação e de medidas para estabilizar a indústria e a agricultura". Lidar com a pobreza, concluiu, é uma das formas mais eficazes de se lidar com uma crise econômica, muito mais eficaz do que simplesmente dar dinheiro aos bancos ou grandes empresas. "Deste modo é possível restaurar os fluxos de renda, de capital, e a capacidade de tomada de empréstimo da população e do sistema como um todo".

Como se luta contra a pobreza, contra a desigualdade? Justamente expandindo a rede de segurança social. Na Grande Depressão de 1929, praticamente toda iniciativa de maior porte se tratou de um meio de reduzir o risco, distribuindo-o e aumentando o padrão de vida na base da pirâmide econômica. Garantias de depósitos, o sistema de assistência e segurança social, as medidas para estabilizar a indústria e a agricultura, tudo foi nesse sentido, e foi assim que os EUA conseguiram sair da pior fase da crise econômica, destacou Galbraith.

Brasil e a Recessão Global do Século XXI - Jan Kregel

As manifestações otimistas sobre as possibilidades brasileiras diante da crise encontraram uma voz dissonante em Jan Kregel, economista do *Levy Economics Institute of Bard College* e ex-chefe da Área de Desenvolvimento e Análise de Políticas no Departamento de Economia e Assuntos Sociais da ONU. Kregel jogou areia no otimismo brasileiro. "Durante a crise do México, dizia-se que não iria acontecer nada com o Brasil. Agora escuto a mesma coisa. Em geral, essa é a reação brasileira. Em quase qualquer crise internacional, a resposta inicial brasileira é de que o Brasil é muito forte e não será afetado. O Brasil será afetado, e mais do que geralmente se reconhece.". Definindo o estouro da crise nos EUA como uma tentativa de substituir o mercado de capitais por mercados de crédito, ele explicou assim seu pessimismo:

"A força da economia brasileira está baseada em políticas de curto prazo que estavam sendo beneficiadas pelo modelo que fracassou. O Brasil foi beneficiado pela bolha financeira global e pelas políticas que adotou neste período: altas taxas de juros, superávit fiscal, atração de fluxo de capitais estrangeiros. O aumento das reservas também se deveu a fatores externos que não existem mais. É importante ter em mente que essas coisas que beneficiaram o Brasil não estarão mais presentes".

Os bancos brasileiros, prosseguiu Kregel, não entraram no cassino enlouquecido de derivativos porque o Brasil forneceu uma taxa de retorno muito maior que a dos derivativos. Até agora, assinalou, as respostas do Estado brasileiro à crise caminham no sentido de tentar preservar a situação anômala dos altos juros e atração de investimento externo, o que é insustentável no médio prazo e totalmente insuficiente para se proteger da crise global.

Para ele, a resposta mais eficaz à crise reside na série de programas estruturantes propostos agora pelo governo brasileiro. Programas como o PAC, os Territórios da Cidadania, o Plano de Desenvolvimento da Educação, as políticas de estímulo às empresas de pequeno e médio porte e programas de garantia de emprego que já vem sendo implementados em alguns países. No entanto, advertiu, as políticas de curto prazo têm suplantado as de médio e longo prazo, que ainda são sacrificadas pela política de curto prazo de estabilidade macroeconômica à custa de altos juros. Contra essa situação, Kregel defendeu a necessidade de articulação entre as políticas de curto, médio e longo prazos, privilegiando os programas geradores de emprego e renda e os programas educacionais e de capacitação profissional, de ciência e tecnologia & inovação. Concluiu reforçando a idéia de que o governo deve desenvolver mais ações para aumentar o nível de emprego, usando, até mesmo programas oficiais para transformar o setor público em "empregador de última instância."

Em defesa da refundação do Estado – Márcio Pochmann

Em sua intervenção, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Márcio Pochmann, defendeu que a crise é estrutural. O fracasso do modelo neoliberal reforça a necessidade de se construir um novo tipo de Estado. Os fundamentos da governança global estão comprometidos: antes os países possuíam empresas; hoje as empresas possuem países.

Pochmann lembrou que, em 2009, estamos completando 24 anos de experiência democrática ininterrupta no Brasil, a mais longa experiência de um país de baixa cultura em relação ao papel do Estado. Até aqui, observou, prevaleceu uma visão mecânica que não se cansa de repetir que mais Estado significa menos mercado e vice-versa. A crise atual, destacou, está mostrando que é justamente o contrário. "Hoje sabemos que menos Estado resulta em menor mercado". Diante da tempestade que se abateu sobre o sistema financeiro mundial, aqueles que defendiam o Estado mínimo não hesitaram em pedir o socorro do suposto vilão.

No Brasil, as políticas privatizantes implementadas pelos defensores do Estado mínimo reduziram a participação dos bancos públicos de mais de 50% para cerca de um terço da disponibilidade do crédito doméstico. Além disso, lembrou Pochmann, a transferência de empresas públicas para o setor privado respondeu por 15% do PIB e pela destruição de mais de 500 mil postos de trabalho. Agora, acrescentou, estamos diante de uma crise sistêmica e estrutural e não basta propor mais uma reforma do Estado. "Precisamos de uma refundação do Estado. O modelo de produção e consumo é inviável porque degrada o meio ambiente e coloca em risco a espécie humana. As bases de financiamento dos últimos 20 anos estão comprometidas e precisam ser radicalmente reformuladas. Os fundamentos da governança global também. Assistimos hoje a grandes distorções como o fato de as três maiores corporações do planeta apresentarem um faturamento igual ao do Brasil. Neste cenário, as saídas para a crise passam necessariamente pela reformulação do Estado", defendeu o presidente do IPEA.

Para Pochmann, duas questões desafiam esse debate sobre o papel do Estado. Em primeiro lugar, defendeu, é preciso reconhecer que estamos diante de um novo padrão civilizatório, com novas formas de organização do trabalho.

"Na sociedade pós-industrial que está sendo conformada, temos ganhos crescentes de produtividade imaterial e novos ganhos de excedentes econômicos. A relação do trabalho com a vida está mudando, com ingresso no mercado de trabalho depois de 25 anos, possibilidade de educação para a vida toda e um trabalho menos dependente da sobrevivência. Essa é a realidade dos filhos das camadas mais ricas da população". Uma República que mereça esse nome, acrescentou, é sinônimo de igualdade de direitos e de oportunidades, e deve abrir a possibilidade desse mundo a todas as pessoas.

Aqui entra a segunda questão referida por Pochmann, que está relacionada à concepção funcionalista da educação, hoje dominante. Ele defendeu a necessidade de superar essa concepção na direção de uma educação continuada para toda a vida. "A nova sociedade pós-industrial abre a possibilidade de uma expectativa de vida ao redor dos 100 anos de idade, abrindo também uma perspectiva civilizatória superior, com educação para a vida toda e uma relação mais criativa com o trabalho". Mas como expandir essas possibilidades para o conjunto da população? Para o presidente do IPEA, uma das principais medidas é a ampliação do fundo público, a partir da tributação sobre o excedente adicional gerado por novas fontes de riqueza. Essa ampliação é que permitirá a expansão dos serviços públicos de saúde e educação.

Não seria a primeira vez que isso acontece, lembrou. No século XIX, os fundos públicos correspondiam a aproximadamente 5% do PIB. No século XX, esse índice subiu para algo entre 25% e 45% do PIB. No século XXI, dada as condições e demandas citadas acima, essa exigência subiria para algo em torno de dois terços do PIB. Obviamente, tal mudança exigiria uma nova relação do Estado com o mercado. Os problemas apresentados pela atual crise econômica mundial, concluiu Pochmann, apresentam também uma oportunidade para realizar uma profunda mudança do Estado e de sua relação com o mercado e a sociedade. Existem muitas possibilidades. Nos últimos 25 anos as grandes empresas sufocaram a competição.

O Estado precisa reinventar o mercado com competição ampla, com pequenos e médios empreendimentos. É preciso haver uma concorrência cooperativa. Tudo isso requer nova estrutura bancária. É preciso prover assistência massificada. Nunca tivemos tão próximos de poder construir algo similar. Esse seria, então, um dos desafios centrais do período em que vivemos hoje.

As dificuldades para prever a extensão da crise – Luciano Coutinho

No encerramento do painel sobre o papel do Estado diante da crise, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho,

alertou para a ameaça de um longo período de estag-deflação e para a dificuldade de prever as consequências da crise. Mesmo assim, arriscou uma previsão: "provavelmente teremos crescimento negativo da economia mundial em 2009 e em 2010 e depois disso o crescimento do PIB deve ser muito baixo". A crise deriva de um colapso do sistema financeiro dos países centrais.

Coutinho chamou a atenção para o comprometimento de recursos públicos nos EUA, até aqui, contra a crise: cerca de US$ 9 trilhões, sendo que deste total, aproximadamente US$ 2 trilhões já foram efetivamente gastos. O presidente do BNDES classificou como "algo quase surreal" a nacionalização do setor financeiro em curso em vários países, inclusive na maior potência capitalista do planeta, os Estados Unidos. Um dos resultados desse processo, observou, é que os Estados nacionais sairão desta crise brutalmente endividados e as moedas dos países centrais muito provavelmente ficarão debilitadas.

"Estamos assistindo apenas aos primeiros capítulos de uma grande crise", resumiu. "Sem uma forte intervenção do Estado, em larga escala, não há saída". Luciano Coutinho admitiu que os países em desenvolvimento estão sendo fortemente afetados pela crise, com a queda do preço de *commodities*; a retração do crédito; a redução do fluxo de capitais de quase US$ 900 bilhões para algo em torno de US$ 100 a – US$ 150 bilhões destinados a investimentos diretos em 2009. "Apenas alguns poucos países terão acesso a esses escassos recursos", advertiu. Na avaliação do presidente do BNDES, serão beneficiadas as economias com maior mercado interno e com capacidade de financiamento doméstico, como a China e a Índia. A Rússia vive uma grande crise cambial.

Nos anos 1930, lembrou, quando ocorreu a Grande Depressão, o Brasil estava em condições bem piores e conseguiu enfrentar a turbulência. Coutinho apontou as vantagens comparativas que o Brasil apresenta hoje. "O setor financeiro está em melhor condição. Temos algum espaço para políticas anticíclicas e política monetária. Há um espaço inegável para a queda da taxa de juros. Outras vantagens são os investimentos previstos pelo PAC e as extraordinárias possibilidades de exploração de petróleo e gás". A sustentação do mercado interno é essencial para sustentar o investimento.

Quanto ao papel do Estado neste cenário, Luciano Coutinho defendeu a necessidade de retomar a capacidade de planejamento de longo prazo. Agora, em meio à crise, é necessária a política industrial para gerar competitividade. Mas é preciso pensar a longo prazo, construindo capacidade institucional e instituições. Segundo o presidente do BNDES, não há experiência bem sucedida de desenvolvimento sem planejamento, políticas de desenvolvimento regional e uma equipe de funcionários do Estado, permanente e qualificada.

Destaques da fala do Relator

O relator da mesa, Conselheiro Lincoln Fernandes resumiu os principais pontos discutidos pelos palestrantes. Sobre a fala do Professor Ignacy Sachs destacou sua análise sobre a percepção de três crises – uma crise financeira, uma crise de globalização assimétrica e uma crise ambiental – que requerem soluções simultâneas: i) eficiência no uso dos recursos (cortar desperdícios); ii) substituição de energia fóssil por energia renovável e iii) geração de trabalho descente. Sobre a questão da continuidade da trajetória de crescimento brasileiro o relator ressaltou que Sachs acredita que o Brasil poderá crescer com "oportunidade de mudanças estruturais, com a adoção de políticas socialmente includentes, e ambientalmente sustentáveis"

Ao comentar a fala de James Galbraith, o relator chamou a atenção para sua posição sobre a interrupção da era da globalização e sobre a possibilidade da crise manifestar-se de forma mais aguda em países emergentes e com maiores plataformas exportadoras, embora tenha contaminado todo ambiente mundial na medida em que a responsabilidade

da crise advém, na sua opinião, da transferência do poder regulador para os agentes predadores do mercado. Lembrou que o Professor Galbraith considera a previsão de que iremos voltar às condições anteriores à crise equivocada - Pessoas aprendem devagar, a sociedade é lenta e a implementação do governo também é lenta. Oportunidades serão perdidas e a crise se acumulará até a tomada de novas decisões. A solução do problema passa por reorganização internacional, mas esbarra em interesses individuais e velocidade diferente entre nações para tomadas de decisões No caso brasileiro, o Conselheiro assinalou que as soluções apresentadas vão ao encontro de medidas que vêm sendo tomadas pelos formuladores de políticas no Brasil: Ou seja: "O Estado deverá investir em construção, educação, garantir o ambiente produtivo, gerar empregos públicos, estabelecer normas e regular mercados . O Programa de Seguridade Social deve ser ampliado.". Além do mais no Brasil os bens naturais estão aí, e não foram atingidos pela crise.

Sobre o professor Jan Kregel o relator destacou o comentário que a crise é diferente das anteriores, do final do século passado e foi causada não somente pelo sistema financeiro, mas também por nações, o que afeta a todos. O Brasil será atingido muito mais do que se imagina, advertiu. Uma advertência apoiada nas seguintes razões:

A força do Brasil está apoiada por políticas de curto prazo e em sistemas internacionais que não mais voltarão. A melhora do Brasil ocorreu em função de fatores que estavam fora do seu controle, como as *commodities* por exemplo .E o Brasil teve sucesso em atrair investimentos estrangeiros por praticar uma taxa de juros muito elevada, mas isto não ocorrerá mais. Desapareceram as condições para geração de grandes reservas internacionais para o Brasil. Ou seja: a força do Brasil está ligada a anomalias como: juros e compulsório elevados;controle do governo no mercado de capitais, via BNDES. Na sua avaliação, o PAC é um programa adequado para enfrentar a crise e deve ser mantido; o crédito é importante para curto prazo, mas não resolve a longo prazo e há necessidade de coordenar políticas de curto prazo com políticas de médio e longo prazos. Por exemplo: um programa de emprego e renda é solução de curto prazo, mas pode ser integrado com programas de médio e longo prazos, garantindo competência e capacitação do trabalhador, sugeriu.

Em relação à exposição de Márcio Pochmann, o relator destacou sua enfática defesa da necessidade de refundar o Estado a partir do diagnóstico de que a crise é estrutural e sistêmica e na direção do que colocou o Professor Ignacy Sachs convergindo para o diagnóstico da presença na crise global de três crises que se interligam: a do sistema financeiro, a crise ambiental global e acrise de governança. Portanto, as soluções para as crises do século XX não respondem às necessidades do século XXI., advertiu. "O Estado pós-crise dependerá da construção de um novo padrão civilizatório". Pochmann defendeu a necessidade de romper com a concepção funcionalista da educação, na construção de um padrão civilizatório superior e levantou aspectos que ao serem examinados podem agregar aspectos instigantes ao debate, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho. Ele defendeu, por exemplo, a idéia de que o trabalhador pode trabalhar fora do local de trabalho (em casa), com ganhos de produtividade imaterial. Este ganho de excedente econômico, sugeriu, não é capturado pelo sistema tributário. A elevação da expectativa de vida remete à idéia de que a escola tem que ser criada para a vida toda. Por outro lado , disse Pochmann o ingresso no mercado de trabalho, pelo menos para os que têm recursos, foi adiado para após 25 anos de idade. É preciso abandonar a idéia da escola antiga, pois estamos vivendo em um ambiente de grande número de informações e a escola pode sistematizar isto.

Já o presidente do BNDES, Professor Luciano Coutinho, após examinar a crise do colapso do sistema financeiro global trouxe, sob o ponto de vista do relator, um ponto novo ao debate, a questão da possibilidade de ingressarmos em um longo período de

estag-deflação com duração prevista para algo em torno de quatro a cinco anos e com graves consequências para as economias de todo o mundo: i) os bancos centrais farão extraordinárias intervenções e comprometerão os recursos públicos; ii) os países sairão muito endividados da crise. Portanto a moeda dos países desenvolvidos estarão debilitadas; iii) o dólar poderá vir a ser questionado como padrão monetário; iv) torna-se difícil imaginar como os Estados emergirão após a crise, mas é certo que a crise exigirá forte intervenção do Estado, advertiu.

Sobre os países emergentes, Luciano Coutinho apontou que serão fortemente afetados por: oscilações nos preços das *commodities*; encolhimento do setor exportador e contração de créditos e fluxos de capitais. Contudo, no âmbito dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) temos aspectos positivos, resumiu o relator: na China prevalecem boas condições de mercado interno; elevada capacidade de Investimento do Estado; independência em relação a créditos externos. A Índia desfruta de um bom mercado interno e depende muito pouco de mercado externo. A Rússia, contudo, passa por uma grave crise cambial. E para o Brasil, temos inúmeros pontos animadores a destacar: sistema financeiro estável; volume de reservas cambiais razoáveis; extraordinária oportunidade nos campos de petróleo e gás; o PAC; programas em andamento como o de biocombustível, o programa de habitação popular, programas de sustentação de emprego e um bom mercado interno.

As propostas de solução apresentadas nesta mesa foram resumidas assim pelo relator:

1. Ignacy Sachs sugeriu a construção de um estado desenvolvimentista e atuante, porém enxuto. Esta posição de Estado enxuto difere de outros palestrantes, mas não é certamente a tradicional visão de Estado mínimo tão difundida na literatura dominante.
2. Jan Kregel destacou a importância de políticas de curto prazo coordenadas com políticas de médio e longo prazos. E considerou esta proposta de mudança de atitude do governo brasileiro para uma visão de longo prazo, como de grande importância para o futuro do país. Propôs, também, suportar programas de geração de emprego e renda .
3. Luciano Coutinho reforçou a visão da necessidade de planejamento de longo prazo e construção de capacidade institucional no Estado.
4. Marcio Pochmann propôs uma reflexão sobre a necessidade de uma refundação do Estado. Esta postura provocativa e inovadora é muito interessante nos momentos de crise, pois nos leva a rever paradigmas que, inconscientemente, aceitamos de pronto, sem a devida análise crítica necessária em ambientes fortemente impactados por crises, os quais exigirão outros valores para construção do caminho da recuperação.

O Conselheiro sublinhou a necessidade de visão de longo prazo, de discutir como sair da crise com soluções duradouras.

Comentários

Medidas de curto e de longo prazos

O Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite iniciou sua fala afirmando sua convicção do acerto das políticas econômicas e sociais implementadas pelo presidente Lula. Ressaltou, entretanto, que ainda não se conhece toda a profundidade da crise e o tempo necessário para resolvê-la. “Então temos que imaginar ações capazes de perdurarem ao longo do tempo e que sejam ações de Estado que procurem olhar o país a longo prazo também”. Afirmou ainda que o Brasil deve preparar-se para aproveitar as eventuais oportunidades que a crise abre, sugerindo algumas medidas. A primeira delas diz respeito às exportações. “Nós temos hoje uma debilitação das exportações das commodities, que foi

nosso forte nos últimos anos. Mas podemos melhora as condições de penetração, de competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, gerando mais emprego, distribuição de renda e contribuindo para a melhoria da balança de pagamentos brasileiro, que é uma condição indispensável para o enfrentamento da crise a curto, médio e longo prazo". Para tanto, sugeriu a criação de linhas de financiamento de exportação para papel, celulose, aço, minérios, aviões, veículos, máquinas e equipamentos, calçados, tecidos, etc.

Como segunda medida, Delben Leite pediu a redução imediata e substantiva da Taxa Selic seguida de novas reduções até que se verifique a estabilização e o equilíbrio dos níveis de produção e consumo no país. Também é preciso, segundo o Conselheiro, reduzir significativamente os depósitos compulsórios mantidos pelos bancos junto ao Banco Central de forma a injetar mais liquidez no sistema e gerar mais recursos para o financiamento da atividade interna no país, tanto na ponta do consumo quanto na ponta da produção. O Conselheiro pediu ainda maior celeridade do BNDES na concessão de financiamentos, inclusive atuando em parceria com a FEBRABAN, para conseguir que outros bancos atuem nos financiamentos de longo prazo.

Por fim, sugeriu a ampliação dos investimentos em infraestrutura de forma articulada com estados e municípios, nos moldes do PAC, mas de forma mais acelerada. Ainda em relação ao PAC, propôs que se eleve em mais 1% do PIB os recursos destinados ao programa, de forma a gerar empregos, oportunidades e mais distribuição de renda no país.

Flexibilização de direitos não é resposta para crise

Ainda sobre esse tema, o Conselheiro José Lopez Feijóo, membro da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), alertou para o risco de demissões e flexibilização de direitos trabalhistas neste período de crise. "O Estado não pode ser máximo para os ricos e mínimo para os pobres", resumiu. "Essa receita da desregulamentação que não deu certo, é bom lembrar, foi a receita da flexibilização de direitos sociais e trabalhistas. Agora, em meio à crise, essa receita segue sendo apresentada por meio de propostas de redução de salários, de redução de direitos. São mais receitas de crise para combater a crise".

Papel da educação

Paulo Speller, Conselheiro do CDES, membro de Conselho Nacional de Educação e presidente da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), manifestou que "fica cada vez mais claro que qualquer estratégia para superação da atual crise econômica-financeira passa pela ação política de dirigentes, como expressou esta manhã o presidente Lula". Isso, nos mais diversos foros e nos contatos bilaterais como com o G8, G20, ONU, nas parcerias solidárias, seja onde for, deve-se agir, posto que o fechamento de fronteiras protecionistas somente agravará a crise, enfaticamente sugeriu.

Todos os participantes da mesa, direta ou indiretamente, enfatizaram a necessidade de uma ação política coordenada e sugeriram que a eleição do presidente Barack Obama nos EUA cria um cenário mais propício a esta ação política, lembrou o Conselheiro.

O Conselheiro Paulo Speller, destacou um ponto de consenso entre os palestrantes. A importância da "educação, educação e educação, como diria Tony Blair, ao expressar suas três maiores prioridades". Sachs falou sobre as tecnologias sociais, que estão diretamente relacionadas à educação; Galbraith mencionou a perda de oportunidades, o que acaba por agravar a crise; Kregel destacou a perda da capacidade laboral (*labor skills*) instalada com o crescimento do desemprego; Pochmann foi mais explícito ao

mostrar que o Estado pós-crise caminhará na direção de um novo padrão civilizatório onde será preponderante a sociedade do conhecimento, com a educação continuada para toda a vida; e Coutinho colocou em evidência as necessidades gritantes de qualificação no campo do agronegócio, com destaque para os biocombustíveis, onde o emprego sustentado mais voltado para o mercado interno depende de investimentos continuados na educação e capacitação para o trabalho, de modo permanente.

Speller aproveitou a oportunidade para rearfimar as ações do Brasil no campo da Educação, destacando: "O Brasil, acertadamente, tem mantido e até expandido suas políticas e investimentos no campo da educação em todos os níveis por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apesar de as responsabilidades da educação básica recaírem, constitucionalmente, sobre os Estados e Municípios. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é outro exemplo de como a formação superior busca atender às grande demandas de novos conhecimentos e força de trabalho altamente qualificada". No plano internacional, lembrou que o Brasil age não somente na ação política articulada, mas também assumindo suas responsabilidades nas políticas sociais, como é o caso da educação superior na busca da integração entre Brasil e África, o continente esquecido, mas que terá grande relevância na produção de alimentos e biocombustíveis no futuro próximo.

Confiança e solidariedade

O Conselheiro Antoninho Trevisan, por sua vez, citou o livro "Brasil: A trajetória de um país forte", do professor Alcides Leite Junior, para afirmar que há razões de sobra para se ter confiança no Brasil. Para ele, o livro indica claramente que estamos nessa situação garças a um histórico de atuações tomadas para enfrentar a inflação de 80% ou quando foi instituído o PROER. Em relação às palestras proferidas durante a Mesa, Trevisan destacou a menção de todos à necessidade de um papel do Estado mais forte. E enfatizou a apresentação de Márcio Pochmann, segundo a qual não basta uma reforma do Estado, é preciso refundar o Estado e repensar novas formas de relação de trabalho.

Trevisan abordou ainda um tema pouco explorado, a questão da economia solidária. "A análise da crise nos indica, sobretudo, que precisaremos ter mais solidariedade", observou, destacando a fala de José Lopez Feijóo que questionou os empréstimos do BNDES a empresas sem que haja de fato uma contrapartida exigindo que não haja demissões. Sobre o fato de o Brasil estar entre os países menos afetado pela crise, o Conselheiro atribuiu isso ao fato de o país ser um grande produtor de alimentos. "O Brasil produz comida para si e para o resto do mundo. Isso dá e deu ao Brasil condições excelentes de gerar superávits comerciais".

MESA DE DIÁLOGO "O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO E OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL"

Coordenador: **José Carlos Bumlai** - Conselheiro do CDES, Vice-presidente da ACRISSUL -Associação dos criadores do Mato grosso do Sul.

Relator: **Sérgio Haddad** - Conselheiro do CDES, Coordenador Geral da Ação Educativa e diretor presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

Palestrantes:

1. **Jorge Beinstein** - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, Argentina.
2. **Gerardo Caetano** - Coordenador do Observatório Político (Udelar) e Observatório Acadêmico do Centro de Formação para a Integração Regional do Uruguai (CEFIR).
3. **Marco Aurélio Garcia** - Assessor Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Brasil.

Comentários:

- **Adilson Ventura - Conselheiro do CDES, Membro da União Brasileira de Cegos (UCB)**
- **Danilo Pereira da Silva -** Conselheiro do CDES, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo
- **João Bosco Borba -** Conselheiro do CDES, Presidente da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros
- **Paulo Vellinho** - Conselheiro do CDES, Assessor da Presidência do Grupo Shan Ban Shun
- **Annete Hester** - Pesquisadora do Centro para Inovação de Governança Internacional do Canadá

O Conselheiro José Carlos Bumlai coordenou a Mesa e destacou a importância de debater o processo de integração latino-americana que foi impulsionado nos últimos anos com a ascensão de novas lideranças políticas e sociais no continente. Analistas internacionais têm afirmado que os países latinoamericanos estão mais preparados para enfrentar a crise atual do que nos anos 80 e 90 do século passado. Então, o grande desafio, assinalou, é aproveitar as oportunidades do momento histórico, intensificando a integração econômica e social e estreitando os laços de solidariedade, tendo em vista a resolução de problemas estruturais da região, especialmente com relação à superação da pobreza, ao fortalecimento das instituições (políticas, econômicas, sociais e culturais) e à interligação da infraestrutura. Da mesma forma que o CDES propõe que o Brasil deve balizar o seu desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental, espera-se que sejam discutidas as formas que levem a América Latina a trilhar a estrada do desenvolvimento ancorada nestes princípios.

Estarão os países latino-americanos mais preparados para enfrentar a atual crise internacional? O que fazer para minimizar os efeitos da crise no continente?

Alguns países começam a adotar políticas de natureza protecionista para se defenderem da crise. Essa alternativa é adequada para a América Latina, ou deve-se buscar o diálogo para preservar e fortalecer o processo de integração regional?

A crise atual dificulta ou cria novas oportunidades para o desenvolvimento regional? Em caso afirmativo, pergunta-se: quais são os principais eixos do desenvolvimento para a América Latina?

E a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) é um exemplo significativo para a integração e independência? Como aproveitar as iniciativas em curso na região para fortalecer a integração como pré-requisito para o desenvolvimento da América Latina?

A Atualidade da Crise - Jorge Beinstein

Na abertura do debate, Jorge Beinstein, professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, abordou esse tema partindo de uma reflexão sobre a atualidade da crise. Segundo Beisntein, estamos vivendo uma transição muito rápida entre recessão e depressão, com grandes quedas do Produto Interno Bruto (PIB) e desemprego. O economista lembrou uma recente nota de Nouriel Roubini, professor da Universidade de Nova York e um dos primeiros a prever o colapso do sistema financeiro internacional, sobre a caracterização da crise. Os economistas gostam de classificar as crises com letras de alfabeto. Inicialmente, escreveu Nouriel Roubini, houve quem achasse que se tratava de uma crise em U (após a queda e um rápido período de estagnação, a economia voltaria a crescer). Os mais otimistas falavam de uma crise em V (queda e rápida retomada). Depois, passou-se a falar de uma crise em L (queda e um largo período de estagnação). O problema é que o "L" continuou caindo, sem dobrar para a direita. Ou seja, comentou Beinstein, estão faltando letras no alfabeto para definir a crise atual.

O ex-presidente do *Federal Reserve* (o Banco Central dos EUA) disse recentemente que essa crise já não se parece com a crise de 1929. "Não há mais referências históricas de uma crise destas dimensões. E se não há referências históricas sobre a natureza da crise, tampouco há sobre soluções. O sistema financeiro internacional simplesmente se desintegrou. George Soros chegou a comparar o que está acontecendo com o colapso da antiga União Soviética. Já não se trata de recessão ou depressão, mas sim de implosão", definiu Beinstein. Uma implosão acompanhada por um clima de depressão psicológica e de elaboração de diagnósticos sombrios.

O economista argentino citou um informe especial encomendado pelo serviço de inteligência da Marinha dos EUA e apresentado no dia 17 de dezembro de 2008. Esse estudo traça quatro cenários pessimistas sobre o futuro dos EUA. O quarto cenário, denominado "Queda existencial", prognostica uma depressão prolongada com redução do PIB da ordem de 35% ao longo dos próximos 6 ou 7 anos, com uma taxa de desemprego que chegaria a 15%.

É certo que a crise foi detonada nos EUA, observou ainda Beinstein, mas agora há outros detonadores prontos para entrar em ação. Um deles é o Leste Europeu que está em situação de bancarrota. Outro é a Suíça, onde já se fala também na possível bancarrota do sistema financeiro do país, considerado até então indestrutível. "Não se trata apenas de uma crise de crédito", acrescentou o economista, repetindo outros diagnósticos expressos no Seminário. "Estamos diante de uma situação de insolvência. Somente a dívida dos EUA é de US$ 54 trilhões. Estamos diante de uma crise múltipla de longa duração". Diante desse cenário, como ficam os processos de integração?

Alguns ficam muito mal, disse Beinstein. É o caso do NAFTA (que reúne EUA, México e Canadá) e da União Européia. A integração européia, assinalou, está andando em 3 velocidades e uma delas, a que envolve os países do Leste Europeu, está a beira do colapso financeiro. Por outro lado, há um processo de integração em curso na região da chamada Eurásia, envolvendo países como China, Índia, Rússia, Japão e Irã. Na avaliação de Beinstein, a crise deve acelerar este último que deve ser olhado com muita atenção.

O professor da Universidade de Buenos Aires elogiou a insistência do presidente Lula em defender o papel do Estado como motor do processo de integração. No entanto, ressaltou, a integração sul-americana está assentada em dois pilares que se encontram um pouco fragilizados. O primeiro deles diz respeito à situação dos Estados nacionais que sofreram um desmonte com as políticas neoliberais e exigem um processo de reconversão. O segundo está ligado à necessidade de desenvolvimento de uma economia popular voltada para o mercado interno desses países. Para Beinstein, o não fortalecimento desses dois pilares representa um importante obstáculo para que a integração avance.

É preciso mudar e aprofundar o Mercosul – Gerardo Caetano

O uruguaio Gerardo Caetano, coordenador do Observatório Político (Udelar) e Observatório Acadêmico do Centro de Formação para a Integração Regional do Uruguai (CEFIR), advertiu, por sua vez, para a importância de não subestimar a crise e suas ameaças. “Temos um horizonte muito incerto pela frente”. Caetano observou que diante da crise, uma resposta tradicional é os Estados nacionais se fecharem em si mesmos, adotando políticas protecionistas e interrompendo processos de integração. “Gostaria de trabalhar contra essa hipótese. A saída para a América do Sul pode ser apostar fortemente no fator da integração e do desenvolvimento regional”. Mas ele reconhece que há muitos obstáculos pela frente. Um deles é a possibilidade de fortalecimento de discursos nacionalistas, anti-integração. “Nos anos 1990, o Estado era o vilão. Depois, o Mercosul e a integração também passaram a ser apontados como vilões por setores das nossas sociedades”. E isso foi antes da crise, quando o fantasma do protecionismo não estava tão presente.

Além deste, há problemas internos ao bloco sul-americano que também devem ser enfrentados, advertiu. “É preciso transformar e aprofundar o Mercosul. Há tempos não temos uma avaliação positiva sobre esse processo”. Caetano criticou a ilusão daqueles que achavam que a afinidade ideológica entre os governos era uma condição suficiente para fazer avançar a integração. “Integração é acordo entre Estados diferentes, entre interesses diferentes. Hoje, na América Latina, as nossas políticas externas não convergem. Em 2006, o Uruguai, com um governo de esquerda, esteve muito perto de firmar um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA. Seria um erro. Entre outras razões porque, na época, os EUA eram o primeiro comprador do Uruguai e hoje é o sétimo”.

Gerardo Caetano lembrou ainda da diversidade de propostas de integração atualmente em curso na América do Sul e na América Latina. “Temos o processo bolivariano com traços fortemente personalistas. Por outro lado, temos a tentação do retorno do caminho bilateral envolvendo países como Peru e Colômbia. Além disso, temos os processos do Mercosul e da Unasul. Estes dois últimos precisam ter uma agenda externa comum. Vejo com temor essa tentação do TLC no Brasil, com um outro governo. Seria algo muito ruim”. Agora, com a eclosão da crise econômica mundial, a agenda da integração assume nova atualidade. Seus problemas também. “Essa agenda não nasce com a crise, mas se posiciona de um modo conjunto diante dela”, observou Caetano, dando um exemplo de questão que exige um posicionamento conjunto dos países da região. “Temos recursos naturais estratégicos (em particular hídricos e energéticos), mas não temos um manejo integrado desses recursos. As riquezas e potencialidades da Bacia do Prata, por exemplo, já despertam várias cobiças externas”.

Outro problema apontado pelo professor uruguaio é a ausência de instituições, no âmbito do Mercosul, para pensar e implementar políticas nesta direção. “Precisamos superar a mera retórica da integração e priorizar a construção de novas institucionalidades. Os problemas são muitos. Apenas para citar um exemplo, a crise encontrou os países do

Mercosul com políticas cambiais divergentes. Como vamos resolver isso? A situação atual nos obriga a pensar no médio e no longo prazo. Para isso, é necessário avançar muito ainda".

A posição do Brasil sobre a integração regional – Marco Aurélio Garcia

Assessor chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, citou uma frase de Gramsci para definir a situação atual, um período de declínio de paradigmas, de crise civilizatória, na sua avaliação. "Quando uma sociedade está em declínio e a outra não se afirma, podemos assistir aos fenômenos mais perversos". Pois é este cenário de rupturas e incertezas que desafia os projetos de integração no continente. "Nossa visão de integração", explicou, "parte do nosso projeto de desenvolvimento nacional que tem como características centrais reduzir um quadro de vulnerabilidade externa, trabalhar pela construção de uma ordem internacional democrática e pluralista e pela redução de assimetrias regionais.". Essa não foi uma opção tranqüila, destacou. "Há setores no Brasil que dizem que a América do Sul não tem que se unir e o que é importante é a aproximação com os Estados Unidos e a Europa".

Marco Aurélio Garcia reconheceu os problemas que o processo de integração enfrenta, destacando alguns déficits que precisam ser superados: a existência de fortes núcleos de pobreza e desigualdade social; a situação de escassa conectividade entre os países do continente; a existência de importantes assimetrias regionais; a presença de uma hipoteca ideológica conservadora com forte incidência junto aos meios de comunicação; a falta de coesão política e, por fim, a falta de institucionalidade. Além disso, lembrou que o Mercosul nasceu como uma união aduaneira imperfeita, resultante não propriamente de questões econômicas, mas sim do período de redemocratização na região. Neste contexto, a compatibilização de políticas macroeconômicas e de políticas industriais e agrícolas permanece um desafio a ser superado.

A iniciativa de construção da Unasul, explicou ainda, nasceu da consciência desses limites enfrentados pelo Mercosul e da necessidade de expansão do bloco. Contudo, esses limites aplicam-se também à iniciativa da Unasul. Garcia destacou cinco deles: exigência de institucionalização; necessidade de ganhar a sociedade para essa idéia; aprovação do tratado pelos parlamentos; adoção de medidas de curto prazo para enfrentar a crise e de instrumentos para reduzir as assimetrias entre os países da região. Um outro problema muito sério a ser enfrentado no curto prazo é enfrentar a ameaça do retorno do protecionismo.

Apesar desses problemas, o assessor da presidência brasileira apontou dois avanços conquistados recentemente: a estréia bem sucedida da Unasul na resolução da crise da Bolívia e a implementação do Banco do Sul como um importante mecanismo de financiamento. Destacou ainda a presença de três países da América Latina – Brasil, Argentina e México – nas próximas reuniões do G20. Para Marco Aurélio Garcia, a solução diante da crise é mais integração, mais Mercosul. "Precisamos avançar e pensar num desenvolvimentismo-regional".

Destaque da fala do Relator

Em seu relatório sobre os debates desta mesa, o Conselheiro Sérgio Haddad optou por fazer alguns diagnósticos. O primeiro deles é sobre o consenso observado em relação ao reconhecimento da profundidade da crise e de seu sentido de longo prazo por um lado e de incertezas por outro lado. Além disso, há uma percepção de que a solução é a integração que se mostra uma alternativa para superação ou apoio durante o período de crise que está sendo vivenciado. Para o Conselheiro, o Seminário, em geral, e a Mesa sobre a integração latino-americana, em particular, mostraram a importância do debate

sobre o protecionismo e/ou o aprofundamento de uma política de integração. O segundo bloco de questões refere-se ao papel do Estado. “Como bem foi frisado aqui pelo Gerardo Caetano, a crise mostra que o Estado não é um problema, mas uma solução”, lembrou o Conselheiro.

Para Haddad, as diversas manifestações a respeito do papel do Estado no processo de integração levantaram questões como a positividade de haver Estados com ideologias progressistas semelhantes hoje na América Latina, o que ajuda a integração da região. Além disso, foi dito que a integração deve ser pensada no longo prazo e não no curto prazo; deve ser focadas nos Estados e não em personalidades que os representem; deve, por fim, ser elaborada uma agenda externa comum. Uma outra questão fundamental diz respeito à economia. “Nós temos que pensar em cadeias produtivas que possam integrar esse processo econômico, no fator energético, a questão da infraestrutura, matrizes integradoras que permitam fazer para além do comércio, uma integração de natureza econômica e de caráter positivo”, defendeu.

Haddad finalizou sua intervenção, afirmando que se “essa é uma crise civilizatória, a dimensão dessa crise não está dada apenas sob o ponto de vista econômico”. “Acho que uma das questões que a gente poderia levantar como análise para além do processo de integração que está colocado como superação da crise é identificar os temas de natureza social, cultural que possam levar a América Latina, com sua identidade e diversidade cultural, a pensar em um novo modelo de desenvolvimento”, concluiu.

Comentários

Por uma agenda de diálogo positiva

Ao analisar os desafios colocados para o Brasil diante da crise, o Conselheiro João Bosco Borba, presidente da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros, defendeu que a primeira coisa a fazer é não aceitar o receituário daqueles que foram responsáveis pela crise. Em segundo, acrescentou, é preciso ver o que o país tem de valor, principalmente do ponto de vista da estabilidade econômica e do controle do sistema financeiro. “O Brasil vai ter uma gripe, mas não vai pegar uma pneumonia na crise”, prognosticou.

O empresário defendeu ainda investimentos fortes nas pequenas e médias empresas que poderiam assim, aproveitando-se do contexto de crise, dar um salto de qualidade e ajudar a economia do país. Em relação aos possíveis conflitos resultantes do cenário atual, destacou que o diálogo é a melhor forma de trabalho. “Devem ocorrer demissões, não há como evitar isso, mas esse processo precisa ser negociado e organizado em termos de tempo. Demissões súbitas não são um bom negócio para ninguém”, resumiu. E deu um exemplo do tipo de negociação que pode ser feita para minimizar os prejuízos e aproveitar as oportunidades: “o presidente Lula anunciou um projeto para a construção de um milhão de casas populares. Os empresários devem trabalhar juntos com o governo para criar uma malha de empregos em torno deste projeto. É preciso enfrentar a ameaça do desemprego a partir de uma agenda de diálogo positivo”.

A área social é a mais afetada pela crise

Adilson Ventura, Conselheiro do CDES e Membro da União Brasileira de Cegos (UCB), destacou a importância dos efeitos sociais da crise econômica que o Brasil está enfrentando de maneira fortemente positiva. Ele lembrou que, nos últimos 30 anos, o Brasil sentia com muito mais força os impactos das crises internacionais. Hoje, conforme apresentado pela equipe de governo, o Brasil está preparado, tem reservas, e tem meios de enfrentar essa crise com poucas conseqUências negativas. Além disso, o Conselheiro ressaltou que a crise não foi causada pelo Brasil. Ventura lembrou também os problemas

sociais, mais especificamente aqueles enfrentados por deficientes físicos, que hoje representam quase 30 milhões de brasileiros.

Segundo o Conselheiro, nos momentos de crise, o primeiro gasto cortado é aquele direcionado para políticas sociais. Qualquer contingenciamento nessa área, destacou, tem repercussões muito fortes e o retrocesso é catastrófico. E concluiu com a afirmação de que acredita no presidente Lula e na capacidade de recuperação do Brasil e da América Latina, mas que ações conjuntas são necessárias para evitar os impactos da crise na área social.

Debate sobre a América Latina não deve se resumir à crise

Para o Conselheiro Danilo Pereira da Silva, a discussão sobre a América Latina não deve se dar apenas em um contexto de crise. Ele chamou a atenção para o fato de que está em estudo uma proposta para sobretaxar mais de mil produtos argentinos, o que se refere ao mecanismo de proteção de cada país, em detrimento do interesse coletivo, no caso dos demais países. Em relação a acordos multilaterais no âmbito do Mercosul, defendeu que é preciso avançar na discussão e não simplesmente fazer uma integração nos moldes europeus.

"O professor Beinstein afirmou que vê três blocos no mundo e disse que o quem tem reais chances de se organizar e enfrentar e crise é o bloco da América do Sul", lembrou. "Como questões mais urgentes a serem resolvidas, acho que temos que pensar no caso da Embraer e no caso da sobretaxa dos produtos argentinos, pois são temas com potencial para gerar muito desemprego aqui no Brasil. Em relação ao Mercosul, acho que deveríamos estender a discussão da implantação da convenção 150 da OIT, para protegermos o trabalho", concluiu.

O mundo vai precisar do Brasil

O Conselheiro Paulo Vellinho manifestou seu sentimento de indignação diante da crise, que mostrou a natureza do capital especulativo. Para ele, o Brasil está em uma posição privilegiada e, no médio prazo, o mundo vai precisar do Brasil. "Nós temos uma alternativa para o mundo. Nós temos a capacidade de produzir alimentos e alimentá-los. Então dentro dessa realidade, primeiro nós temos que nos preparar para honrar com dignidade e soberania. Essa é a maior missão. Não sermos comandados pelo Primeiro Mundo. Podemos controlar nossos destinos e para isso nós precisamos ter que eliminar miséria, educação, saúde e outras coisas", observou. Para Vellinho, esses desequilíbrios sócio-econômicos são um barril de pólvora e a integração da América Latina pode ser um passo em direção da superação dessas diferenças sociais.

Brasil fez a lição de casa

A professora Annete Hester, por sua vez, enfatizou que, no que tange à segurança energética e às mudanças climáticas, o Brasil desponta como um país que soube fazer a lição de casa. "Os 40 anos de preocupação brasileira com segurança energética, com a matriz energética, o fez tomar atitudes muito importantes. Tem muito trabalho a fazer, mas o Brasil se mostrou mais do que os outros capaz de fazê-lo". Em termos de integração regional, Hester acha que o Brasil também tem lições a dar a seus países vizinhos. "Durante muitos anos o Brasil realmente teve uma preocupação com seus vizinhos e com a região não necessariamente só de interesse próprio, mas realmente interesse pela região. Então falta à região ter interesse pelo Brasil", completou.

2º DIA - 06/03/2009

MESA DE DIÁLOGO "GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E PERSPECTIVAS DE UM NOVO SISTEMA DE FINANCIAMENTO E REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL"

Coordenador: **Maurício Botelho** - Conselheiro do CDES, Presidente do Conselho de Administração da Embraer

Relator: **Antônio Neto** - Conselheiro do CDES, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)

Palestrantes:

1. Oriovista Guimarães – Presidente do Grupo Positivo
2. Luiz Fernando Rodrigues de Paula – Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
3. Octávio de Barros – Economista Chefe do Bradesco.
4. Robert Guttmann - Diretor do Centro de Políticas e Relações Internacionais da Universidade de John Hopkins, Washington, D.C.

Comentários:

- **Clemente Ganz Lúcio -** Conselheiro do CDES, Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE
- **Gabriel Jorge Ferreira** - Conselheiro do CDES - Presidente da Confederação Nacional das Financeiras
- **Humberto Mota -** Conselheiro do CDES, Presidente da Associação Nacional das Empresas Concessionárias dos Aeroportos Brasileiros e Presidente da Companhia Dufry South América
- **Nair Goulart -** Conselheira do CDES, Presidente da Força Sindical - Bahia e Vice-presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – FITM

Coordenador da mesa, o Conselheiro do CDES Maurício Botelho, Presidente do Conselho de Administração da Embraer destacou que o colapso do sistema financeiro internacional colocou na ordem do dia a necessidade de profundas mudanças no modo de funcionamento desse sistema. Todos agora defendem algum tipo de regulação e a urgente reconstrução do crédito internacional. Esses desafios motivaram essa Mesa

O Conselheiro Maurício Botelho sublinhou que, depois da crise derrubar todo mundo, agora chegou a hora da regulamentação. Para ilustrar seu diagnóstico sobre o momento econômico atual, Botelho relatou uma experiência que viveu em janeiro de 2007, quando ainda estava na Embraer. "Estávamos recebendo a visita do segundo mais importante executivo de um dos maiores bancos do mundo. Era uma visita de cordialidade e eu perguntei naquele momento como estava a questão das famosas *subprimes*, que já começavam a surgir na imprensa. E a resposta dele foi até certo ponto irritada, como se eu estivesse sendo impertinente. E ele disse que nós brasileiros éramos engraçados mesmo, porque no dia anterior, em Brasília, ele havia escutado a mesma pergunta. A reposta dele: *subprime* não é um problema".

”Provavelmente”, acrescentou Botelho, “o homem acreditava mesmo que a desregulamentação do mercado se solucionaria por si própria, apostando todas as fichas no descontrole que descambou com a economia mundial. Agora, no entanto, é necessário que o Estado intervenha porque o mercado não tem como resolver isso sozinho. Ainda assim, temos que considerar as forças do mercado. O Estado é solução frente a este momento de crise absoluta, há que ver como fazer e avançar no sentido de impedir que ameaças como essa de agora não se repitam”, concluiu.

Descompasso entre riqueza e renda – Octávio de Barros

Para o economista chefe do Bradesco, Octávio de Barros, o descompasso entre riqueza e renda está na origem da crise que é, entre outras coisas, uma crise de confiança: sem confiança não há crédito, sem crédito não há confiança. E sem crédito, sobretudo, as exportações mundiais caem de forma brutal, a produção industrial despenca e a taxa de desemprego vai para cima. Em um cenário otimista, previu, a economia global deve ter uma queda de crescimento de 0,5%. Neste contexto, o Brasil terá mesmo que apertar o cinto em 2009: “O investimento total público e privado terá queda de 3,4% no país, que sofrerá também uma queda de 2,5% do PIB. Por maior e mais relevante que seja o esforço público, ele não compensa a queda do investimento privado. A economia vai operar de forma ociosa durante um ano e meio, temos de nos preparar para isso”, advertiu.

Por outro lado, Barros defendeu que esse cenário não deve ser motivo de preocupação para os brasileiros, pois existe a expectativa de sua reversão: “O crescimento projetado para o Brasil em 2010 é de 3,5% e, mesmo em 2009, o investimento aqui vai cair menos do que em outros países emergentes. O processo de desenvolvimento deflagrado no Brasil não vai parar, pois o custo da desmobilização total do desenvolvimento seria muito alto. O país vai voltar a crescer de forma mais acentuada já em 2010. Caso tivesse uma economia mais aberta, acrescentou, o Brasil sofreria muito mais. Nesta crise, os países mais abertos são os que estão sofrendo mais.

Papel dos Emergentes

Segundo projeção realizada por bancos privados, o Brasil deve se colocar em 2009, graças aos efeitos da crise sobre os países desenvolvidos, como o país com o quarto maior crescimento do mundo: “O Brasil deve crescer em torno de 0,6% em 2009, atrás somente da China (6,5%), da Índia (5,5%) e da Indonésia (2%). Haverá uma mudança grande de paradigma na economia mundial. O mundo, nos próximos cinco anos, vai crescer bem abaixo da média histórica, mas o Brasil está hoje na contramão do mundo. Seremos uma das cinco economias mundiais que terá crescimento positivo em 2009”, disse ainda o economista. O executivo do Bradesco ressaltou, também, a importância do papel dos países emergentes na busca por soluções para a crise econômica: “Haverá uma queda de 0,5% no crescimento global, mas, se levarmos em conta somente os países ricos, essa queda é de 6%. A crise não fez os emergentes mais dinâmicos mudarem de rumo, por isso o peso desses países aumenta ainda mais. Em meados de 2014, os países emergentes superarão o PIB dos países desenvolvidos. Existirão novas locomotivas da economia mundial nos próximos 10 ou 20 anos. A China alcançará os Estados Unidos, e o Brasil, cada vez mais reconhecido internacionalmente como um país maduro, pode também ter papel de destaque”.

Octavio de Barros citou ainda outras vantagens comparativas do Brasil para enfrentar a crise: a rede de proteção social construída no país, com políticas como Bolsa Família, aposentadoria, seguro desemprego; os investimentos públicos estratégicos planejados pelo governo; a solidez do sistema bancário. E repetiu o que praticamente todos os participantes do Seminário defenderam: a melhor política anticíclica é a redução dos

juros. É melhor do que a agressividade fiscal, pois a queda da SELIC reduz o custo da dívida pública e abre espaço fiscal para ampliar os gastos sociais e os investimentos públicos. Sobre esse ponto, assegurou que os bancos têm o maior interesse que os juros básicos sejam os menores possíveis. "No Brasil, os melhores resultados dos bancos ocorreram justamente em períodos em que a taxa de juros básica era mais baixa. No passado, isso pode ter sido diferente, mas, no momento que o Brasil atravessa nos últimos anos, isso já foi superado largamente. O sistema bancário brasileiro torce para que os juros básicos despenquem no país, pois isso traduz uma economia mais vibrante e com menos riscos", disse o economista..

O economista defendeu a redução do *spread* bancário, apontado por muitos como símbolo maior da ganância dos banqueiros, como uma das condições para a ampliação do sistema de crédito no país. "Como intelectual e pesquisador, eu dou a maior força para que nós avancemos de forma acelerada nessa discussão sobre o *spread* bancário. O comportamento que observamos no *spread* e na taxa de juros no Brasil revela uma deterioração da percepção de risco num sentido amplo. É muito possível supor que, no momento em que se destensione a economia mundial, o *spread* se reduza. Isso é plausível, assim como a redução da taxa de juros". E pediu a seus interlocutores que os bancos privados não sejam demonizados nessa questão do *spread*: "A parte de lucro que cabe aos bancos é apenas uma fração do *spread* bancário. Algo como um quinto, segundo a Febraban, ou um quarto, segundo o Banco Central. O *spread* tem outros componentes, como o risco de inadimplência, a tributação, os compulsórios e os custos de observância dos riscos que os bancos correm por força da inflação".

Duas Propostas

Instigado por Clemente Ganz Lúcio, Conselheiro do CDES e diretor técnico do DIEESE a apresentar duas propostas essenciais para reduzir o *spread* bancário, Octávio de Barros sugeriu acabar com a tributação sobre a intermediação financeira e reduzir o depósito compulsório, que, segundo ele, é um dos maiores do planeta: "O Brasil é o único país que tributa a operação de crédito e a intermediação financeira, o que não faz o menor sentido. Tenho a impressão de que o ministro Guido Mantega e toda a área econômica do governo estão sensíveis a isso, pois é uma distorção". E acrescentou: "Nós temos uma avenida de possibilidades para reduzir o depósito compulsório, e o Brasil caminha nessa direção. Quanto mais a crise internacional se agrava, maior o espaço pra isso. Não existe nenhum outro país que tenha em seu banco central um estoque tão grande de dinheiro retido dos bancos, dinheiro que poderia estar circulando". O Brasil, concluiu, tem que perseguir mecanismos que mitiguem o risco de inadimplência, que representa 35% do *spread* bancário. Segundo o economista, existem no momento discussões entre os bancos e o governo sobre como enfrentar esse problema através da criação de um seguro ou um fundo.

Problemas com a oscilação cambial – Oriovista Guimarães

O empresário Oriovista Guimarães, presidente do Grupo Positivo, fez algumas propostas pontuais que, na sua opinião, deveriam ser encampadas pelo CDES. Salientando que a visão de um empresário é diferente da de um macroeconomista, observou que as reuniões do Conselho visam consensuar sugestões objetivas que possam ser levadas ao Presidente para que a economia brasileira possa funcionar melhor. E apresentou as suas sugestões, advertindo que o setor eletroeletrônico está sendo muito afetado por diferenças na taxa de câmbio e já sofre com os efeitos da crise. "O Brasil deve intervir internamente o mais rápido possível, sem esperar, com isso, interferir na economia mundial, ou seja, guiar seu barco sozinho e deixar que outros o sigam mais tarde. Não

podemos esperar que o mundo mude e que esta mudança se reflita aqui. Nós temos que trabalhar com as nossas próprias forças de regulamentação".

Guimarães lembrou ainda que nem todo mundo apostou na loteria monetária que gerou a crise. Defendeu uma regulamentação do *hedge*, uma forma de proteger uma aplicação contra as oscilações do mercado, e o fim do regime de preço nas compras pelos órgãos públicos, segundo ele, uma "fonte de corrupção e de problemas causados pela variação do dólar". "Não precisa estatizar os bancos como o Lula sugeriu ao Obama. Mas o Banco Central deveria adotar o *hedge* para evitar o impacto da vulnerabilidade do preço do dólar nas empresas brasileiras. Depois, empresários brasileiros apostam em especulação como já fizeram papeleiras e a indústria de frango. Meu negócio é fazer computador e não apostar em derivativo", resumiu.

E finalizou sua participação deixando algumas perguntas relacionadas a problemas enfrentados hoje por empresários: Como administrar preços com a volatilidade do dólar? Como os empresários podem se defender quando, no final do ano passado, nenhum banco queria fazer *hedge*? E aí, o que fazemos? "O Banco Central deveria regulamentar melhor o *hedge*, de modo que o empresário possa ter um mecanismo seguro a um custo menor", concluiu.

Uma das tarefas da crise: acabar com os "bancos zumbis" – Robert Guttmann

O professor Robert Guttmann, diretor do Centro de Políticas e Relações Internacionais da Universidade John Hopkins, de Washington, foi mais um a defender a necessidade de reformas profundas e urgentes no sistema financeiro internacional. Guttmann advertiu que o trabalho que o mundo tem pela frente é pesado, uma vez que esta é uma crise sistêmica e estrutural. E fez uma rápida retrospectiva histórica sobre as crises mais recentes no capitalismo mundial. Segundo ele, há relações entre a intensidade da instabilidade financeira em cada uma destas crises, a duração de cada uma delas e entre o grau de contaminação mundial da crise com a forma como ela se desenrola em cada um dos países. "Todas as últimas crises começaram com fenômenos de instabilidade financeira. Agora, estamos apenas no começo de uma nova crise e ela será muito grave. Os bancos só agora estão reconhecendo o volume total de suas perdas e o comércio mundial está caindo fortemente".

A longa depressão que se estendeu de 1873 até 1896, lembrou o professor, marcou o início do declínio inglês e só se resolveu, de certa maneira, na I Guerra Mundial. A grande depressão seguinte, a de 1929, atravessou todos os anos 30 e só foi superada com a reanimação da economia mundial em consequencia da Segunda Guerra Mundial. E a da década de 1970, com a crise do petróleo. "Existem lições em cada uma dessas crises. Você não consegue apenas saltar fora de uma crise como a que estamos vendo hoje, ela demanda uma reestruturação completa".

Para o economista, a regulamentação exigida pela atual crise deverá ser muito drástica e profunda. "Primeiro, é preciso modificar a política monetária e criar um novo sistema de crédito. Depois, sanear o sistema bancário. Ajudar alguns bancos a sobreviver e remover aqueles bancos zumbis, que circulam morto-vivos por aí. Existem bons e maus bancos, você deve remover cirurgicamente os tumores do sistema bancário. É necessário gerar uma política fiscal que melhore a rede de segurança social e que invista em coisas como o PAC brasileiro. Isso tudo é um bom começo, mas não é bastante, muitos países já tomaram essas decisões, embora tarde demais".

Guttmann defendeu ainda que apenas uma mudança radical será capaz de conter as ondas da crise por completo e evitar um *tsunami* financeiro nos próximos meses. "Muitos países ainda não reconheceram a gravidade da crise. É um erro grave. Você não pode ter apenas uma solução nacional para essa crise, deve ser global e atingir as fontes da crise, que são frutos da globalização e estão enraizadas em todos os lugares". Em meio a esses

diagnósticos pessimistas, ele apontou o que considera uma boa notícia. “Obama já provou que é muito diferente de Bush e que é um líder muito mais internacional que os outros”. Os próximos lances do processo de crise, destacou, se darão no âmbito da reunião do G20, no próximo dia 2 de abril. “O processo do G20 começou muito mal, produziu bons discursos de intenção que logo viraram promessas violadas (como as promessas feitas por vários países de não adotar medidas protecionistas). A partir de agora é necessário agir de acordo com as palavras e esse é o novo processo que o G20 vai ter que encarar”.

Na sua avaliação, os principais desafios que devem ser enfrentados pelos países reunidos no G20 são os seguintes:

“Antes de mais nada, é preciso sanear o sistema bancário, que é o coração do sistema financeiro e está mal, como um coração que consome muita gordura. Mesmo depois de um ataque cardíaco, ainda precisamos sanear o coração porque não podemos viver sem ele. Precisamos substituir os bancos zumbis por bancos comunitários e outras formas de crédito solidário. A partir daí, entregar um código de conduta aos bancos, para que as veias deste coração não fiquem mais entupidas e livrem-se de maus hábitos circulatórios como a especulação”.

Além disso, propôs uma série de medidas de médio prazo. “Temos que ir mais fundo em fixar um sistema monetário internacional. A partir de agora, vai haver uma fragmentação monetária entre três blocos: América, Europa e Ásia. Isso é perigoso porque não podemos manter o sistema monetário mundial baseado no dólar, isso vai continuar a desestabilizar a economia”. O problema fundamental a ser equacionado aí, defendeu, está ligado ao fato de que temos um sistema monetário baseado em moedas nacionais, principalmente o dólar. A questão toda hoje é definir como o dólar chegará ao resto do mundo. Os EUA têm esse privilégio, mas está prestes a perdê-lo, advertiu. Para enfrentar esse problema, Guttmann defendeu duas iniciativas: um novo sistema de flutuação de câmbio, limitado a uma certa faixa (*target zones*); adoção da proposta de uma “cesta de moedas” - direitos especiais de saques (DES) -, apresentada embrionariamente pelo FMI, em 1968, para atenuar problemas de desequilíbrios de pagamentos entre países.

E, no longo prazo, defendeu mudanças ainda mais radicais:

“A crise é um bom momento para que modifiquemos todos os padrões para padrões de crescimento sustentáveis, que pensem o crescimento de forma pública, que ajudem a modificar as fontes de energia, que acabem com a crise alimentar e demográfica e com os problemas ambientais do mundo. Um grande padrão sem fins lucrativos que mude as diretrizes do sistema monetário internacional”.

Velocidade da crise exige rapidez nas decisões - Luiz Fernando de Paula

Último palestrante da Mesa, Luiz Fernando Rodrigues de Paula, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Pós-Keynesiana Brasileira, chamou a atenção para a velocidade da crise e para a importância de tomar decisões rápidas no momento certo. Analisando a natureza e a origem da atual crise, observou que o processo de securitização no sistema financeiro internacional acabou, ao contrário do que supostamente pretendia, mascarando e escondendo riscos. Agora, alertou, a ameaça de depressão exige a firme atuação dos bancos centrais como emprestadores de última instância (”Big Central Bank”) e a adoção de políticas fiscais anticíclicas (”Big Government”). “Avalio que a resposta do governo brasileiro está um pouco lenta, principalmente na demora da redução dos juros e na dificuldade em deslanchar os investimentos públicos”.

Reforçando diagnósticos feitos anteriormente, o economista apontou algumas vantagens dos países em desenvolvimento no enfrentamento da crise. Vários países apresentam superávit nas transações correntes e possuem elevados níveis de reservas, como é o caso do Brasil. Em segundo lugar, ao contrário do que ocorreu nos anos 90 do século passado, adotaram regimes cambiais flexíveis. Não há hoje, na maioria destes países, crises cambiais como as que ocorreram na década de 1990 (com exceção dos países do Leste Europeu). Além disso, não houve até aqui um contágio financeiro direto na economia destes países, em boa parte porque seus mercados de títulos são, em geral, ainda pouco desenvolvidos.

No caso do Brasil, além das variáveis citadas acima, conta positivamente também a existência de uma poupança predominantemente doméstica e de bancos públicos capazes de alavancar políticas de desenvolvimento. Isso não quer dizer, ressaltou, que o país está imune aos efeitos mais pesados da crise. O impacto da crise no Brasil está ligado, entre outros fatores, à dificuldade de acesso a fundos externos e à saída de capitais de não-residentes, compondo um cenário de crise de confiança e de crédito. E é aí, advertiu, que o governo brasileiro não pode hesitar, demorando a fazer o que precisa ser feito: reduzir os juros e fazer deslanchar os investimentos públicos.

Destaque da Fala do Relator

O relator da Mesa, Antônio Neto, Conselheiro do CDES e Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), destacou algumas lições a serem tiradas do debate. Entre elas, assinalou: a falta de leis e normas é anti-social; e o Estado regula as relações entre os seres dentro de um ecossistema, no qual é necessário o equilíbrio, para que o meio não seja prejudicado ou que o ecossistema venha a se extinguir.

Ao comentar esses pontos, Antonio Neto citou o filósofo Jean-Jacques Rousseau: “o vínculo social é formado pelo que há de comum nesses diferentes interesses e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordam, nenhuma sociedade poderia existir”. E enfatizou: “O Estado e as leis, portanto, nos libertaram das hordas primitivas. O “livre mercado” e o “livre comércio” nos tornaram prisioneiros e vítimas do capital financeiro especulativo, da sanha dos monopólios externos e internos. Os interesses monopolistas são contrários aos interesses dos povos. Os interesses do capital especulativo são contrários aos interesses do capital produtivo. A ação indiscriminada e sem controle destes dois vírus levará milhões de pessoas à morte por inanição. Por isso, somente uma regulação que vá além de medidas keynesianas, como afirmou Marcio Pochmann, libertará a humanidade desta crise, que nos trouxe uma certeza: a necessidade de se caminhar no caminho inverso das políticas neoliberais até hoje implementadas.

Neste sentido, destacou ainda, um pré-requisito fundamental é descartar de vez quaisquer ilusões sobre o "livre mercado" e o "livre comércio", restabelecendo o poder dos Estados nacionais, sua capacidade e poder de regulação sobre a entrada e saída de capitais, sobre o custo do dinheiro e na taxação dos mais ricos para financiar as obras de modernização e infraestrutura, fundamentais nos países em desenvolvimento. A partir dessas avaliações, Antônio Neto sugeriu a implementação de medidas tais como: centralização do mercado de câmbio assumindo o Estado controle sobre o dinheiro especulativo que ingressa no país; controle da remessa de lucros para o exterior; redução significativa da taxa de juros; criação de um fundo estratégico de investimentos em projetos de infraestrutura de energia, logística e no pré-sal; aprovação de leis que impeçam a demissão imotivada dos trabalhadores, a exemplo da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Comentários

O comércio e a normalização do crédito

A situação do fluxo de crédito neste período de crise foi um dos temas levantados pelos comentaristas desta mesa. Humberto Mota, Conselheiro do CDES, presidente da Associação Nacional das Empresas Concessionárias dos Aeroportos Brasileiros e presidente da Companhia Dufry South América, observou que o comércio ainda não sente a normalização do fluxo de crédito. “Atuo no comércio de consumo diário e também no de equipamentos pesados. O crédito direto, o crédito consignado e os cartões de crédito continuam com taxas de juros completamente inibidoras do consumo. Cartão de crédito com taxas de mais de 10% ao mês é algo absurdo”, exemplificou.

Para Mota, o mercado tem condições de reagir, como mostrou o setor de automóveis. “Quando houve crédito e juros razoáveis, nos meses de janeiro e fevereiro, o mercado reagiu. Nos demais setores, têm havido quedas acentuadas. As vendas em dezembro não foram boas e nos dois meses seguintes foram muito ruins”. Diante deste cenário, o empresário deixou um questionamento: com o crédito consignado apresentando taxas juros tão altos (nos contratos já assinados) e com a queda recente dos juros, não poderemos ter uma crise dos consignados?

“O Fórum Social Mundial estava certo”

Ao comentar as conferências desta mesa, Nair Goulart, Conselheira do CDES, presidente da Força Sindical – Bahia e vice-presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FITM), recordou que o movimento sindical e o movimento social vinham alertando há muitos anos que esse modelo de globalização baseada no capital financeiro não ia dar certo. “Quando começamos a dizer isso, no Fórum Social Mundial (FSM), fomos taxados de jurássicos e de esquerda retórica”, lembrou. Goulart recordou ainda que o presidente Lula foi um dos únicos líderes mundiais a ir ao Fórum de Davos levando propostas do FSM.

O que é mais importante agora, ressaltou, é ter em mente que a crise atual é mais do que uma crise de cassino, apresentando graves conseqüências nos campos produtivo, alimentar e ambiental. Nair Goulart sugeriu que o momento é propício a iniciativas ousadas e que o novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, poderia dar o exemplo, assinando o Protocolo de Kyoto. “Mantemos nossa crítica a esse modelo que tinha como um de seus eixos centrais um comércio injusto, gerador de desigualdades entre os países e dentro dos próprios países”, concluiu.

“Desejo de globalização não pode ser contido”

Fazendo outra inflexão, Alcides Leite Junior, inspetor analista do Banco Central, fez uma defesa do fenômeno da globalização. “O desejo de globalização não pode ser contido. Ele faz parte da natureza humana. Sempre que se buscou, ao longo da história, impor sistemas que contrariam essa natureza, esses sistemas não se sustentaram”, defendeu. Enfatizando que o fenômeno da globalização sempre existiu, Alcides Leite citou o livro “O Mundo é Plano”, de Thomas Friedman, segundo o qual, apenas na era moderna, houve três ondas de globalização: as grandes descobertas no século XVI, a Revolução Industrial no final do século XVIII, início do século XIX, e a atual onda gerada pelo desenvolvimento da informática.

Baseado neste modelo, sustentou que toda vez que há mudança de paradigma ocorrem crises como a que estamos vivenciando hoje. Essas crises, defendeu ainda, ocorrem porque cria-se uma defasagem entre os setores que absorvem mais rapidamente as novas tecnologias e aqueles setores que demoram mais a absorvê-las. “Estamos vivendo

um descompasso entre a globalização financeira, a globalização comercial e a globalização institucional que estaria mais atrasada do que as demais", resumiu.

Uma outra relação entre riqueza e renda

Já o Conselheiro Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do DIEESE, chamou a atenção para a tarefa central do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: atualizar uma agenda estratégica para o desenvolvimento do Brasil. Neste contexto, destacou a primeira diretriz que orienta esse trabalho, uma diretriz que trata da desigualdade. Ganz Lucio lembrou um gráfico apresentado pelo economista Octávio de Barros, que tratava da relação entre riqueza e renda nos Estados Unidos, nos últimos dez anos. "Temos que olhar para isso com muito cuidado, inclusive na sua relação com a crise atual", defendeu. E explicitou, assim, sua preocupação:

"Identificamos na nossa agenda que a questão distributiva é fundamental. Constituindo-se em um componente estruturante de uma estratégia de desenvolvimento. E o sistema financeiro, neste caso, atua contra essa estratégia de desenvolvimento. Quando falamos da necessidade de regulação desse sistema, hoje, devemos falar de uma regulação que seja tal que estabeleça uma outra relação entre riqueza e renda. Não é possível produzir riqueza sem distribuição de renda. A conseqüência de fazer isso é a crise que estamos observando agora".

MESA DE DIÁLOGO "NOVO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS"

FOTO 8

Coordenador: **Artur Henrique da Silva Santos** - Conselheiro do CDES, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Relator: **Murillo de Aragão** - Conselheiro do CDES, Presidente da Arko Advice Pesquisas

Palestrantes:

1. **Otaviano Canuto** – ex-Vice Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Futuro Vice Presidente do Banco Mundial (BIRD)
2. **Paulo Nogueira Baptista Jr. –**Diretor Executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI), representando o Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad & Tobago.
3. **Rogério Studart –** Diretor Executivo do Banco Mundial (BIRD) para o Brasil, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname, e Trinidad & Tobago.

Comentários:

- **Bruno Ribeiro** - Conselheiro do CDES, Advogado dos trabalhadores da Usina Catende Harmonia
- **Dom Demétrio Valentini** - Conselheiro do CDES, Presidente da Cáritas e Membro da Pastoral da Terra
- **Joseph Couri** - Conselheiro do CDES, Presidente da Associação Nacional de Sindicatos da Micro e Pequena Indústria – ASSIMPI

Na abertura da última Mesa do Seminário, o Conselheiro Artur Henrique da Silva Santos, coordenador da Mesa e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fez uma provocação aos palestrantes e debatedores, ao defender a necessidade de democratizar não apenas as instituições financeiras multilaterais, mas também órgãos brasileiros como o Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, propôs a inclusão de outras metas nos critérios de avaliação dessas instituições, como metas de crescimento, de emprego, de respeito aos direitos sociais e trabalhistas. E sugeriu a inclusão das seguintes questões na pauta de discussão das referidas instituições:

1. Há sentido na hipótese de que as instituições multilaterais migrem da provisão emergencial de liquidez a países com desequilíbrios no balanço de pagamentos para um papel sistêmico mais relevante, de caráter estabilizador? Em caso positivo, quais são os requerimentos, de recursos ou de natureza institucional, para que isso ocorra?
2. Existem possibilidades reais para os países emergentes assumirem um papel mais efetivo nas decisões das instituições financeiras multilaterais? Quais os indícios de que o poder de decisão será ampliado para a incorporação de países como Brasil, China, Índia, Rússia, México, África do Sul etc?
3. Por que as instituições financeiras multilaterais não têm assumido uma postura mais ativa na crise? Isso se explica simplesmente porque a crise foi detonada pelos

países mais ricos? Ou essas instituições estão vivenciando uma crise de identidade em decorrência de que seus paradigmas teóricos não terem sido capazes de evidenciar o surgimento da crise e, muito menos de conceber ferramentas e instrumentos para solucioná-la?

4. Não é necessário que existam discussões mais amplas e menos ideologizadas a respeito de caminhos e alternativas para proteger países, trabalhadores e pessoas mais pobres dos efeitos danosos da crise?
5. Olhando a partir do epicentro da crise, como os senhores avaliam a situação brasileira e os desafios para o futuro de forma a subsidiar este Conselho no que se refere à atualização da Agenda Nacional de Desenvolvimento?

Investimentos em infraestrutura e energias limpas - Otaviano Canuto

Primeiro a falar, Otaviano Canuto, até recentemente representante brasileiro no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e hoje Vice-Presidente do Banco Mundial, destacou que a atual crise não é produtiva, mas sim de consumo. Segundo ele, a crise expressa a exaustão de dois elementos: de uma máquina geradora de liquidez e alto grau de exposição a risco que se construiu a partir do processo de desregulamentação, e de um processo competitivo que andou num ritmo onde a geração de liquidez superou em muito a geração de riqueza real. Essa máquina de liquidez, acrescentou, ao gerar uma altíssima alavancagem nos países centrais (em especial nos Estados Unidos) a partir de uma profunda desregulamentação do sistema financeiro, fez com que o resto do mundo voltasse suas economias para a satisfação desse mercado consumidor baseado em endividamento crescente. O funcionamento dessa máquina acabou contaminando a estrutura patrimonial em geral. A grande bolha global alimentada entre 2003 e 2008 acabou gerando um falso enriquecimento patrimonial das famílias nos EUA. Essa ilusão foi desfeita agora de um modo dramático.

Um drama que está longe de terminar, advertiu Canuto. “Após atravessar uma fase de deflação de ativos, estamos vendo agora a interação de variáveis reais e financeiras. O reflexo negativo desse desmonte atinge todas as estruturas produtivas relacionadas com o mercado norte-americano”. E não haverá retorno à normalidade, acrescentou: “É uma ilusão acreditar que os problemas financeiros são problemas de liquidez. Ou seja, para enfrentar a crise, não basta o governo comprar títulos podres e retirá-los dos bancos”. Diante desse quadro, disse ainda Canuto, uma das possibilidades de retomada da economia global depende do consumo de setores médios dos países emergentes e de investimentos em áreas como energia limpa e infraestrutura nestes países.

Sobre o papel das agências reguladoras nesse processo, Canuto lembrou inicialmente que elas são bancos que captam recursos, fazem sua intermediação e emprestam para investimentos considerados estratégicos. No entanto, observou, a parcela de capital destes bancos que é integralizada é muito pequena (algo em torno de 4,5%). É da natureza destes bancos, portanto, que sejam seletivos, apostando em projetos que tenham um efetivo impacto de desenvolvimento. Hoje, mais do que nunca, acrescentou, esses bancos têm uma função similar à do beija-flor: a polinização de conhecimento. “Antigamente, tratava-se de um papel mais modesto, com menos oferta de capital também. A crise mudou muito isso e a demanda dessas agências deve subir enormemente”. O atendimento a esse crescimento de demanda, disse Canuto, depende fundamentalmente da recapitalização das agências multilaterais. “Pode-se fazer muito para aumentar a voz das economias emergentes, mas é preciso ter claro que mais voz implica mais aporte de recursos”.

Outro problema a ser enfrentado, assinalou ainda, é que todas as agências precisam que o FMI aumente sua capacidade de atuação, uma vez que a demanda por liquidez é enorme por parte das economias emergentes. E falar do aumento da capacidade de atuação do FMI implica falar, entre outras coisas, de uma nova rodada de direitos especiais de saque (SDRs em inglês) e de novas rodadas de capitalização. Esses desafios exigirão um trabalho de longo prazo, salientou Canuto, utilizando uma metáfora olímpica: "A crise que estamos enfrentando não é uma corrida de 100 metros, mas sim uma maratona que exige preparação de maratonista".

Canuto e, mais tarde, Paulo Nogueira Batista, citaram o relatório *Stern* britânico como um possível caminho para resolver os problemas atuais. Esse relatório sugere a reordenação do parque industrial mundial na direção de investimentos em energias limpas e sustentáveis. Além de uma inadiável demanda ambiental, seria também uma oportunidade econômica. Outro caminho apontado por Canuto, citando o economista chinês Justin Yifu Lin, é evitar a construção de infraestruturas redundantes, principalmente no Japão e Europa, apenas para atender a demanda de enxugamento da liquidez. Seria mais proveitoso para os próprios países ricos, defendeu, criarem fundos, ou capitalizarem as agências multilaterais de fomento, para a criação de infraestrutura útil nos países em desenvolvimento.

O mundo precisa mais do que nunca das agências multilaterais - Rogério Studart

A necessidade de fortalecer o papel das agências multilaterais foi reforçada por Rogério Studart, representante do Brasil e de outros oito países no Conselho de Administração do Banco Mundial. Segundo ele, dada a natureza e a dimensão da crise, o mundo precisa mais do que nunca dessas agências. Essa crise, para Studart, é o auge de um processo de três crises sobrepostas: crise de desenvolvimento, de crescimento abusivo do consumo e de insustentabilidade ambiental. "Nas últimas três décadas, tivemos um grande retrocesso na agenda de desenvolvimento, que passou a ser um subproduto do comércio e do sistema financeiro. Isso foi agravado pelo crescimento abusivo do consumo. É insustentável um modelo onde mais de 25% do consumo de energia de todo planeta esteja concentrado em um país (EUA) que tem 5% da população mundial. A crise ambiental é reflexo desse modelo altamente consumista. O mundo já era insustentável antes de se tornar financeiramente insustentável".

O alto consumo nos EUA acabou provocando um alto endividamento das famílias e um conseqüente desequilíbrio macroeconômico. Países como China, Índia e Brasil, observou ainda Studart, tiveram o papel de saciar um mercado insaciável, até que esse desequilíbrio se tornasse insustentável. Estourada a bolha de crédito, não há mais quem possa consumir esta capacidade produtiva, o que, de qualquer modo, seria imprudente, considerando a extensão da crise ambiental associada à superprodução. Ou seja, a articulação das três crises já estava aí, demandando soluções globais e cooperação internacional.

O atendimento dessas demandas esbarra em um grande problema, assinalou Studart. A atual institucionalidade é totalmente inadequada para os problemas atuais. A estrutura acionária favorece os interesses dos países mais ricos. E as ofertas de recursos continuam acompanhadas pela imposição de condicionalidades que não favorecem o desenvolvimento dos países mais pobres. A atual ordem econômica, lembrou, foi desenhada para refletir e manter as relações de poder do fim da Segunda Grande Guerra, o que inclui os mecanismos de funcionamento dessas instituições. Mas o mundo mudou e os problemas são outros. Para os novos problemas globais, concluiu, precisamos de instituições verdadeiramente globais com perspectivas globais, o que exige profundas

mudanças. E acrescentou: “Não sejamos realistas. Não se constrói futuro sendo realista. O realismo tende a repetir padrões do passado”.

Aspectos da democracia interna no FMI - Paulo Nogueira Batista

Representante do Brasil no FMI, Paulo Nogueira Batista Jr. concordou com Studart. “O realismo, às vezes, é utilizado pare encobrir conformismo. E este é um péssimo momento para ser conformista. Temos oportunidades que não podem ser desperdiçadas. Há propostas que há seis meses eram consideradas românticas e hoje são realistas”. Uma das oportunidades mencionadas por Nogueira Batista reside no fato do enfraquecimento político, moral e econômico das velhas potências, responsáveis centrais pela crise. A nova fase do G20, com a ampliação de espaço para os países em desenvolvimento, já é um reflexo desse enfraquecimento. Isso não significa, porém, facilidades no desafio de democratizar essas instituições. O representante brasileiro no FMI detalhou a situação da democracia interna no órgão.

Os 185 países membros do FMI não têm o mesmo poder de voto. Os EUA e a União Européia possuem quase a metade dos votos da instituição e muitas decisões exigem uma maioria de 85% dos votos. Como os EUA têm 17% dos votos, são o único país com poder para bloquear decisões. O Brasil, junto com outros países emergentes, tem aproveitado a crise das potências centrais para conseguir algumas mudanças, ainda insuficientes. Em abril de 2008, reformas alteraram em 3% para mais a fatia dos emergentes no poder de voto, mas a resistência dos EUA e Europa às mudanças pôde ser vista em seguida, quando foi mantido o arranjo pelo qual o diretor-gerente do FMI é sempre um europeu (hoje o francês Dominique Strauss-Khan) e o presidente do Bird é sempre um americano (hoje Robert Zoellick). A Europa, em especial, explicou Nogueira Batista, resiste à idéia de dar mais poder aos emergentes; os EUA também o faziam até agora, mas há sinais positivos, segundo ele, vindos do governo Obama.

Uma outra pequena vitória ocorreu no Comitê de Ministros do FMI, que se reúne semanalmente para orientar a diretoria e funciona por consenso e não por voto de maioria. Paulo Nogueira Batista Jr. citou um exemplo do que pode ser feito neste espaço. Quando a Argentina estava renegociando sua dívida externa, os países credores queriam condenar o país, mas o então ministro Lavagna conseguiu sozinho, sem apoio do Brasil inclusive, bloquear a iniciativa. Agora, pela primeira vez, a presidência desse comitê ficará nas mãos de um país em desenvolvimento, o Egito. “Estávamos neste processo quando desabou a crise. Agora, estamos debatendo reformas muito significativas nos instrumentos de empréstimos. Essa crise criou uma oportunidade para que haja uma substituição permanente do G7 pelo G20 como instância de debates dos problemas globais. E criou uma oportunidade também para fixarmos uma data para revisar a estrutura de decisão do FMI. A idéia é modificar a estrutura da diretoria, reduzindo o número de cadeiras européias”, explicou.

Destaque da Fala do Relator

Não é só nas instituições de *Bretton Woods* que o Brasil deve se juntar a outros emergentes para enfrentar o poderio de EUA e União Européia, que o relator da Mesa, Murillo de Aragão, Conselheiro do CDES e presidente da Arko Advice Pesquisas, descreveu como uma versão global da *política do café com leite*. O espaço do G20 passa a ser estratégico em toda luta pela democratização das instituições financeiras multilaterais. “Infelizmente, essas agências não conseguiram evitar a crise, o que, por si só, já justifica a sua reforma”, comentou Aragão.

Na avaliação do conselheiro Murillo de Aragão, a existência das instituições multilaterais não impediu a crise, revelando que elas não tinham o poder de evitá-la. “Por si esse

argumento justifica o redesenho da arquitetura das instituições", completou o conselheiro lembrando que "em todos os momentos de grande crise elas tiveram papel relevante. Elas serão relevantes na questão da liquidez, na regulação e na retomada da confiança, na assessoria e apoio técnico e integração dos bancos de desenvolvimentos regionais e como indutores de uma nova governança global e promotores de uma economia mais comprometida com desenvolvimento social e ambiental".

O conselheiro apontou, ainda, alguns aspectos consensuais nas palestras: 1) exaustão do modelo anterior das instituições multilaterais; 2) importância da questão ambiental na reconstrução da ordem econômica mundial; 3) necessidade de se fortalecer e redesenhar as instituições multilaterais, por meio de recapitalização; 4) países devem ter bons projetos e, no caso brasileiro, a vantagem é o PAC; 5) ampliação do papel do Brasil nas instituições para evitar o risco da bilateralidade, ampliando o poder dos países ricos; 6) revisão da questão do revezamento do comando das instituições por Europa e Estados Unidos.

Finalmente, o conselheiro, ressaltou que é fundamental para o Brasil ter uma atuação mais evidente nessa nova arquitetura e para isso é necessário ter fundamentos econômicos sólidos. "Temos que dar o bom exemplo interno para influenciar e levar nosso modelo de desenvolvimento econômico com justiça social para o mundo".

Comentários

Crise ambiental e crise econômica

Após a fala do relator, o Conselheiro do CDES, Bruno Ribeiro fez algumas considerações sobre a natureza da crise. "O mundo vive atualmente não apenas uma, mas duas grandes crises de cuja superação dependem a qualidade de vida e a própria vida no planeta: a Crise Ambiental e a Crise Econômica ", destacou. Algumas características são comuns às duas crises: i) origem nas economias desenvolvidas; ii) efeitos mais duros sobre os países e sobre os povos que não especularam e que emitem menos gases poluentes. Elencou, em seguida, como causa comum das crises, a irracionalidade nos padrões de consumo, de acesso ao crédito e de uso da energia". E completou: "A emissão de gases nas fábricas e automóveis, bem como a bolha imobiliária americana e o colapso do sistema financeiro privado não são causas, mas efeitos dessa irracionalidade nos padrões de consumo e de crédito (exemplos : o endividamento das famílias americanas é de 17,5 trilhões de dólares, equivalente à soma dos PIBs norte-americano e alemão. E a média é de 13 cartões de crédito por família norte-americana). A realidade aponta para a conclusão de que "a era das crises tem fortes traços de unilateralismo, pois elas foram originadas nas nações ricas, indo do centro para a periferia. Nas fases de prosperidade, também, predominou o unilateralismo, só que em sentido inverso ao da crise, com a apropriação centralizada dos ganhos e da renda/riqueza produzida em todo o Mundo".

Quanto ao tema dos papéis e desafios que se colocam para as instituições multilaterais, o Conselheiro salientou que as principais delas foram criadas no final da 2ª Guerra Mundial. Com fortes traços de desigualdade (a ONU tem 192 países soberanos e apenas 5 têm poder de veto, por exemplo). Nos 45 anos seguintes, observou ainda, a atuação dessas instituições multilaterais foi fortemente influenciada pelo quadro bipolarizado da guerra fria. E nos anos recentes foram limitadas pelo unilateralismo do governo Bush. O mundo mudou bastante e elas não se atualizaram. Não tiveram uma atuação visível antes da explosão da crise econômica e ainda não se percebe qualquer ação importante nessa fase posterior, apesar da previsibilidade de ambas as crises (o economista Nouriel Roubini previu todas as fases da crise econômica numa palestra no auditório do FMI, mais de um ano antes). Essa inação, avaliou o Conselheiro, se deu apesar do fato de uma das principais missões estatutárias do FMI ser, exatamente, a de "monitorar e regular

o sistema financeiro internacional". O Bird, por sua vez, tem como missão a redução da pobreza no mundo e ainda não começou a atuar para mitigar os efeitos empobrecedores da crise mundial.

Na visão de Bruno Ribeiro, "a normalidade na economia global e a retomada do crescimento não dependem apenas do reaquecimento do crédito, que certamente não retornará aos níveis de irracionalidade da fase anterior à crise. Sobretudo dependem da distribuição da renda entre países e dentro destes entre as pessoas. Como reflexão para os demais participantes do seminário, deixou as seguintes indagações provocativas:

1. É adequado que o dólar permaneça como padrão monetário ? Considerando que o padrão dólar foi fixado no pós-guerra quando a economia norte-americana tinha um papel central na recuperação econômica, vai continuar quando agora a economia americana é o principal foco irradiador da crise?
2. Como ter uma atuação verdadeiramente multilateral sem autonomia e sem uma fonte de recursos que fortaleça a independência? (considerando a elevada dependência das instituições multilaterais quanto aos aportes de capital americano e considerando que quem aporta recursos define a agenda de prioridades)

É preciso civilizar o dinheiro

Outro Conselheiro, Dom Luiz Demétrio Valentim, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi além e defendeu não apenas a reforma destas instituições, mas a sua refundação, a partir das seguintes constatações:

i) A atual crise mundial desfez em frangalhos o mito da auto regulação do mercado financeiro. Os países atingidos mais fortemente pela crise, estão apelando para a intervenção massiva do setor público nos mercados financeiros;

ii) a crise atinge os países centrais do sistema capitalista, e vai sendo inexoravelmente passada a todos. Isto exige a busca de soluções globalizadas;

iii) hoje já não é mais suficiente, e seria ilusória, uma soberania nacional que não esteja ancorada em sólido sistema de acordos, regras, e instituições internacionais;

iv) é urgente evitar distorções perversas, que produzem injustiças disfarçadas de legalidade, levando ao paradoxo atual: os pobres do Sul continuam financiando os ricos do norte, via fuga de capitais, ou via constituição de reservas financeiras aplicadas nos mercados seguros do norte.

Baseado nestes diagnósticos, Dom Demétrio Valentim apresentou as seguintes propostas:

- é urgente uma refundação do sistema de todo o sistema de instituições econômicas e financeiras internacionais. "É preciso encontrar novas formas de coordenação internacional em matéria monetária, financeira e comercial.
- é necessário evitar que se inicie a cadeia de protecionismos. Ao contrário, é preciso ir construindo práticas de cooperação em matéria de transparência e vigilância do sistema financeiro.
- é urgente acabar com todos os "paraísos fiscais", que significam o descompromisso ético das finanças, e estimulam a irresponsabilidade dos agentes financeiros.
- é importante recomendar que na reunião do G20 o Brasil tome a iniciativa de urgir um novo sistema financeiro mundial, que conte com claros mecanismos de monitoramento e de controle dos seus procedimentos, e que seja colocado a serviço do desenvolvimento sustentável, justo e equitativo de todos os países.

Na passagem do milênio, assinalou por fim, a Igreja na Suíça, país de refúgio de grandes somas financeiras, propôs uma campanha que a crise atual torna ainda mais urgente. Ela propunha *"civiliser l'argent".* Trata-se, sim, de "civilizar o dinheiro" pois na medida em

que ele permanece como instrumento de especulação continua bárbaro e em descompasso com a consciência de cidadania universal que hoje se impõe. Cabe às novas instituições financeiras, a serem organizadas à luz da experiência da atual crise mundial, "civilizar o dinheiro", tornando-o fator de um novo paradigma de desenvolvimento mundial. Assim o dinheiro, que carrega o estigma da advertência de Cristo – "Não podeis servir a Deus e ao dinheiro", poderá recuperar sua verdadeira finalidade, de instrumento ágil e eficaz a serviço da socialização da economia mundial, que também precisa recuperar sua civilidade, colocando-se a serviço da vida neste planeta que habitamos. "Não é mais possível conviver com essa distorção que faz com que os pobres do Sul sigam pagando as contas dos ricos do Norte", defendeu.

A panela de pressão explodiu. E agora?

Presidente da Associação Nacional de Sindicatos das Micros e Pequenas Indústrias (ASSIMPI), o Conselheiro Joseph Coury utilizou uma metáfora culinária para falar da crise. "Na semana passada descobri que sou um péssimo cozinheiro. Coloquei feijão na panela de pressão e ela acabou explodindo, jogando o feijão todo para o teto e para as paredes. A panela de pressão explodiu. E agora? Acho que dá para pensar a crise mundial a partir dessa situação". Ao falar sobre os mecanismos e escolhas que fizeram a panela de pressão da economia explodir, Coury chamou a atenção para o fato de o Brasil ter adotado um caminho próprio.

"Tudo aquilo que disseram que o Brasil deveria fazer, o Brasil fez ao seu modo, não fazendo tudo o que diziam que deveríamos fazer. Ainda bem que não fez. Aí está o resultado. Hoje, segundo disse a revista The Economist, o Brasil é um dos cinco países do mundo que deve crescer em 2009". Diante deste quadro, acrescentou, um dos grandes desafios que temos agora é: como as instituições multilaterais levarão essa mensagem do Brasil para o resto do mundo? "Devemos ter clareza sobre aquilo que fizemos certo e o que fizemos de certo está sendo dito pelo presidente Lula. Devemos falar claramente sobre a importância das políticas sociais implementadas pelo governo brasileiro, sobre a importância do PAC e dos demais investimentos públicos, dos nossos bancos públicos e das parcerias do setor público com nossos bancos privados".

A partir destes avanços, Coury indagou ainda: será que não está na hora de conduzirmos um processo ao invés de ser conduzido por ele? Será que não está na hora de nossos representantes nas instituições multilaterais deixarem claro nosso recado, falar sobre o que está acontecendo no Brasil, com nossos acertos e erros, que faz com que sejamos um dos únicos países do mundo com expectativa de crescimento em meio à crise. "O que devemos ter em mente na hora de definirmos nossas políticas é que o Brasil é apontado hoje como uma das poucas ilhas de prosperidade no mundo. Precisamos preservar o que temos e valorizar o Brasil. Todos os cenários apontam que o país deve crescer este ano, pouco, mas crescer. Os mais pessimistas falam em um crescimento de 0,6%. Isso é maravilhoso se levarmos em conta que a economia dos outros países está encolhendo. Teremos dificuldades sim, mas estamos melhor do que a maioria dos outros países", concluiu.

Brasil precisa aumentar sua força nas instituições multilaterais

O embaixador José Botafogo Gonçalves, presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri),chamou a atenção para qual tem sido a política do governo brasileiro em relação aos organismos financeiros multilaterais, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, criados em 1944 por Bretton Woods. "O Brasil sempre entendeu essas instituições como fornecedoras de recursos para o desenvolvimento – no caso do Banco Mundial – ou para socorro em situações de crise na balança de pagamentos – no caso do FMI. Deste ponto de vista, o Brasil até que foi bem,

pois o Banco Mundial sempre nos emprestou dinheiro e o FMI, forçadamente ou não, também. Mas a contrapartida negativa disso foi que o Brasil nunca se preocupou em ocupar suas posições dentro dessas instituições de maneira a se tornar mais forte de dentro para fora e não de fora para dentro".

O Brasil, pelo seu tamanho, acrescentou, sempre pesa nestas instituições. Mas a política de ocupação de espaços disponíveis no *staff* dessas instituições sempre foi muito fraco, avaliou. "Especialmente neste momento de crise, deveríamos desenvolver uma política de ocupar espaços em todos os níveis. Conhecer por dentro essas instituições torna-nos muito mais fortes. Nos últimos anos, estava crescendo uma certa irrelevância do Banco Mundial e do FMI. Hoje, com a crise, essa tendência está sendo revertida".

Quando ao tema das condicionalidades impostas por tais instituições, o embaixador não se mostrou muito otimista sobre uma mudança. "Todo mundo que vai ao médico, entende o que significam essas condicionalidades. Quando você está doente e vai ao médico, ele indica um medicamento e um tratamento que normalmente não é agradável. As condicionalidades têm esse caráter. Eu não compartilho o otimismo de que teremos mais facilidades nesta área no futuro. A razão é simples. Está havendo uma estatização dos recursos bancários nos Estados Unidos e em outros países. Os governos passam a ser donos do dinheiro. Isso não vai tornar mais fácil a negociação das condicionalidades, pois elas passam a ter uma dimensão política muito maior. É justamente em função disso que precisamos aumentar nossa força política no interior dessas instituições", concluiu.

Novos desenhos para as instituições multilaterais

Professora titular do Departamento de Economia da UnB, Adriana Amado, destacou em sua intervenção a ausência de algumas observações dos debatedores na análise do papel das instituições multilaterais neste momento de crise. Ela observou que o diagnóstico passa todo pela noção de economia monetária de produção. "Segundo essa noção, tem-se, no início, um casamento entre o real e o monetário, que tem um lado teórico (keynesiano) muito bem definido. É uma noção central do pensamento de Keynes que o processo de acumulação capitalista tem objetivos monetários. Portanto, a separação entre real e monetário não pode ser feita para compreender as trajetórias de crescimento e desenvolvimento das economias capitalistas".

Esse casamento, prosseguiu a economista, acontece ou voluntariamente ou por meio de imposições geradas por crises. "Aparentemente, o descolamento que começa a acontecer entre a esfera financeira e a esfera real está ganhando uma certa autonomia. Mas numa economia que tem a estabilidade com um marco definidor, isso faz com que as convenções passem a ganhar peso, originando movimentos cíclicos relacionados à percepção dos agentes econômicos sobre o que está acontecendo. Isso, porém, não tem um lastro muito bem definido porque os agentes constroem a economia no momento em que tomam suas decisões. Quando se tem um rompimento desse sistema de convenções, explode tudo, porque todo mundo passa a duvidar das bases que orientavam sua percepção".

Neste contexto, defendeu Adriana Amado, ganha destaque a necessidade de termos instituições que estejam fora do sistema e que não ajam de acordo com ele e suas regras. Quem desempenha esse papel é, fundamentalmente, o Estado, e no contexto da atual crise global ganha caráter de necessidade também a existência de agências coordenadoras supranacionais. "O que chamou a atenção neste debate foi a timidez, ou a realismo, das propostas apresentadas para o funcionamento dessas instituições. Elas estão muito calcadas ainda em Keynes. De modo geral, os debates sobre os novos desenhos das instituições multilaterais ainda está muito travado pela própria inércia institucional destes organismos, problema agravado pela crise", concluiu a professora da UnB.

ENCERRAMENTO

Ministro José Múcio Monteiro - Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

"Os fracos não eram tão fracos, os fortes não eram tão fortes"

No encerramento do Seminário, o Ministro José Múcio Monteiro resumiu assim o conjunto de diagnósticos e propostas de enfrentamento da crise, que encontraram uma alta dose de consenso durante os dois dias de debates: "O inesperado fez uma surpresa ao mundo. Hoje vemos que os fracos não eram tão fracos e os fortes não eram tão fortes. E, neste grave momento, os que eram considerados fracos são chamados para enfrentar a crise".

Os desdobramentos da crise estão aí para mostrar que, na verdade, a fraqueza está do lado daqueles que viam o Estado e a esfera pública como um estorvo tolerável apenas para assegurar algumas migalhas aos mais pobres; e a força, mais do que nunca, aparece ao lado de quem acredita que a economia e os conceitos de crescimento e de desenvolvimento devem servir à emancipação humana e não ao enriquecimento obsceno de alguns poucos auto-intitulados vencedores.

Anexo I

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ABERTURA SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO, 29ª REUNIÃO DO PLENO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CDES

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 05 de março de 2009

Meu caro companheiro José Múcio, ministro-chefe da Secretaria de Relações **Institucionais** e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Quero cumprimentar a ministra Dilma e, em nome dela, cumprimentar todos os ministros que estão aqui presentes,

Senhores representantes do corpo diplomático,

Companheiros deputados,

Nosso líder do governo, Henrique Fontana,

Senadores,

Meu caro Paulo Godoy, em nome de quem cumprimento os integrantes do Conselho,

Convidados estrangeiros que vieram participar deste encontro,

Companheiros da imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

Antes de mais nada, gostaria de saudar os participantes deste Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O CDES, como todos sabem, tem um acúmulo precioso de contribuições para a nossa agenda do desenvolvimento.

Não poderia haver iniciativa mais oportuna neste momento do que reunir intelectuais e lideranças políticas, bem como lideranças sociais e empresariais, do Brasil e do exterior, para debater a crise mundial e suas consequências.

Creiam, não se trata de uma manifestação protocolar. Vejo neste fórum, de fato, a antecipação daquilo que o mundo mais precisa para equacionar e vencer as turbulências que se multiplicam no plano internacional. O nome desse requisito é entendimento político. O nome dessa condição é ação cooperativa multilateral. O nome dessa premissa é, enfim, uma agenda de prioridades que reconcilie os interesses da economia e da sociedade. Somente assim será possível dar um novo alicerce às transformações cobradas pelas nações e pelos povos nessa travessia singular da nossa história.

Por mais injustas que sejam – como de fato são – as consequências dessa crise para as populações pobres e as economias em desenvolvimento, a verdade é que ela coloca um ponto final em um ciclo de mais de duas décadas de equívocos e fraudes cometidos em nome do "deus" mercado.

Disse-o bem Paul Volcker – o ex-presidente do FED norte-americano – acerca do arsenal de inovações financeiras multiplicado nos últimos anos. Diz ele: "Ele nada acrescentou de relevante à economia real". Não acrescentou mesmo, e não contribuiu, como tenho repetido, para incentivar a produção sequer de um parafuso.

É preciso, portanto, reconhecer e valorizar cada vez mais o papel de todos aqueles

que resistiram arduamente à agenda do Estado mínimo nas últimas décadas; dos que resistiram ao desmonte das políticas públicas em nome da desregulação dos mercados; dos que resistiram, sobretudo, a entregar a sorte da sociedade aos azares do cassino financeiro, optando, em vez disso, por implantar e ampliar políticas sociais para ordenar a economia e qualificar o crescimento.

A crise atual consolida e consagra uma agenda de desenvolvimento que vinha sendo criticada de forma injusta e agressiva nos últimos anos. Se alguém ainda tem dúvida sobre a mudança em curso, recomendo a leitura do orçamento fiscal norte-americano anunciado pelo presidente Obama, na semana passada.

Um novo paradigma emerge em meio às ruínas das finanças desreguladas. Consolida-se rapidamente um novo idioma político, que recupera e fortalece a luta por uma sociedade cada vez mais democrática e justa socialmente.

A ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo. A justiça fiscal recupera sua responsabilidade como alavanca indissociável do desenvolvimento e do bem-estar social. Emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna são as renovadas balizas do desenvolvimento.

Permitam-me dizer-lhes – não sem uma ponta de orgulho – que na América do Sul, e em especial no Brasil, a partir de 2003, essas balizas conquistaram ampla legitimidade em todos os escrutínios a que foram submetidas nos últimos anos. Nosso grande desafio, portanto, é ampliá-las e fortalecê-las no nosso país e contribuir para sua institucionalização em nível internacional.

A reforma dos organismos internacionais está no centro desse momento histórico. O FMI, o Banco Mundial, a própria Organização das Nações Unidas, bem como as agendas do G-20 e da OMC devem incorporar a nova geopolítica e os novos valores consagrados na esfera mundial.

Chamo a atenção dos intelectuais e das lideranças presentes neste seminário para a urgente atualidade de alguns temas.

Definitivamente, essa crise deixa claro que a política não é o oposto da eficiência, é um dos seus pressupostos essenciais. Tampouco o Estado é o estorvo do desenvolvimento. Ele é, sobretudo, o indutor. Impõe-se discutir uma nova visão política e teórica do papel do Estado na globalização .

É inadiável aprofundar o debate sobre a interação entre democracia política e a regulação econômica da sociedade em nosso tempo. É crucial acelerar o avanço dos processos de integração regional, a exemplo da integração sul-americana. Temos aí, certamente, um caminho indispensável para a inserção ativa das nações em desenvolvimento no contexto da globalização.

Acima de tudo, trata-se de compreender que a reordenação mundial que a crise impõe transcende a capacidade das respostas técnicas e, sobretudo, das respostas unilaterais. Não se trata mais da vontade de um ou de outro chefe de Estado, de um ou de outro grupo de pressão, deste ou daquele organismo multilateral.

O colapso da ordem financeira mundial coloca desafios que excedem o raio de ação de forças sociais isoladas. Extrapola o alcance de setores econômicos específicos. Em um certo sentido, vai além da esfera de soberania dos Estados nacionais.

Só há uma força tão contundente em versatilidade e abrangência para enfrentar uma crise internacional do dinheiro desregulado, e essa força é a política. Não qualquer política, mas a política modelada em instituições multilaterais representativas, capazes de assumir com desassombro a incumbência de sanear o passado e estabelecer as novas bases para o futuro. Vivemos dias extraordinários, e diante do extraordinário, as ferramentas da rotina têm eficácia reduzida. A agenda mundial experimenta uma renovação vertiginosa nos últimos meses. Nosso desafio, agora, é manter o crescimento

em meio às turbulências de uma travessia irreversível.

Para o Brasil, felizmente, não se trata de um desafio estranho às prioridades adotadas pelo governo nos últimos anos. Desde 2003, lutamos com cautela, mas com firmeza, para livrar a economia brasileira de uma inserção dependente e subordinada à lógica financeira internacional.

Assumimos a Presidência com uma das maiores dívidas externas do mundo. Uma bola de neve que crescia à taxa de 6,5% ao ano, enquanto as exportações aumentavam apenas 4,5%, em média. Na progressão que antevia o desastre, as reservas cambiais caíram a US$ 17 bilhões de dólares.

Hoje, ao contrário, somos credores internacionais. Temos um cinturão de segurança de US$ 200 bilhões; somos auto-suficientes em petróleo; desfrutamos maior solidez e autonomia para atravessar esse período de incertezas, sem renunciar à nossa agenda do crescimento. Nosso sistema de bancos estatais foi recuperado, fortalecido e ampliado. Devolvemos ao BNDES sua vocação de banco de desenvolvimento. Em 2008, sua carteira de financiamentos chegou a quase R$ 92 bilhões; um total 40% superior a 2007.

Para 2009, o BNDES terá aportes adicionais de R$ 100 bilhões para assegurar o crédito necessário ao investimento e ao capital de giro das empresas e grandes projetos de infraestrutrura. O Banco do Brasil ganhou capilaridade adicional com a aquisição da [Nossa] Caixa e do Banco Votorantim, com a sociedade, e ficou mais robusto para atuar no financiamento da agricultura, do consumo e da indústria.

A Caixa Econômica Federal nunca financiou tanto a construção civil como hoje. E aqui um dado importante para os empresários: em janeiro e fevereiro do ano passado, a Caixa Econômica Federal fez contratos de financiamento de menos de R$ 1 bilhão. Este ano, no mesmo período, a Caixa Econômica Federal já fez contratos de R$ 1 bilhão e 900 milhões. Paulo Godoy que reúna os empresários da construção civil, e se preparem, porque os 20 anos que vocês passaram sem ter investimentos públicos em obras de infraestrutura acabaram. Agora não é mais desafiar o governo para fazer investimento em infraestrutura, é desafiar os empresários para se prepararem para construir as obras que nós vamos contratar.

A Caixa Econômica está apta a assumir a liderança financeira da política habitacional anticíclica que anunciaremos nos próximos dias. Certamente, a Dilma vai falar, o Guido vai falar, o Meirelles vai falar, mas nós vamos anunciar, nos próximos dias, um pacote de habitação de um milhão de casas populares para a população de zero a 10 salários mínimos. A Caixa, ao lado das demais instituições do mercado, cuidará de assegurar o crédito necessário à aquisição dessas unidades pelos segmentos de renda popular, bem como pelas faixas de renda média e média alta.

O PAC, se já não existisse, teria que ser criado. No fundo é o que muitos países, inclusive os ricos, estão procurando fazer neste momento: retomando a coordenação pública dos investimentos, como consolidamos a partir de fevereiro de 2007.

Agora, em plena crise, o que fizemos foi aumentar até 2010, em 142 bilhões, o total de investimentos previstos nesse programa, o que vai resultar em um acréscimo de 502 bilhões até 2010. Eles somam agora mais 1 trilhão, em relação aos 693 bilhões originais, isso se nós levarmos em conta os investimentos previstos até 2015. Desse total, 646 bilhões serão investidos até 2010, contra 504 bilhões, que era o original. Outros US$ 36 bilhões das reservas foram alocados ao comércio exterior, de modo a assegurar a competitividade das exportações em um ambiente cercado de ameaças protecionistas.

E por falar em protecionismo, deixemos bem claro: não podemos passar do vale-tudo financeiro, que jogou o Planeta na situação atual, para o vale-tudo protecionista, que certamente nos jogaria numa crise ainda pior do que aquela que resultou na 2ª Guerra

Mundial.

Meus amigos e minhas amigas,

O Brasil desfruta nesse momento de uma posição privilegiada, reconhecida nacional e internacionalmente. Temos coordenação pública de investimentos, temos rede sólida de bancos estatais e privados, temos reservas e recursos garantidos para financiar a economia.

Mas, sobretudo, a grande novidade é que o Brasil não depende fundamentalmente de dinheiro externo para preservar seu crescimento em meio a uma crise mundial equivalente, ou até mais grave, que a de 1929. Essa conquista inédita deve ser creditada ao conjunto de políticas e decisões estratégicas tomadas nos últimos anos. Uma das mais importantes, vemos agora, foi impulsionar a construção de um robusto mercado de massas, como nunca tinha acontecido no nosso país.

Foram decisivas, nesse sentido, as políticas sociais, bem como a recuperação do poder de compra do salário mínimo, que cresceu 51% em termos reais, de 2003 até agora. Mais de 20 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da base da pirâmide de renda, nos últimos anos, para ampliar as faixas médias de consumo do mercado interno.

Não estamos falando, portanto, de iniciativas pontuais desprovidas de sentido estratégico. Mudanças estruturais foram adicionadas à engrenagem econômica do País e elas mudaram, e continuam mudando, a sociedade e o desenvolvimento brasileiro. Os canteiros de obras do PAC, multiplicados por todo o País, consolidam essa redefinição estrutural nas diferentes regiões do País nesse momento. Esse conjunto irradia efeitos benéficos e encadeados sobre o nível da renda, do emprego, da oferta e da demanda, ampliando os limites e oportunidades de crescimento em plena crise.

Acima de tudo, porém, o que diferencia esse ciclo, que estamos vivendo, de episódios anteriores de nosso desenvolvimento é que, desta vez, sua continuidade não depende apenas da lógica econômica.

Uma nova consciência democrática e popular se espraia pela sociedade brasileira. O que essa forte consciência nos diz é que a economia não pode mais se divorciar da voz da democracia, tampouco ignorar o comando da justiça social na condução do desenvolvimento no século XXI. Investidores nacionais e estrangeiros já entenderam a força aglutinadora desse novo ingrediente e por isso mantêm e ampliam seus investimentos no País.

Tenho a certeza de que este seminário, com a inteligência, o talento e as experiências públicas e privadas aqui presentes, saberá debater e aprofundar os caminhos do desenvolvimento do Brasil, contribuindo para que avancemos, governo e sociedade, na construção do país que sempre sonhamos.

Meus amigos e minha amigas,

Apenas para não perder o hábito, eu queria reforçar uma coisa que eu disse no meu discurso, da questão política. Eu estou convencido de que a saída para essa crise que estamos vivendo só acontecerá se os governantes do mundo assumirem o papel de governantes dos seus países.

Houve durante duas décadas quase uma apatia, porque as pessoas eram eleitas sob a égide de que o Estado não valia nada, de que tudo seria resolvido pelo mercado e que, portanto, o papel do governante era enxugar o Estado, diminuí-lo o máximo possível, porque o Estado atrapalhava o desenvolvimento da economia. Muitos dirigentes políticos passaram o mandato inteiro tentando fazer isso. Chegaram a falar até em choque de gestão como a única forma de a gente resolver o problema de cada país.

Aqui no Brasil, no nosso governo, nós nunca falamos em choque de gestão. Mas o dado concreto é que a dívida pública caiu de 56% para 33%, e não é pouca coisa 20% em poucos anos.

Mas o mais importante é que a decisão que nós temos que tomar daqui para a frente é saber se os líderes políticos assumirão o seu papel de lideranças políticas e se o Estado voltará a ter o papel que tem que ter, não no gerenciamento da economia, mas na indução das boas políticas que têm que ser colocadas em prática no mundo inteiro.

O que nós vimos é que aqueles que sabiam tudo até essa crise, ficaram sem saber nada depois da crise. E foi exatamente o Estado, que foi negado a vida inteira, que foi chamado para salvar aqueles que até então pareciam os deuses da verdade, e o "deus" do mercado.

O que nós percebemos é que o mundo ficou subordinado a uma especulação financeira sem precedentes na nossa história. Ninguém sabe até hoje quantos trilhões de dólares atravessavam os oceanos, sem passaporte, sem nada. E depois da crise a gente percebe que os dólares que sobrevoavam desapareceram. Os bancos que apareciam nas pesquisas e nos estudos da importância dos bancos nos PIBs, apareciam com uma pizza desse tamanho, hoje é uma mini-pizza, ainda sem saber o que está acontecendo, porque ainda não se sabe a totalidade da profundidade dessa crise. E não existe uma outra explicação a não ser aquela de que o sistema financeiro esteve totalmente divorciado e dissociado do setor produtivo das nações.

Chegamos a um momento em que alguns podem estar reclamando dessa crise, alguns poderão estar vendo o fim do mundo com essa crise. Eu confesso a vocês que posso ser exagerado, algumas pessoas não gostam quando eu digo isso, mas essa crise é a oportunidade de os governantes voltarem a governar, e do Estado voltar a coordenar os interesses das sociedades que nós representamos.

Vamos ter uma reunião do G-20 no dia 2 de abril, já tivemos a experiência da OMC. Eu disse a todos os presidentes e a todos os primeiros-ministros: a OMC não vai chegar a nenhum acordo enquanto os dirigentes políticos não tiverem coragem de dizer o que querem e fazerem um acordo.

Em três reuniões do G-8 eu tentei propor aos presidentes que nós deveríamos fechar o acordo da OMC entre os presidentes e obrigar os nossos assessores a cumprirem. A verdade é que as pessoas ficam mais dependentes dos assessores do que os assessores do presidente, e a coisa não foi.

Nós nunca, Maria da Conceição Tavares, estivemos tão perto de fazer um acordo, nunca. Eu cheguei ao ponto de dizer ao presidente Bush que ele tinha que decidir com qual biografia ele queria terminar o mandato: se era apenas com a biografia da Guerra do Iraque, e que ele poderia melhorá-la fazendo o acordo da OMC. E como os Estados Unidos são o país mais importante do mundo, ele obviamente encabeçaria esse acordo da OMC. Não aconteceu. Nem aconteceu o acordo da OMC, por um problema político-eleitoral nos Estados Unidos e um problema político-eleitoral na Índia, por isso é que não aconteceu o acordo. E, ao mesmo tempo, nós ganhamos de presente essa crise econômica, resultado da especulação, porque ninguém até agora me explicou por que o petróleo saiu de US$ 30 o barril para US$ 150, a soja saiu para o preço que saiu, e caiu, ao mesmo tempo, sem nenhuma explicação. A única explicação era que a especulação não se sustentava a vida inteira, se ela não estivesse subordinada à produção dos países.

Nós, agora, vamos ter que decidir não apenas a regulação do sistema financeiro, não apenas os paraísos fiscais, em que é preciso haver uma regulação. Mas nós vamos ter que decidir como restabelecer o crédito, eu diria, no Planeta, porque sem crédito as economias não funcionam, as empresas não investem e a economia não roda.

O dilema que está colocado para os países é saber o seguinte: podemos ou não voltar ao crédito que tínhamos antes da crise? Esse é um desafio. Onde está o dinheiro, Gerdau, que circulava pelo mundo afora? Desapareceu? Será que os países ricos vão continuar apenas colocando dinheiro com o intuito de salvar bancos, ou será que alguns países terão coragem, sem medo da palavra, de estatizar os bancos, recuperá-los, fazer voltar o crédito e depois, então, se quiserem, entregarem os bancos a quem eles entenderem que devam entregar.

O que não pode é a gente ficar colocando água na panela quente sem colocar os ingredientes para fazer a comida, porque a água evapora. Pode colocar mais um copo, que vai evaporar. E pode colocar mais um copo, que vai evaporar. O que nós precisamos é colocar os ingredientes para, daquela água, a gente fazer a nossa comida e sobreviver.

O que nós vamos discutir no G-20 – eu não sei se é a disposição de todos os presidentes do mundo, pelo menos essa é a minha – é que chegou a hora da verdade e a hora da política, não tem contemporização. Essa crise pegou os países em desenvolvimento, e sobretudo os países pobres da América Latina que ficaram 20 anos sem crescer, experimentando o desemprego, experimentando o crescimento da miséria, experimentando o crescimento da favela. Quando esses países começam a crescer, eles são pegos de surpresa por uma crise gerada no coração daqueles que sabiam tudo, mas que não sabiam das suas crises. É impressionante.

Eu me lembro, Meirelles, de quantas vezes a delegação do FMI descia aqui e era estampado na primeira página dos jornais brasileiros como os salvadores da pátria do nosso país. Eram eles que diziam: pode fazer estrada ou não pode fazer estrada, pode fazer escola ou não pode fazer escola, pode investir nisso ou não pode investir naquilo. E nós, de forma obediente, cumprimos o receituário, e todos os países cumpriram o receituário.

Quando nós conseguimos nos libertar disso e começamos a crescer, começamos a enxergar pelos nossos próprios olhos e começamos a tomar as decisões pelos nossos próprios políticos, o nosso país começou a se recuperar. E agora, outra vez, estamos subordinados a uma crise de que nós não temos culpa, e muito menos os pobres do mundo têm culpa.

Então, eu queria dizer para vocês que embora eu tenha falado de crise, eu sou o mais otimista dos brasileiros e o mais otimista dos governantes. Eu me lembro de que quando caiu o Muro de Berlim, eu fui muito criticado aqui no Brasil, porque eu dizia que a queda do Muro de Berlim era a oportunidade de a gente repensar as coisas no mundo, porque até então estava tudo escrito, o Manifesto Comunista dizia tudo o que a gente tinha que fazer, o Marx já tinha dito tudo o que nós tínhamos que fazer. Era como se nós tivéssemos que ser um pequeno robô, sem ter o direito de pensar. O meu Partido nasceu exatamente do desaforo de pensar diferente, exatamente. Os sindicatos, no Brasil, cresceram exatamente pensando diferente.

Agora é a hora de a gente aproveitar essa crise para fazer o que nós não tivemos coragem de fazer nos últimos 20 anos. Nós não temos problema de déficit público, o País está totalmente equilibrado. Aqui neste país ninguém ousa mais falar em equilíbrio fiscal.

Não me peçam para fazer com que os trabalhadores paguem a crise outra vez, arrochando salário, não me peçam, porque eu estou convencido de que a nossa teoria estava correta. Quando diziam, neste Brasil, que a gente só poderia distribuir se o País crescesse, nós ficamos esperando crescer 30 anos, e cresceu. Alguns poucos comeram tudo e nós ficamos sem nada. E a gente dizia: é preciso distribuir para a gente garantir que a economia cresça.

E por incrível que pareça – alguns podem discordar – mas foi exatamente a quantidade de políticas sociais que nós criamos no País que fez com que as partes mais pobres do Brasil crescessem mais do que a parte mais rica do Brasil, com pequenos

programas. Um programa como o Luz para Todos, que já levou energia na casa de 2 milhões de famílias, atendendo 10 milhões de pessoas. Essas pessoas passaram a poder comprar uma televisão, um liquidificador, uma geladeira, uma casa de farinha. Para alguém que mora em um grande centro urbano isso parece pouco, mas para quem nunca teve nada... Vocês não sabem a sensação de uma pessoa que viveu à base do candeeiro a vida inteira acender uma luz dentro da sua casa. É como se a gente transportasse uma pessoa do século XVIII para o século XXI, naquela chamada "máquina do tempo".

O Bolsa Família, que alguns ainda criticam, porque no Brasil toda vez que a gente faz política para os pobres é chamado de "assistencialista". Possivelmente, uma pessoa que dá 75, 85, 95 reais de gorjeta quando toma o seu uísque, não tenha noção do que significam R$ 80,00 na mão de uma mãe de família, não tem noção do que ela pode levar para dentro de casa.

A política de compra de leite, de compra de alimentos dos pequenos produtores, a assistência técnica no campo. O financiamento de 25 bilhões do BNDES para a agricultura familiar comprar tratores e comprar máquinas agrícolas. O que está fazendo a indústria de máquinas agrícolas se sustentar nesse momento, é esse programa.

Podem ficar certos de uma coisa: nós não sabemos tudo o que precisa fazer no País. Possivelmente, muitos de vocês tenham idéias que nós ainda não conhecemos. Nós não sabemos fazer tudo o que precisa ser feito. Mas a verdade é essa: se alguém tiver uma boa idéia nos dê, porque nós não teremos medo de dizer, em alto e bom som, que tudo o que tem que acontecer com essa crise, não é o presidente da República se trancar no seu gabinete, os ministros resolverem fazer contingenciamento cada maior, cada vez gastar menos, cortar salário, em nome de que a gente vai vencer a crise. Não. Essa crise, nós iremos vencê-la diferentemente de outras crises. Essa é com investimento, é com ousadia, é com coragem, é disponibilizando crédito neste país que a gente vai poder fazer este país crescer. É estabelecendo nova lógica na relação comercial. Por que o dólar tem que ser a moeda com que eu troco coisas com a Bolívia, com a Argentina, com o Paraguai, com a China? Por que eu não posso trocar nas moedas dos nossos países? Por que eu tenho que ficar subordinado a isso?

Então, meus companheiros e companheiras, eu até gostaria de pedir aos convidados estrangeiros que [vieram] para o Brasil: já que gastaram dinheiro e vieram para cá, atravessaram os oceanos, ou os que vieram aqui da América Latina, que aproveitem um dia só para conhecer o conjunto de políticas sociais que nós colocamos em prática neste país, que vocês vão perceber que foi plenamente possível ajudar os pobres e fazer os ricos ganharem muito dinheiro. Se vocês pegarem os balanços de nossas empresas, [vão ver que] nunca se ganhou tanto dinheiro neste país. Lamentavelmente, alguns quiseram ganhar mais do que deveriam ganhar, se meteram com os tais de derivativos e quebraram a cara, lamentavelmente. As pessoas não se contentaram em ganhar dez pães, quiseram ganhar 15, e ganhar os 5 sem produzir uma arruela, sem produzir uma folha de papel.

Eu espero que isso sirva de lição para todos nós e que a gente, daqui para a frente, tenha em conta que qualquer política econômica só será séria se for subordinada à produção, à geração de empregos e à distribuição de renda.

Boa sorte para vocês.

Anexo II

DISCURSO DO MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, NA MESA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 05 de março de 2009

Bom dia a todos.

Quero dar as boas vindas, em nome do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, ao Seminário Internacional de Desenvolvimento.

Esta é a vigésima nona reunião do Pleno do CDES, que está sendo ampliada para outras lideranças sociais e políticas; especialistas brasileiros e internacionais; representantes do governo e de organismos multilaterais.

O Conselho, criado pelo Presidente Lula em 2003, vem se dedicando ao tema da crise financeira internacional desde março do ano passado, buscando entender as variáveis e gerando propostas e recomendações para proteção da dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda.

O propósito deste Seminário é aprofundar o entendimento sobre momento atual, focando questões como o novo padrão de desenvolvimento mundial, o Estado necessário, a regulação do sistema financeiro internacional e o papel das instituições financeiras multilaterais.

Nosso desafio é consolidar uma perspectiva sistêmica e de longo prazo. É preciso que o enfrentamento da crise possa conduzir ao aperfeiçoamento das instituições, à maior articulação entre os governos e ao diálogo entre os povos. Possa conduzir a um mundo menos desigual, mais sustentável e solidário. Para o Conselho, um conceito resume este caminho: desenvolvimento.

A questão do desenvolvimento mobiliza um intenso, sincero e respeitoso diálogo entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES, buscando sínteses e caminhos de entendimento. No Conselho homens e mulheres, cidadãos brasileiros representativos senão de toda a nossa diversidade socioeconômica, de parte muito significativa, dão sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro, entendendo como tarefa a ser compartilhada entre governo e sociedade.

Orientado pela busca do interesse mais amplo, para além das partes nele representadas, o Conselho tem colaborado para definir uma agenda de problemas e alternativas e tem proporcionado a articulação de interesses diversos, sem negar o que há de contraditório nessa articulação. Esse exercício de explicitação de conflitos e de busca de entendimento constitui-se em uma arena importante para a mobilização da vontade nacional e para ampliar o espaço de interlocução, de processamento de informações e de decisões do Estado brasileiro.

Este é o sentido dos debates empreendidos pelo Conselho e das análises e sugestões encaminhadas ao Presidente da República, acompanhando o desenrolar da crise, originada no sistema de credito imobiliário dos Estados Unidos.

As manifestações dos Conselheiros e Conselheiros destacam questões como a importância da manutenção do fluxo de crédito e dos investimentos públicos, principalmente em infraestrutura e programas sociais, que já vinham crescendo a taxas significativas no Brasil.

Reconhecem o esforço e as ações conduzidas pelo Governo para reversão dos efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira e firmam o consenso sobre a premência da proteção do emprego e da renda dos trabalhadores.

Mais importante, para o CDES, espaço singular de interação entre trabalhadores, empresários, movimentos sociais, academia, o chamado principal, neste momento de turbulências, é para o entendimento nacional; para uma agenda positiva que possa ser assumida pelo conjunto das forças sociais, econômicas e políticas.

Este perspectiva de projeto coletivo de nação nos mostra que a conjuntura internacional com contornos inéditos em seus traços e alcance encontra um País também de novo tipo. O Brasil de hoje tem fundamentos macroeconômicos sólidos, um sistema financeiro compatível com seu tamanho; empresas fortes; mercado interno dinâmico e democracia pujante.

Um Governo que trabalhou duro para recuperar a capacidade do Estado de promover desenvolvimento, porque sempre acreditou neste papel.

O Conselho é uma das expressões deste Brasil mais forte e coeso e, sem dúvida, suas inúmeras contribuições ajudaram a moldá-lo.

A experiência de Conselhos Econômicos e Sociais não é nova internacionalmente. São instituições que trazem o aprendizado do caminho compartilhado, da integração entre o econômico e o social, dos objetivos pactuados. Cito como exemplos o Conselho da Espanha, que se consolidou a partir do Pacto de Moncloa, após a ditadura de Franco; e a atuação do Conselho da França, na recuperação do País pós Segunda Guerra.

Hoje a certeza que emerge é que o tempo das verdades absolutas, impostas a todo e qualquer país, a toda e qualquer sociedade terminou.

Caberá às lideranças sociais, políticas, intelectuais, institucionais estabelecer objetivos, traçar estratégias, correr os riscos e, aproveitando potencialidades e oportunidades, construir o futuro de acordo com as aspirações do conjunto da sociedade.

Caberá às lideranças fortalecerem processos de integração, como o da América Latina. Este tema é parte indissociável do debate proposto neste seminário

Vale dizer, a direção é oposta ao individualismo exacerbado que conduziu a este momento de ruptura.

O diálogo amplo, dinâmico, democrático e inclusivo pode evitar a repetição de erros e proteger as populações, as atividades produtivas, o meio ambiente, em um marco internacional de solidariedade e de ação coordenada.

Uma nova realidade, melhor e mais justa, poderá surgir. O momento exige e propicia.

Muito Obrigado.

Anexo III

DISCURSO DO CONSELHEIRO PAULO GODOY NA MESA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO.

Brasília Alvorada Hotel – Brasília-DF, 05 de março de 2009

Gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro José Múcio, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Guido Mantega, o Ministro Paulo Bernardo, o presidente Henrique Meirelles, demais companheiros de Conselho, senhoras e senhores aqui presentes.

É com grande satisfação que participo como representante dos demais Conselheiros deste debate de abertura da 29ª Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que ocorre juntamente com o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento.

Um dos principais objetivos deste é recuperar o acordo feito entre os Conselheiros e Conselheiras do CDES em 2005, que culminou com o lançamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND, processo do qual, na qualidade de Conselheiro pude acompanhar. A Agenda foi formulada para ser um marco balizador dos objetivos e ações empreendidos pelo governo e pela sociedade, em particular pelos segmentos representados no CDES.

São seis os objetivos da Agenda: i) a redução das desigualdades; ii) o fortalecimento do mercado interno, com dinamismo e capacidade inovadora; iii) a promoção dos investimentos em infraestrutura econômica e social; iv) a construção de um sistema de financiamento eficiente e de uma estrutura tributária simplificada e racional; v) a segurança cidadã e; vi) a defesa de um Estado que seja ágil, democrático e promotor da solidariedade entre União, estados e municípios.

Para contribuir com a busca desses objetivos, o CDES atuou como agente indutor de iniciativas e recomendações.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento nunca foi considerada um produto acabado, mesmo depois de seu lançamento. O CDES sempre teve a preocupação de acompanhar o avanço dos seus objetivos e pontos em que há dificuldade de ação. Com base nessas análises é possível dizer que houve grandes avanços em relação à redução das desigualdades, como o conseqüente aumento do poder de compra, do mercado interno e da ampliação do emprego, tendo sido um dos principais propulsores do crescimento econômico brasileiro no período recente.

Também são visíveis os avanços do sistema de financiamento, principalmente com o fortalecimento do BNDES, a implantação do crédito consignado, ampliação do crédito habitacional e a inclusão bancária. Quanto ao objetivo de racionalização do sistema tributário, uma ampla reforma do Sistema Tributário Nacional é fundamental para o desenvolvimento sustentado. O CDES aprovou e recomendou um Relatório sobre a proposta de PEC da Reforma Tributária, além de uma Moção pedindo sua aprovação.

Há ainda muito que avançar para construir maior equidade na sociedade brasileira. Dispomos de um grande potencial de consumo, de riquezas naturais, de recursos energéticos e tantos outros a serem explorados e desenvolvidos. A melhoria na distribuição da renda é fundamental, mas há outros campos de ação que o CDES vem defendendo, como a ampliação da escolaridade média da população brasileira, a garantia da segurança dos cidadãos e de um eficiente sistema judiciário. Somente um sistema

produtivo eficiente e o bom funcionamento das instituições do Estado é que podem garantir o aumento da renda, a ampliação do emprego, uma maior oferta de crédito, a redução das taxas de juros. Tudo isto com o fundamental controle da inflação.

Ainda é preciso avançar na infraestrutura logística integradora do território. É importante reafirmar que o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento foi fundamental para estabelecer a evolução nos investimentos do país. Mas é necessário acelerar e expandir o programa de investimentos públicos e privados. Temos ainda uma baixa participação do investimento público na formação bruta de capital fixo, o que dificulta o crescimento da economia brasileira de forma sustentada. Já o investimento privado pode muito mais, principalmente em setores onde é ainda incipiente, como nos portos e aeroportos, além de setores já consagrados.

O mercado interno se ressente, também, de investimentos para fortalecer a sua capacidade inovadora e a competitividade. São louváveis as iniciativas e diretrizes contidas no PDP – Plano de Desenvolvimento Produtivo e do Plano de Ação para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Há, no entanto, um longo caminho para torná-las eficazes.

No sistema financeiro são necessários ajustes na política de juros e *spreads* da intermediação e, também, na eliminação das barreiras para o acesso ao crédito pelas pequenas e micro empresas.

Para atingirmos os objetivos que traçamos para a segurança cidadã e para o aparato estatal é preciso que a sociedade e o Governo ousem ainda mais. Há muito que fazer para reduzir as desigualdades regionais e, apesar dos avanços na política ambiental, ainda não é possível vislumbrar uma agenda sustentável baseada nas condições favoráveis de biodiversidade e recursos naturais do país.

Paralelamente a este acompanhamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento e dos Grupos de Trabalho, como o da Reforma Tributária, Reforma Política, Agenda da Infraestrutura para o Desenvolvimento, Bioenergia, o CDES detectou já no começo do ano passado a crise econômica mundial, que veio a estourar em setembro de 2008.

Diante da gravidade do assunto e do potencial efeito devastador sobre a economia brasileira, que vinha trilhando um caminho de crescimento, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social vem realizando permanente trabalho de acompanhamento da crise econômica mundial, atuando em duas frentes: i) realização de reuniões de monitoramento; ii) proposição de uma agenda positiva para a manutenção do emprego e da renda e para a manutenção da trajetória de fortalecimento do mercado interno e de investimentos produtivos.

Uma moção, encaminhada ao Presidente da República em outubro, focou quatro pontos: estabilização do câmbio, restabelecimento do crédito, redução do custo de capital, e manutenção dos investimentos, compromissados com o PAC, o PDP e com os programas sociais. A agenda continua atual.

Além disso, foram apresentadas diversas sugestões a serem adotadas pelo governo: proteção do emprego e da renda; redução das taxas de juros; solução para a compensação de créditos tributários; desoneração completa *(há consenso no Conselho de que é importante a desoneração dos investimentos, mas não há consenso de que essa desoneração deva ser completa)* dos investimentos; manutenção dos investimentos em infraestrutura e; ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional.

A retomada do desenvolvimento econômico brasileiro exige ações para ampliar e diversificar a pauta das exportações e os investimentos em infraestrutura. A crise econômica mundial pode ser, nesse contexto, uma janela de oportunidades para se resolver antigos entraves ao desenvolvimento do País.

Em todos os setores, a questão de acesso a crédito com custos suportáveis tem sido apontada como principal obstáculo a ser superado.

Foram importantes as medidas que injetaram maior liquidez ao sistema financeiro nacional, o fortalecimento do orçamento do BNDES e dos outros bancos de fomento, a ampliação da ação dos bancos públicos, em especial a entrada da Caixa Econômica Federal em novos nichos do mercado.

Espera-se agora os efeitos da recente medida do Banco Central de oferecer a possibilidade de financiar dívidas de empresas brasileiras no exterior.

O desafio continua, pois as conseqüências da crise parecem não terem sido assimiladas e totalmente identificadas. A escassez de crédito continua a assombrar os mercados internacionais.

É fundamental aprofundarmos o debate sobre o fortalecimento do papel do G20 na condução da política econômica internacional; a relação entre os países emergentes, os Estados Unidos e a União Européia; e a integração regional.

Esperamos que esse Seminário contribua como subsídio para a participação do Brasil na próxima reunião do G20 no dia 02 de abril. Entendemos que o Brasil tem condições de atuar com proposições para uma ação coordenada globalmente para o enfrentamento da crise.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, quero reforçar que a realização deste Seminário é importante para que possamos atualizar a Agenda de Desenvolvimento frente ao novo contexto nacional e internacional em que nos encontramos, buscando identificar que pontos devem ser aprofundados e que novos aspectos devem ser incorporados.

Também pretendemos durante estes dois dias de evento ampliar o diálogo com os diversos segmentos da sociedade brasileira para refletir sobre propostas para o enfrentamento da crise internacional, propostas estas que sejam específicas para o país. É importante que busquemos uma resposta para o Brasil enfrentar a crise com os menores custos possíveis e para sua inserção mais madura na nova arquitetura econômica global. Soluções padronizadas e globais, como as oferecidas pelas instituições multilaterais, na década anterior, parecem inadequadas e anacrônicas.

Os indicadores sobre a atividade econômica, emprego, estabilidade do sistema financeiro e consumo, colocam o Brasil em melhores condições comparativas com muitos outros países.

Para sair da crise alguns passos à frente, é preciso dar continuidade à agenda de desenvolvimento.

Esperamos que este Seminário possa contribuir para esse esforço.

Anexo IV

CRISE FINANCEIRA: RISCOS E OPORTUNIDADES - LADISLAU DOWBOR[5]

5 de maio de 2009

"É preciso reconhecer e valorizar o papel daqueles que resistiram à agenda do Estado mínimo e ao desmonte das políticas públicas nas últimas décadas e resistiram a entregar a sorte da sociedade aos azares do cassino financeiro, optando por implantar políticas sociais para ordenar a economia e qualificar o desenvolvimento"

Lula, no Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, 5 de março de 2009

1. **Repensar o paradigma energético-produtivo**
2. **Enfrentar o desafio da desigualdade**
3. **Resgatar o papel central do Estado**
4. **Reorientar o papel do crédito**
5. **Assegurar a plena utilização da mão de obra**
6. **Dinamizar a economia pela inclusão produtiva**
7. **Democratizar o governo**
8. **Capitalizar o potencial do desenvolvimento local**
9. **Organizar os instrumentos de regulação financeira**
10. **Gerar políticas convergentes em termos econômicos, sociais e ambientais**

O presente estudo dever ser visto não como um resumo – que seria tedioso e artificial – das riquíssimas discussões do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, e sim como um conjunto de reflexões a partir das diversas apresentações, cruzando as palestras, as discussões, e diversas fontes de informação sobre o tema central, que era a identificação das oportunidades que surgem na crise. A verdade é que em duas décadas vimos ruir a visão estatista do desenvolvimento com o Muro de Berlim, e a visão liberal com Wall Street. Constatamos igualmente o ocaso da liderança unilateral dos Estados Unidos, que desde a II Guerra Mundial, através dos acordos de Bretton Woods e mais tarde do Consenso de Washington, a gosto ou contragosto, definiam os rumos do planeta. Estamos, na realidade, virando apenas agora a página do milênio, e nos damos conta do tamanho dos desafios, em comparação com os nossos parcos instrumentos de governança. Neste leque de visões, que envolve desde um repensar do nosso paradigma energético-produtivo nas palavras de Ignacy Sachs, até o funcionamento da nossa intermediação financeira nas reflexões de Conceição Tavares, está se desenhando um novo universo. Buscamos aqui apenas uma sistematização dos desafios, inspirados na diversidade das visões.

O tom do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento foi dado pelo presidente Lula, ao resgatar o papel do Estado e a responsabilidade dos políticos no enfrentamento da crise financeira mundial. Durante três décadas, as corporações exigiram – e obtiveram – uma total liberdade de ação, ao garantirem que sem a presença do Estado resolveriam melhor os problemas do planeta, e que o mercado e a autoregulação constituiriam mecanismos suficientes para asseguar o equilíbrio dos processos econômicos. Na

[5] Professor de economia da PUC de São Paulo, consultor de várias agências das Nações Unidas, autor de *Democracia Econômica* (Vozes, 2008) e de outros estudos. http://dowbor.org

realidade a oligopolização do sistema reduziu drasticamente os mecanismos de concorrência entre as corporações, desarticulando os mercados, e a autoregulação demonstrou ser essencialmente uma ficção. Com a fragilização do Estado e dos seus instrumentos de planejamento e regulação por um lado, e a erosão dos mecanismos de mercado e de auto-regulação por outro, gerou-se simplesmente uma profunda desarticulação, uma perda da governança sistêmica, ao mesmo tempo que aumentam os desafios.

1) Redefinir o paradigma energético-produtivo

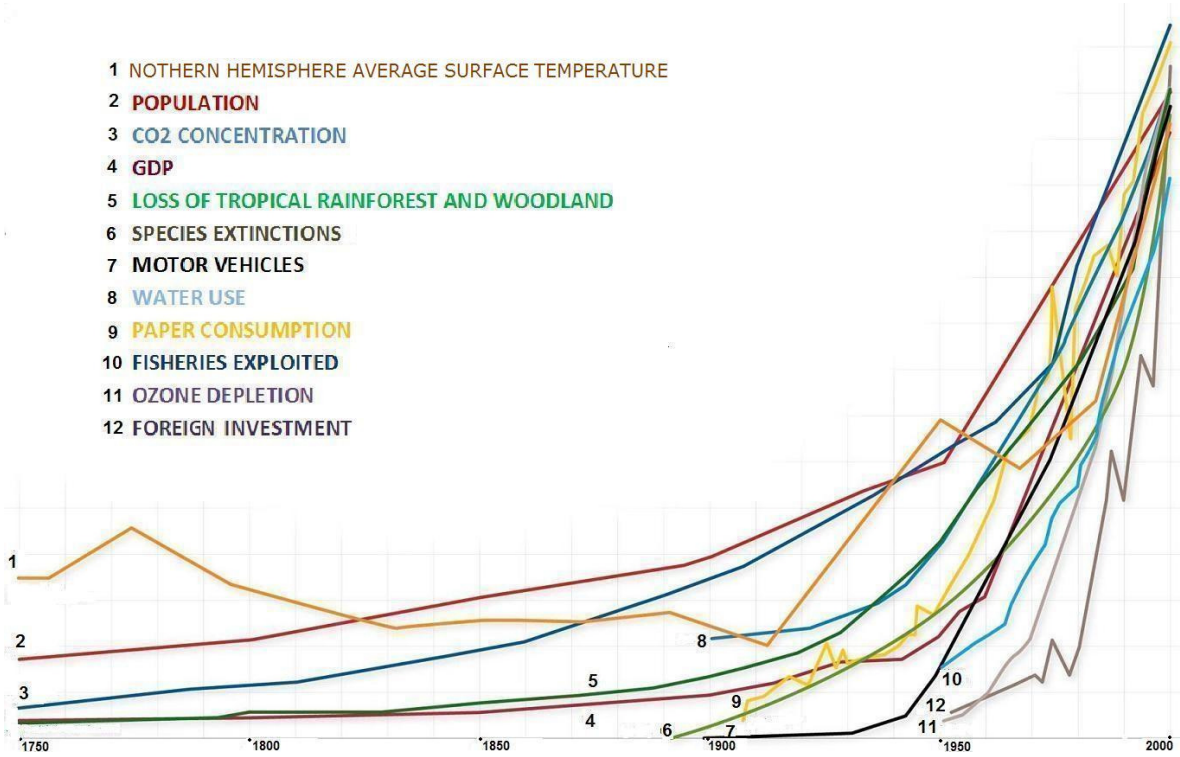
> *"A crise é uma enorme avenida e o Brasil pode pavimentar nela seu futuro no século XXI. Qualquer crise é um tranco, mas é também um hiato de reflexão e escolhas obrigatórias. Este país tem o que escolher, não está tangido por imposições". Ignacy Sachs*

Não é o caso aqui de fazer um elenco das nossas tragédias. Mas o fato é que, com um pouco de recuo, já não vemos crises setoriais, e sim uma crise mais ampla de governança local, nacional, regional e planetária. Há uma convergência de problemas que se avolumam, cuja sinergia os torna mais ameaçadores, e cuja raiz comum encontra-se ao fim e ao cabo no fato que os nossos mecanismos atuais de governança não são suficientes. Com a globalização, financeirização e oligopolização de grandes eixos de atividades econômicas, o mercado sofreu uma acelerada erosão das suas funções reguladoras. E as alternativas, particularmente a organização da instituições de concertação internacional, o resgate da capacidade de planejamento e de intervenção organizada do setor público, a expansão das formas participativas e descentralizadas de gestão local integrada, a adoção das formas horizontais de gestão em rede com alianças e parcerias, estão engatinhando. O papel central do Estado, obviamente, tem de ser resgatado, mas numa visão muito mais horizontal e participativa, buscando desempenhar um papel articulador do conjunto.

Ignacy Sachs trabalha com a visão de uma convergência da crise financeira com a crise energética e a necessidade de repensarmos de forma sistêmica o nosso modelo de desenvolvimento. Não se trata aqui de um idealismo excessivo, e sim de uma apreciação fria dos nossos desafios.

O gráfico que apresentamos abaixo constitui um resumo de macro-tendências, num período histórico de 1750 até a atualidade. As escalas tiveram de ser compatibilizadas, e algumas das linhas representam processos para os quais temos cifras apenas mais recentes. Mas no conjunto, o gráfico permite juntar áreas tradicionalmente estudadas separadamente, como demografia, clima, produção de carros, consumo de papel, contaminação da água, liquidação da vida nos mares e outros. A sinergia do processo torna-se óbvia, como se torna óbvia a dimensão dos desafios ambientais. [6]

[6] New Scientist, October 18, 2008, p. 40; para acessar o gráfico online veja http://dowbor.org/ar/ns.doc; o dossiê completo pode ser consultado em www.newscientist.com/opinion ; os quadros de apoio e fontes primárias podem ser vistos em http://dowbor.org/ar/08_ns_overconsumption.pdf; contribuiram para o dossiê Tim Jackson, David Suzuki, Jo Marchant, Herman Daly, Gus Speth, Liz Else, Andrew Simms, Suzan George e Kate Soper.



Fonte: New Scientist (18 October 2008, p 40).

O comentário do New Scientist sobre estas macrotendências foca diretamente o nosso próprio conceito de crescimento econômico:

> A ciência nos diz que se queremos ser sérios com a visão de salvar a terra, precisamos dar outra forma à nossa economia. Isso, naturalmente, constitui uma heresia econômica. O crescimento para a maioria dos economistas é tão essencial como o ar que respiramos: seria, dizem, a única força capaz de tirar os pobres da pobreza, de alimentar a crescente população mundial, de enfrentar os custos crescentes dos gastos públicos e de estimular o desenvolvimento tecnológico – isso sem mencionar o financiamento de estilos de vida cada vez mais caros. Eles não vêem limites ao crescimento, nunca. Nas semanas recentes tornou-se claro quão aterrorizados estão os governos de qualquer coisa que ameace o crescimento, enquanto derramam bilhões em dinheiro público num sistema financeiro em falência. No meio da confusão, qualquer questionamento do dogma do crescimento precisa ser visto de forma muito cuidadosa. O questionamento apoia-se numa questão duradoura: como conciliamos os recursos finitos da terra com o fato que à medida que a economia cresce, o montante de recursos naturais necessário para sustentar a atividade também deve crescer? Levamos toda a história humana para a economia atingir a sua dimensão atual. Na forma corrente, levará apenas duas décadas para dobrar.[7]

A convergência das tensões geradas para o planeta tornam-se evidentes. Não podemos mais nos congratular com o aumento da pesca quando estamos liquidando a vida nos mares, ou com o aumento da produção agrícola quando estamos liquidando os aquíferos e contaminando as reservas planetárias de água doce. Isto sem falar do aumento de

[7] No original: "The science tells us that if we are serious about saving the Earth, we must reshape our economy. This, of course, is economic heresy. Growth to most economists is as essential as the air we breathe: it is, they claim, the only force capable of lifting the poor out of poverty, feeding the world's growing population, meeting the costs of rising public spending and stimulating technological development – not to mention funding increasingly expensive lifestyles. They see no limits to growth, ever. In recent weeks it has become clear just how terrified governments are of anything that threatens growth, as they pour billions of public money into a failing financial system. Amid the confusion, any challenge to the growth dogma needs to be looked at very carefully. This one is built on a long standing question: how do we square Earth's finite resources with the fact that as the economy grows, the amount of natural resources needed to sustain that activity must grow too? It has taken all of human history for the economy to reach its current size. On current form, it will take just two decades to double." New Scientist, October 18, 2008, p. 40

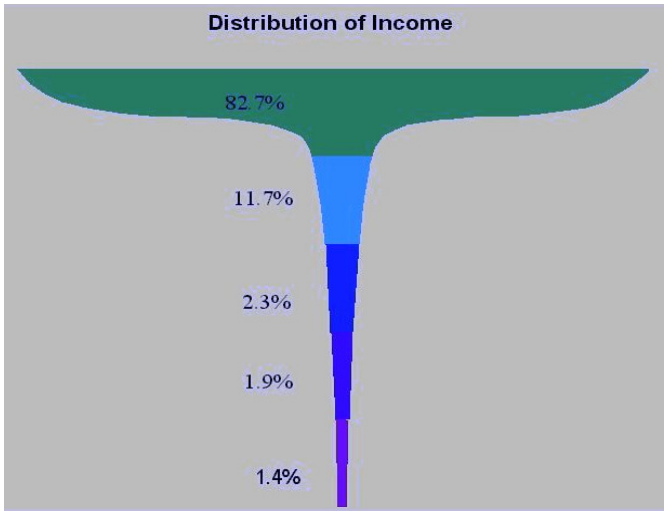
produção de automóveis e da expansão de outras cadeias produtivas geradoras de aquecimento climático. Quando falamos em crise financeira, portanto, entendemos sem dúvida que se trata de um subsistema que se desequilibrou, e que em consequência "estamos em crise". Mas ao olharmos de forma mais ampla, constatamos que é sobretudo um sistema que quando funcionava, já era inviável. As soluções têm de ser sistêmicas. Esta visão mais ampla pode – e apenas pode – viabilizar mudanças mais profundas, ao estender o nível de consciência dos desafios.

Ignacy Sachs resume bem o dilema: que desenvolvimento queremos? E para este desenvolvimento, que Estado e que mecanismos de regulação são necessários? Não há como minimizar a dimensão dos desafios. Com 6,8 bilhões de habitantes – e 76 milhões a mais a cada ano – que buscam um consumo cada vez mais desenfreado, e manejam tecnologias cada vez mais poderosas, o nosso planeta mostra toda a sua fragilidade. A questão básica que se coloca para a reformulação do sistema de intermediação financeira é que é absurdo o desperdício das nossas poupanças e do potencial mundial de financiamento no cassino global, quando temos desafios sociais e ambientais desta dimensão e urgência, e que necessitam vitalmente de recursos.

2) Enfrentar o desafio da desigualdade

> *Pochmann demonstrou que a transferência de renda ao setor financeiro no período 1998-2003 foi superior à totalidade do PIB, muito acima das transferências sendo feitas hoje nos países desenvolvidos. – (Resenha do Painel)*

A financeirização dos processos econômicos vem há décadas se alimentando da apropriação dos ganhos da produtividade que a revolução tecnológica em curso permite, de forma radicalmente desequilibrada. Não é o caso de desenvolver o processo aqui, mas é importante lembrar que a concentração de renda no planeta está atingindo limiares absolutamente obscenos. [8]



Fonte: Human Development Reports (1998, p. 37 e 2005 p. 37)

[8] Há imensa literatura sobre o assunto. O gráfico anexo, conhecido como "taça de champagne", é do Relatório de Desenvolvimento Humano 1998 das Nações Unidas; para uma atualização em 2005, ver Human Development Report 2005, p. 37. Não houve mudanças substantivas. Uma excelente análise do agravamento recente destes números pode ser encontrada no relatório Report on the World Social Situation 2005, *The Inequality Predicament,* United Nations, New York 2005; O documento do Banco Mundial, *The next 4 billion*, que avalia em 4 bilhões as pessoas que estão "fora dos benefícios da globalização", é igualmente interessante – IFC. *The Next 4 Billion,* Washington, 2007; estamos falando de dois terços da população mundial. Para uma análise ampliada do processos, ver Ladislau Dowbor, *Democracia Econômica,* ed. Vozes 2008, bem como o artigo Inovação Social e Sustentabilidade, ambos disponíveis em http://dowbor.org .

A imagem da taça de champagne é extremamente expressiva, pois mostra quem toma que parte do conteúdo, e em geral as pessoas não têm consciência da profundidade do drama. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era 70 vezes o equivalente dos 20% mais pobres, em 1989 era 140 vezes. A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga de ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva. Não haverá tranquilidade no planeta enquanto a economia for organizada em função de um terço da população mundial.

Esta concentração não se deve apenas à especulação financeira, mas a contribuição é significativa e, sobretudo, é absurdo desviar o capital de prioridades planetárias óbvias. The Economist traz uma cifra impressionante sobre esta apropriação do excedente social, gerado essencialmente por avanços tecnológicos da área produtiva, pelo setor que qualifica de "indústria de serviços financeiros": "A indústria de serviços financeiros está condenada a sofrer uma horrível contração. Na América a participação desta indústria nos lucros corporativos totais subiu de 10% no início dos anos 1980, para 40% no seu pico em 2007". Gera-se uma clara clivagem entre os que trazem inovações tecnológicos e produzem bens e serviços socialmente úteis – os engenheiros do processo, digamos assim – e o sistema de intermediários financeiros que se apropriam do excedente e deformam a orientação do conjunto. [9]

Desta forma, a crise, pela força do seu impacto, está simplesmente restabelecendo uma verdade elementar: o sistema financeiro não é um fim, é apenas um meio que deve facilitar as atividades socialmente úteis, com uma razoável – mas não excessiva, já que é um custo – remuneração no processo. Até o Economist, durante tantos anos defensor dos "investidores especulativos", explicita o dilema: "Na realidade, a escolha está presa aos interesses da economia no seu conjunto. Afinal, são os que pagadores de impostos e os poupadores que pagam pelas crises financeiras". O relatório cita ainda James Tobin: "Eu suspeito que estamos jogando cada vez mais recursos, inclusive a nata da nossa juventude, em atividades financeiras distantes da produção de bens e serviços, atividades que geram lucros privados elevados, sem comum medida com a sua produtividade social".[10] É um sistema que gerou um profundo divórcio entre quem contribui produtivamente para a sociedade e quem é remunerado.

No período 2001-2008 menos da metade dos ganhos de produtividade do trabalho foi repassada ao trabalhador. A relação desigual entre o aumento de produtividade do trabalho e a remuneração (CUT – Custo Unitário do Trabalho) aparece claramente na pesquisa do IBGE e nos comentários do IPEA. [11]

---

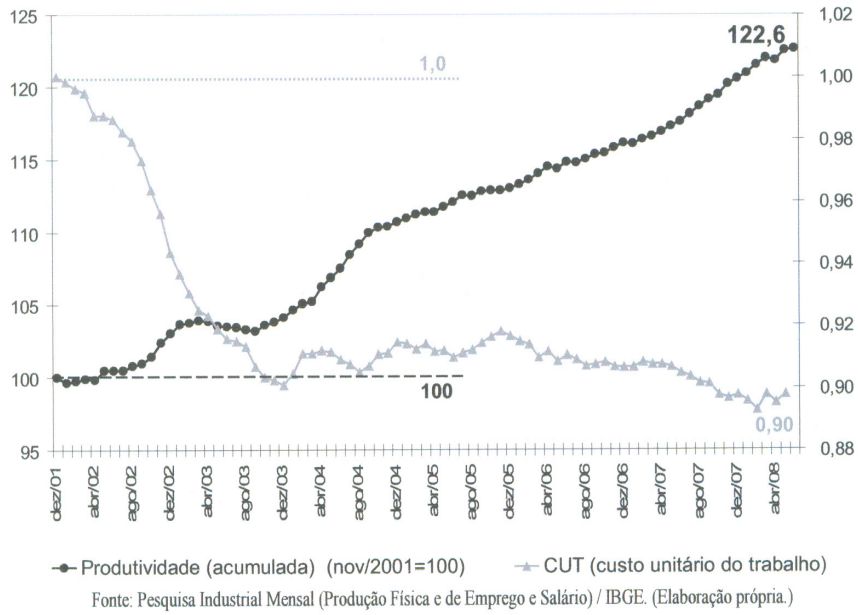
[9] No original, "The financial-services industry is condemned to suffer a horrible contraction. In America the industry's share of total corporate profits climbed from 10% in the early 1980s to 40% at its peak in 2007" The Economist, *A Special Report on the Future of Finance*, January 24th 2009, p. 20

[10] No original, "In fact, the choice hinges on the interests of the economy as a whole. After all, it is taxpayers and savers who pay for the financial crises". Tobin: "I suspect we are throwing more and more of our resources, including the cream of our youth, into financial activities remote from the production of goods and services, into activities that generate high private rewards disproportionate to their social productivity" - The Economist, *A Special Report on the Future of Finance,* January 24th 2009, p. 22 – A expressão "investidores especulativos (*speculative investors)* utilizada pelo Economist é curiosa, e mostra o desconforto do *Economist,* que sempre defendeu a especulação financeira como fator de fluidez de capitais e precisa, como Greenspan e tantos outros, reajustar o discurso.

[11] IPEA – *Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano* – n.7, agosto de 2008, p. 11 – Documento disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/ReducaoPobreza_CPresi7.pdf

A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE indica, por exemplo, que entre 2001 e 2008, houve aumento de produção física da indústria brasileira na ordem de 28,1%, com ganhos de produtividade do trabalhador de 22,6%. A folha de pagamento por trabalhador, em contrapartida, cresceu, em termos reais, 10,5% no mesmo período de tempo. Por conta disso, o Custo Unitário do Trabalho (CUT) – entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade – apresentou queda de 10,2% no mesmo período de tempo. Noutras palavras, a remuneração dos trabalhadores não tem acompanhado plenamente os ganhos de produtividade da indústria brasileira. Se não são os salários a incorporar completamente os ganhos de produtividade, não podem ser percebidos sinais de pressão sobre os custos de produção, o que poderia sugerir alguma pressão inflacionária. Sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil.

Gráfico 11 – Produtividade física da indústria brasileira e CUT, 2001-2008
(nov/2001=100 com ajuste sazonal)



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (Produção Física e de Emprego e Salário) / IBGE. (Elaboração própria.)

Esse processo apenas acelera uma tendência histórica. Junta-se aqui o efeito concentrador da intermediação financeira, com o não repasse dos aumentos da produtividade do trabalho aos trabalhadores No caso brasileiro, o processo gerou uma forte queda da participação da remuneração do trabalho na renda nacional, durante os anos 1995 – 2004, o que representa ao mesmo tempo uma queda mais acelerada do que a verificada nos países desenvolvidos vistos anteriormente e um nível absoluto absurdamente baixo.[12] Os fluxos de capital, cuja origem, como bem o exprime o *The Economist,* provêm dos nossos impostos e das nossas poupanças, precisam ser utilizados a serviço dos objetivos sociais e ambientais.

3) Resgatar o papel central do Estado

Lidar com a pobreza, na verdade, é provavelmente a forma mais eficaz de se lidar com uma crise econômica, muito diferente e muito mais eficaz do que a estratégia de se dar dinheiro aos bancos ou

[12] O processo é mundial. Nos países desenvolvidos, a renda do trabalho baixou de 68% da renda nacional em 1980 para 62% em 2005 (IMF, Finance&Development, June 2007, p.21); no caso brasileiro estamos falando de uma participação que baixou fortemente 1995 e 2004, sendo difícil a comparação pela mudança de metodologia em 2001.Já foi de 45%. Em 1999 era de 38,3%, em 2006 houve ligeira recuperação para 40,9%, em função das políticas do atual governo.

grandes empresas. É assim que você restaura os fluxos de renda, de capital, e a capacidade de tomada de empréstimo da população e do sistema como um todo. James Galbraith

É fundamental entender que a alocação de recursos é feita por intermediários, sejam eles governo, bancos, seguradoras, fundos de pensão, planos de saúde, ou os gigantes planetários que chamamos de investidores institucionais. Todas essas instituições recolhem recursos sob diversas justificativas. Mas são intermediários, ou seja, deveriam destinar os recursos a atividades fins.

O governo, principal intermediário, aloca os recursos segundo um orçamento discutido no parlamento e aprovado em lei. Fato importante: o governo tem de assegurar a captação dos recursos que vai investir. A política fiscal (fazenda) e a aplicação (planejamento) têm de estar casados na peça orçamentária. No conjunto do planeta, os governos são os maiores gestores de recursos, e quanto mais rico o país, maior é a participação do governo nesta mediação.

A tabela abaixo é interessante, pois mostra está correlação rigorosa entre o nível de desenvolvimento e a participação do setor público. Nos países de renda baixa, a parte do PIB que cabe ao governo central é de 17,7% , elevando-se numa progressão regular à medida que chegamos aos países de alta renda.[13] Falar mal dos governos parece ser um consenso planetário, mas precisamos cada vez mais deles, inclusive nos Estados Unidos.

Paises de:	Governo central, porcentagem do PIB, início anos 2000
Baixa Renda	17,7
Renda média baixa	21,4
Renda média alta	26,9
Alta renda	31,9

Fonte: Finance and Development, IMF, Dez. 2007

Note-se que se trata, na tabela acima, dos gastos do governo central apenas, os gastos públicos totais são bem mais amplos. "Há uma década os gastos do governo americano eram de 34,3% do PIB, comparados com 48.2% na zona européia, uma distância de 14 pontos; em 2010, o gasto americano esperado é de 39,9% do PIB comparado com 47,1%, uma distância de menos de oito pontos percentuais".[14] Lembremos que a cifra equivalente no Brasil é de 36%. Na Suécia, que ninguém vai acusar de ser mal gerida, é de 66%. E são cifras anteriores à intervenção do Estado para salvar os bancos.

Seja qual for a política adotada, portanto, é essencial assegurar a qualidade da alocação de recursos por parte do maior ator, o governo. Essa correlação entre o nivel de prosperidade do país e a participação do setor público não é misteriosa: simplesmente, o mundo está mudando. Antigamente, éramos populações rurais dispersas, e as famílias resolviam muitos dos seus problemas individualmente, com a água no poço e o lixo no mato. Na cidade generalizam-se os investimentos sociais, pois precisamos de redes de água e esgoto, de guias e sarjetas, de redes escolares, de sistemas de segurança, destino final de resíduos sólidos e assim por diante, evidentemente assegurados com forte presença do setor público.

Há que levar em conta igualmente, nesta presença crescente do setor público em todo o planeta, a mudança da composição intersetorial das nossas atividades. Há poucas

[13] Schieber,George; Lisa Fleisher e Pablo Gottret - *Gettting Real on Health Financing*, Finance and Development, publicação do Fundo Monetário Internacional, Dezembro de 2007 http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/12/schieber.htm

[14] The Economist, March 14th-20th 2009, p. 37, citando dados do Newsweek.

décadas, o que chamávamos de atividades produtivas eram essencialmente atividades industriais, agrícolas e comerciais. Hoje passam a ocupar a linha de frente as políticas sociais. Vale lembrar que o maior setor econômico dos Estados Unidos não é a indústria bélica, nem a automobilística, mas a saúde, com 16% do PIB e crescendo. No Brasil, somando a população estudantil, os professores e gestores da área educacional, estamos falando de 60 milhões de pessoas, quase um terço da população do país. As políticas sociais estão se tornando um fator poderoso de reestruturação social, pelo seu caráter capilar (a saúde tem de chegar a cada pessoa) e a sua intensidade em mão de obra. São áreas onde, com a exceção dos nichos de alta renda, o setor público tem prioridade evidente, frequentemente articulado com organizações da sociedade civil, outra área em expansão, caracterizando um setor público não governamental.

Um terceiro eixo de transformação social é a evolução para a sociedade do conhecimento. Hoje quase todas as atividades envolvem uma forte incorporação de tecnologia, de conhecimentos dos mais variados tipos, do conjunto do que temos chamado de "intangíveis", ou de "imaterial". Quando o essencial do valor de um produto está no conhecimento incorporado, mudam as formas de organização correspondentes. Na base está um amplo processo social que envolve as pesquisas dos mais diferentes setores, a generalização do acesso à educação, e os sistemas de difusão de informações que elevam a densidade de conhecimento no conjunto da sociedade, com fortíssima participação de recursos públicos em todos os níveis. A tendência natural é os conhecimentos se tornarem bem público (*creative commons),* pela facilidade de disseminação que as tecnologias modernas permitem, e pela compreensão que gradualmente penetra na sociedade de que o conhecimento se multiplica melhor quando se compartilha.

Estes são *megatrends*, macrotendências que transformam a sociedade, e que exigem de nós sistemas de gestão muito mais diversificados, descentralizados e flexíveis. Estamos evoluindo para a sociedade em rede, para sistemas densamente interativos e colaborativos. Alianças e parcerias entre diversos segmentos sociais, envolvendo áreas tanto públicas como privadas, nos diversos níveis de organização territorial, estão se generalizando. A urbanização leva a uma ampliação acelerada das dinâmicas da gestão local, em que as comunidades se apropriam do seu desenvolvimento. As políticas sociais geram processos participativos, a sociedade do conhecimento nos leva para processos colaborativos em rede.

Não são sonhos. É como funciona a sociedade quando funciona, e aí temos exemplos desde o Kerala muito pobre na Índia (pobre mas com uma mortalidade infantil que é a metade da brasileira), até a Suécia muito rica, onde o Estado é amplo, mas descentralizado e participativo. Uma vista de olhos sobre a literatura que analisa o desenvolvimento e o papel das instituições nos leva a títulos como *A Sociedade Justa,* de J. K. Galbraith, passa por obras básicas de Manuel Castells sobre a sociedade em rede e de Robert Putnam sobre o capital social, envolvendo obras recentes como *Wikipedia* de Don Tapscott sobre processos colaborativos ou *A Revolução Necessária* de Peter Senge sobre a articulação com as dinâmicas ambientais. Um guru da administração como Peter Drucker escreveu um livro que se chama "*A sociedade pós-capitalista",* David Korten outro que se chama "*A sociedade pós-corporativa".* Stiglitz já deu o seu recado com os limites evidentes do cassino financeiro. Hazel Henderson mostrou o potencial do *Win-Win.* Está se construindo sim, uma nova visão, no sentido mais amplo. E a crise está colocando os desafios com muito mais força na nossa mesa.

O que está acontecendo na realidade é um *choque do futuro* generalizado, e tanto a queda do muro de Berlim como a pilantragem irresponsável de Wall Street apenas despertaram, inicialmente na esquerda, depois na direita, a compreensão de que as mudanças precisam ser sistêmicas. O *business as usual (BAU),* de ambos os lados do

espectro político, está saindo fora de cena. São as relações de produção no sentido amplo que mudam, e com isso os mecanismos atuais de regulação tornaram-se em boa parte obsoletos. Não se trata mais de assegurar apenas que a intermediação financeira funcione. Trata-se de assegurar que os recursos fluam para onde são necessários.

O papel do Estado aparece assim como central, inclusive na dimensão mundial da crise. Dada a extrema fragilidade dos instrumentos planetários de governança, o eixo estratégico de construção dos novos sistemas de regulação passará mais pela articulação de políticas nacionais do que propriamente pela esfera global. Esta visão é claramente formulada por Dani Rodrik, da Universidade de Harvard, que sugere "uma arquitetura que respeite a diversidade nacional", onde "a responsabilidade de regular a alavancagem, a fixação de níveis de capital, e a supervisão de mercados financeiros repousaria claramente no nível da nação".[15] O Estado aparece assim com uma função reforçada no plano dos equilíbrios internos, e no plano da redefinição das regras do jogo entre as nações.

4) Reorientar o papel do crédito

> *"Como intelectual e pesquisador, eu dou a maior força para que avancemos de forma acelerada nessa discussão sobre o spread bancário". Octávio de Barros Castro*
>
> *"Os bancos brasileiros nunca precisaram investir em instrumentos exóticos como os derivativos de hipotecas americanos, simplesmente porque o rendimento fornecido pelo estado, a transferência de renda do público aos bancos, era mais lucrativa ainda". Jan Kregel*

A intermediação financeira no Brasil tem um papel particular. Basicamente, poucos grupos dominam o mercado. A ANEFAC, Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis, apresenta mensalmente a taxa média de juros efetivamente praticada junto ao tomador final, pessoa física ou pessoa jurídica.[16]

Constatamos nas tabelas abaixo, para pessoa física, taxas de juros da ordem de 140% na média geral, atingindo níveis estratosféricos no cheque especial, no cartão e nos empréstimos pessoais das financeiras. Estes juros são da ordem de 6 a 7% (ao ano) no máximo na Europa. Para pessoa jurídica, os juros anuais se mantêm em 68% durante 3 anos, sendo que os juros correspondentes na Europa seriam da ordem de 3% ao ano. É importante lembrar que neste período a taxa básica de juros Selic caiu de 19,75% para 13,75%, ou seja, 6 pontos percentuais (queda de 30,4%), sem que houvesse redução da taxa média para pessoa jurídica ou para pessoa física no mercado financeiro.

[15] Dani Rodrik, The Economist, March 14th 2009, p. 80

[16] Ver *Pesquisa mensal de juros*, http://www.anefac.com.br/m3_preview.asp?cod_pagina=10782&cod_idm=1

Taxas de juros setembro/2005 X outubro/2008 - Pessoa Física

	Setembro/2005		Outubro/2008		
TIPO DE FINANCIAMENTO	**Taxa Mês**	**Taxa Ano**	**Taxa Mês**	**Taxa Ano**	**Queda em pontos percentuais**
Comércio	6,12%	103,97%	6,34%	109,10%	5,13
Cartão de Crédito	10,30%	224,27%	10,46%	229,96%	5,69
Cheque Especial	8,24%	158,61%	7,93%	149,87%	-8,74
CDC Bancos	3,53%	51,63%	3,25%	46,78%	-4,85
Emp. Pessoal-Bancos	5,71%	94,71%	5,62%	92,73%	-1,98
Emp.Pessoal Financeiras	11,74%	278,88%	11,62%	274,03%	-4,85
TAXA MÉDIA	**7,61%**	**141,12%**	**7,54%**	**139,24%**	**-1,88**

Fonte: ANEFAC, Pesquisa de Juros

Taxas de juros setembro/2005 X outubro/2008 - Pessoa Jurídica

	Setembro/2005		Outubro/2008		
TIPO DE FINANCIAMENTO	**Taxa Mês**	**Taxa Ano**	**Taxa Mês**	**Taxa Ano**	**Queda em pontos percentuais**
Capital de giro	4,27%	65,16%	4,18%	63,46%	-1,70
Desc. De duplicatas	3,81%	56,63%	3,78%	56,09%	-0,54
Desconto de cheques	4,01%	60,29%	4,06%	61,22%	0,93
Conta garantida	5,63%	92,95%	5,68%	94,05%	1,10
TAXA MÉDIA	**4,43%**	**68,23%**	**4,43%**	**68,23%**	**0**

Fonte: ANEFAC, Pesquisa de Juros

A situação aqui é completamente diferente dos bancos dos países desenvolvidos, que trabalham com juros baixos e alavancagem altíssima. Essencial para nós, é que sustentar no Brasil juros que são da ordem de mil por centos relativamente aos juros praticados internacionalmente, só pode ser realizado mediante uma cartelização de fato. Para dar um exemplo, o Banco Real (Santander Brasil) cobra 146% no cheque especial no Brasil, enquanto o Santander na Espanha cobra 0% (zero por cento) por seis meses até cinco mil euros. Os ganhos dos grupos estrangeiros no Brasil sustentam assim as matrizes. Lembremos ainda que a Anefac apresenta apenas os juros, sem mencionar as tarifas cobradas. Estudo do Ipea, com outra metodologia, mostra que a taxa real de juros para pessoa física (descontada a inflação) cobrada pelo HSBC no Brasil é de 63,42%, quando é de 6,60% no Reino Unido. Para o Santander, as cifras correspondentes são 55,74% e

10,81%. Para o Citibank são 55,74% e 7,28% Para pessoa jurídica, o HSBC cobra 40,36% no Brasil, e 7,86 no Reino Unido.[17]

Os resultados são os *spreads* e lucros impressionantes que o setor apresenta, sobre um volume de crédito no conjunto bastante limitado (39% do PIB) para uma economia como o Brasil. A intermediação financeira tornou-se assim um fator central do chamado "custo Brasil", e um vetor central da concentração de renda, e portanto de travamento dos processos produtivos. Os lucros são tão impressionantes, que ao abrigo deste cartel mesmo grupos de comércio, em vez de se concentrar em prestar bons serviços comerciais, hoje se concentram na intermediação financeira.[18]

O Brasil tem evidentemente um grande trunfo na mão, que é a possibilidade de usar os bancos oficiais para reintroduzir concorrência no mercado cartelizado, permitindo ao mesmo tempo dinamizar a economia ao estimular consumo e investimento. Este mecanismo, ao que tudo indica, está sendo progressivamente implantado. O sistema de intermediação financeira dos grandes grupos terá de evoluir para mecanismos de concorrência, inclusive porque a cartelização é ilegal. Um segundo grande trunfo é a possibilidade de reduzir a taxa Selic, o que tem um duplo impacto: ao reduzir-se os ganhos dos rentistas que aplicam em titulos do governo, essencialmente bancos, os intermediários financeiros se vêem obrigados a buscar alternativas no setor produtivo, medida equivalente a injetar dinheiro na economia real; e ao reduzir os juros sobre a dívida pública, libera recursos para o investimento público. Lembremos que com uma dívida pública da ordem de 1,3 trilhão de reais, e um serviço da dívida (juros e principal) da ordem de 180 bilhões de reais por ano, trata-se de um instrumento poderoso, ainda que de aplicação necessariamente progressiva.[19]

No curto prazo, no entanto, parece claro que o funcionamento protegido da concorrência de um grupo de gigantes com lucros imensos gera, paradoxalmente, uma situação mais estável do que a da sobre-exposição dos grupos financeiros dos países desenvolvidos. O problema aqui é de que em vez de termos intermediários financeiros que facilitam as iniciativas econômicas, temos atravessadores que as encarecem. A intermediação financeira tornou-se aqui um dos principais instrumentos de concentração de renda e de desequilíbrios sociais.

No geral tanto nos países desenvolvidos, como no Brasil, cada vez mais os lucros corporativos estão alimentando atravessadores financeiros, gerando uma ampla classe de rentistas. A questão, vista do ponto de vista de "quem paga", tende a deslocar-se, na visão das pessoas, para pensar melhor em "a quem pagamos". Trata-se de poupanças da população. Este ponto é essencial, pois tratando-se de um cassino gerado com dinheiro da população, proteger os especuladores pode legitimamente ser apresentado como uma proteção à própria população, pois é o dinheiro dela que está em risco. Isto gera,

---

[17] IPEA – *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise* – Comunicado da Presidência, Abril de 2009, p. 15

[18] Segundo pesquisa industrial divulgada pelo *O Estado de S. Paulo* "na média entre outubro e dezembro, período mais agudo da crise mundial, que fez subir o custo dos financiamentos, os desembolsos para pagamentos de juros foram 11% superiores aos gastos com salários". Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sobre os gastos da indústria brasileira com pagamentos de juros (O Estado de S. Paulo, 02/02/09, pesquisa completa disponível em http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/FIESP_Custo_Capital_Competitividade_090130.pdf). O lucro de um grupo, o Bradesco, foi de 7,6 bilhões de reais em 2008, quanto o orçamento do Programa Bolsa Família, que atinge 48 milhões de pessoas, é de 11 bilhões. O "assistencialismo", evidentemente, não é bem onde se comenta. Até uma pessoa como Marcos Cintra clama contra o cartel de bancos comerciais no Brasil e os *spreads* escandalosos. (*It's the Spread, Stupid* – Folha de São Paulo 2 de fevereiro de 2009), p.3

[19] Essas propostas são amplamente conhecidas, mas travadas por um argumento oportunista: os juros elevados nos protegeriam da inflação. Para a refutação do argumento, ver trabalhos de Paul Singer e de Amir Khair.

evidentemente, uma correspondente posição de poder (argumento do *too big to fail,* grande demais para quebrar). E permite deixar de lado o que deve ser a questão central da canalização das poupanças: não se os intermediários estão ganhando ou perdendo dinheiro, mas a que agentes econômicos, a que atividades, a que tipo de desenvolvimento e com que custos ambientais – devem servir estas poupanças. Bastará assegurar que não quebre um sistema cujo produto final não dinamiza as atividades necessárias?

Em termos de política anticíclica, torna-se evidente a necessidade de que a intermediação financeira sirva a economia, e não o contrário. O problema não é só nosso. O FMI constata que "a metade da população mundial, quase três bilhões de pessoas pobres, não têm acesso aos serviços financeiros básicos".[20] No Brasil, no setor informal que representa 51% da população ativa, apenas 16% têm acesso a crédito[21]. Sistema caro e elitista, que simplesmente não cumpre as suas funções previstas na constituição. Comenta Conceição Tavares: se não forem obrigados, simplesmente não vão mudar.

5) Assegurar a plena utilização da mão de obra

> *O estado ofereceria a garantia de um emprego por salário mínimo em obras de infraestrutura e em obras locais, o que também implicaria na manutenção da qualificação da mão de obra durante a crise. Mencionado por Luciano Coutinho, I. Sachs e Jan Kregel*

A mão de obra constitui um fator óbvio de desperdício. Temos no país 190 milhões de habitantes. Destes, 130 milhões estão em idade ativa, entre 15 e 64 anos de idade, pelo critério internacional. Na população economicamente ativa, temos 100 milhões de pessoas, o que já aponta para uma subutilização significativa. As estatísticas do emprego, por sua vez, mostram que temos neste ano apenas 31 milhões de pessoas formalmente empregadas no setor privado, com carteira assinada. Podemos acrescentar os 8 milhões de funcionários públicos do país, e chegamos a 39 milhões. Ainda assim, estamos longe da conta. O que fazem os outros? Temos empresários, sem dúvida, bem como uma massa classificada como "autônomos", além de cerca de 15 milhões de desempregados. No conjunto, forma-se um imenso setor de pessoas classificadas no conceito vago de "informais", avaliados pelo IPEA em 51% da população economicamente ativa. O estudo sublinha que "a existência dessa parcela de trabalhadores à margem do sistema não pode em nenhuma hipótese ser encarada como uma solução para o mercado" (Ipea, p. 346). Essa "parcela" representa a metade do país.[22]

O fato essencial para nós é que o modelo atual subutiliza a metade das capacidades produtivas do país. E imaginar que o crescimento centrado em empresas transnacionais, grandes extensões de soja (200 hectares para gerar um emprego), ou ainda numa hipotética expansão do emprego público, permitirá absorver esta mão de obra, não é realista. Evoluir para formas alternativas de organização torna-se simplesmente necessário.

O drama no Brasil é representativo de um universo mais amplo: "O emprego informal representa entre a metade e três quartos do emprego não-agrícola na maioria dos países em desenvolvimento. A parte dos trabalhadores informais na força de trabalho não-

---

[20] IMF, *Finance and Development,* June 2007, p. 44

[21] IBGE, *Economia Informal Urbana*, Rio de Janeiro, 2005, p. 29-30

[22] IPEA – *Brasil, o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade* – Ipea, Rio de Janeiro, 2006 – "Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais, constituindo uma distorção a ser combatida"..."Em 1992 o percentual da informalidade era de 51,9%, atingiu 53,9% em 1998, voltando a 51,7% em 2003 e caindo para 51,2% em 2004". Os dados são muito semelhantes praticamente para a totalidade da América Latina. – (pp. 337 e 339)

agrícola varia entre 48% na África do Norte e 51% na América latina e o Caribe, atingindo 65% na Ásia e 78% na África sub-sahariana"[23].

Assim, o drama da desigualdade que vimos acima não constitui apenas um problema de distribuição mais justo da renda e da riqueza: envolve a inclusão produtiva decente da maioria da população desempregada, subempregada, ou encurralada nos diversos tipos de atividades informais. O conjunto das propostas que surgem a partir da OIT sobre o trabalho decente, as visões do Banco Mundial sobre os 4 bilhões de excluídos dos "benefícios da globalização", e um conjunto de iniciativas de desenvolvimento local encontram aqui a sua lógica: um PIB que cresce mas não inclui as populações não é sustentável.

6) Dinamizar a economia pela inclusão produtiva

> *Criar um "ciclo sustentável de crescimento econômico, e promover o fortalecimento do mercado de consumo de massas no país, pela redução das disparidades regionais, pelo crescimento do emprego e pela incorporação econômica dos segmentos mais vulneráveis da sociedade". Dilma Roussef, Guido Mantega*

O problema é no conjunto bastante simples: ao resgatar financeiramente os diversos tipos de manipuladores financeiros que geraram a crise, sem alterar as regras do jogo, estaremos voltando para trás, para o momento que gerou a crise. Não estaremos resolvendo o problema. Na avaliação de Amir Khair, "a injeção de recursos nos bancos - da ordem de R$ 100 bilhões – realizada pelo Banco Central pela redução dos depósitos compulsórios, pouco serviu para aumentar a oferta de crédito dos bancos privados, que preferiram investir em compras de títulos do governo federal, atraídos pela alta taxa de juros básicos (Selic)". (*Consumo interno de ativação da economia,* Estado de São Paulo, 01/03/2009).

Nos Estados Unidos, os rios de dinheiro colocados nas grandes instituições financeiras fortaleceram as reservas nos bancos, mas não se transformaram em crédito ao produtor ou ao consumidor. A análise de Michel Chossudovsky, do Global Research canadense, é que: "os maiores bancos nos EUA utilizarão também este dinheiro caído do céu para adquirir o controle dos seus concorrentes mais fracos, consolidando assim a sua posição. A tendência, portanto, é de uma nova onda de aquisições corporativas e fusões na indústria de serviços financeiros". (*America's Fiscal Collapse,* March 03, 2009, Global Research, p.2)

O assunto é central, pois o objetivo não é alimentar intermediários, e sim proteger a economia, além de proceder à reconversão exigida pelos dramas social e ambiental. E se os recursos injetados no sistema financeiro não se transformam em crédito, em ativação da economia, o esforço simplesmente não atinge os objetivos. Neste sentido a intervenção do Presidente Lula no Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, deu o tom: "É preciso distribuir para que a economia cresça". A política econômica, segundo Lula, "significa produção, geração de empregos e distribuição de renda".

Em outros termos, em vez de colocar mais liquidez em sistemas que vazam, trata-se de dinamizar a economia pela base. Os Estados Unidos encontram o mesmo dilema em escala mais ampla, entre a realimentação dos intermediários com liquidez, ou a dinamização econômica pela base – desintermediando de certa maneira os financiamentos, e fazendo os recursos chegar diretamente a quem os transforma em demanda, produção e empregos. O programa de ampliação de acesso à saúde, por exemplo, de 650 bilhões de dólares, constitui uma iniciativa deste tipo, ainda que muito pequena (é um programa de 10 anos, são 65 bilhões ao ano) em comparação aos financiamentos concedidos aos especuladores. É uma questão de relação de forças.

---

[23] UN – *The Inequality Predicament*, New York, 2005, p. 30

No caso brasileiro, a opção foi claramente pela dinamização da economia pela base. Nos números apresentados pela ministra Dilma Roussef, joga papel central na proteção da economia brasileira a convergência de um conjunto de iniciativas: o aumento do salário mínimo real na gestão Lula foi de 51%, o que favorece tanto os salários da base social (26 milhões de pessoas) como os aposentados com reajuste pelo SM (cerca de 18 milhões de pessoas). O aumento do Bolsa-Família, tanto em termos de recursos como de cobertura, atinge quase 50 milhões de pessoas. O Pronaf, dinamizando a agricultura familiar, estimula tanto a demanda de bens de consumo como a demanda de bens de produção. O programa Territórios da Cidadania disponibiliza recursos da ordem de 11 bilhões de reais diretamente vinculados às administrações municipais das regiões mais pobres. Outros programas, como Luz para Todos, Prouni, formação profissional e outros também criam inclusão econômica, e fortalecem a demanda interna. O PAC, por sua vez, dinamiza a economia pelos investimentos, tanto diretamente nas obras como indiretamente pelo estímulo à industria de insumos. Outro investimento amplo anunciado na Conferência, é o programa de construção de um milhão de moradias, que deve atingir essencialmente a demanda de baixa renda. O BNDES, com 168 bilhões de reais para aplicar, constitui hoje um dos principais eixos de mobilização econômica, tanto através de grandes projetos como pela dinamização direta do setor privado.

No conjunto, é uma visão onde se aproveita de certa maneira a oportunidade que surge na crise. A distribuição de renda, o crédito produtivo e a construção de infraestruturas respondem claramente a demandas prioritárias do país, mas ao mesmo tempo atingem o objetivo de redução da vulnerabilidade frente à crise. No andar de baixo da economia, ninguém faz aplicações financeiras para esperar retorno, o dinheiro circula imediatamente, e se traduz em consumo, demanda e emprego. Os intermediários financeiros, acostumados a trabalhar com baixo volume de crédito, alto *spread* e lucros exagerados, terão gradualmente de se adaptar.

7) Democratizar o governo

> *E o que estamos presenciando agora é a mais completa ineficácia dos Estados dos países centrais para superar a crise. Jorge Beinstein*

Adotar medidas que nos permitam acompanhar o progresso real da sociedade e do planeta é necessário, mas não suficiente. Temos de assegurar que a sociedade tenha mais possibilidade de cobrar os resultados. As críticas ao tamanho do setor público refletem em geral uma visão ideológica e pouco conhecimento da realidade. Nas palavras de um diretor da Ecole Nationale d'Administration, a famosa ENA, melhorar a produtividade do setor público constitui a melhor maneira de melhorar a produtividade sistêmica de toda a sociedade. O Relatório Mundial sobre o Setor Público de 2005, das Nações Unidas, mostra a evolução que houve a partir da visão tradicional da "Administração Pública" baseada em obediência, controles rígidos e conceito de "autoridades", transitando por uma fase em que se buscou uma gestão mais empresarial, na linha do "public management" que nos deu por exemplo o conceito de "gestor da cidade" no lugar do prefeito, e desembocando agora na visão mais moderna que o relatório chama de "responsive governance".

Esta última forma de organização implica que no espaço público a boa gestão se consegue por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto dos atores interessados no desenvolvimento, os chamados "stakeholders". É uma gestão que busca "responder", ou "corresponder" aos interesses que diferentes grupos manifestam, e supõe sistemas amplamente participativos, e em todo caso mais democráticos, na linha da "governança participativa".

O quadro abaixo ajuda a visualizar esta evolução:

Evolução do conceito de governo

	Administração Pública	**Nova Gestão Pública**	**Governança Participativa**
Relação cidadão-estado	Obediência	Credenciamento	Empoderamento
Responsabilidade da administração superior	Políticos	Clientes	Cidadãos, atores
Princípios orientadores	Cumprimento de leis e regras	Eficiência e resultados	Responsabilidade, transparência e participação
Critério para sucesso	Objetivos quantitativos	Objetivos qualitativos	Processo
Atributo chave	Imparcialidade	Profissionalismo	Participação

(Onu, *World Public Sector Report 2005,* p. 7)

A evolução da administração pública tradicional (*Public Administration)* para o *New Public Management* se baseou numa visão privatista da gestão, buscando chefias mais eficientes. A evolução mais recente para o *responsive governance,* que traduzimos aqui por governança participativa, está baseada numa proposta mais pública, onde as chefias escutam melhor o cidadão, e onde a participação cidadã, através de processos mais democráticos, é que assegura que os administradores serão mais eficientes, pois mais afinados com o que deles se deseja. É a diferença entre a eficiência autoritária por cima, e a eficiência democrática pela base. A eficiência é medida não só no resultado, mas no processo.

"O modelo de governança...enfatiza um governo aberto e que se relaciona com a sociedade civil, mais responsabilizada e melhor regulada por controles externos e a lei. Propõe-se que a sociedade tenha voz através de organizações não governamentais e participação comunitária. Portanto o modelo de governança tende a se concentrar mais na incorporação e inlcusão dos cidadãos em todos os seus papeis de atores interessados (*stakeholders*), não se limitando a satisfazer clientes, numa linha mais afinada com a noção de "criação de valor público"..."A teoria da governança olha para além da reforma da gestão e dos serviços, apontando para novos tipos de articulação Estado-sociedade, bem como para formas de governo com níveis mais diferenciados e descentrados"..."A abertura (*"openness"*) e transparência constituem portanto parte deste modelo emergente" (Onu, *World Public Sector Report 2005,* p.13)

O novo modelo que emerge está essencialmente centrado numa visão mais democrática, com participação direta dos atores interessados, maior transparência, com forte abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação, e soluções organizacionais para assegurar a interatividade entre governo e cidadania. A visão envolve "sistemas de gestão do conhecimento mais sofisticados", com um papel importante do aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para a nossa discussão no Brasil e na América Latina, estes pontos são muito importantes. Têm a virtude de ultrapassar visões saudosistas autoritárias, e também a pseudo-modernização que colocava um "*manager*" onde antes tínhamos um político, resultando numa mudança cosmética por cima. É uma evolução que busca a construção de uma capacidade real de resolução de problemas através das pactuações necessárias com a sociedade realmente existente. Esta sistematização de tendências mundiais vem dar maior credibilidade aos que lutam pela reapropriação das políticas pela cidadania, na base da sociedade, em vez da troca de uma solução autoritária por outra.

8) capitalizar o potencial do desenvolvimento local

"Vejo porém o Territórios da Cidadania como um irmão-gêmeo do PAC; gêmeos no sentido de que são iniciativas indissociáveis num projeto de reordenação econômica e social que aproveite as demandas da crise para legitimar novos motores de crescimento".I. Sachs

Com a passagem do milênio, a humanidade tornou-se dominantemente urbana. Isto implica uma outra racionalidade nos processos decisórios e nas instituições que nos regem, pois hoje cada região ou localidade tem um núcleo urbano que pode administrar o seu desenvolvimento, e este núcleo torna-se por sua vez um articulador natural do seu entorno rural. O desenvolvimento local permite a apropriação efetiva do desenvolvimento pelas comunidades, e a mobilização destas capacidades é vital para um desenvolvimento participativo. Inúmeras experiências no mundo têm mostrado que o interesse individual das pessoas pelo seu progresso funciona efetivamente quando ancorado no *collective self-interest* de desenvolvimento integrado do território. Com sistemas simples de seguimento de qualidade de vida local, e o condicionamento do acesso aos recursos à estruturação de entidades locais de promoção do desenvolvimento, gera-se a base organizacional de um desenvolvimento mais equilibrado. Já se foi o tempo em que se acreditava em projetos "pára-quedas": o desenvolvimento funciona quando é participativo. (Projeto Políticas Nacionais de Apoio ao Desenvolvimento Local).

As finanças globais simplesmente não sabem, em última instância, qual a produtividade final dos recursos aplicados, porque estão muitos andares acima na chamada pirâmide da dívida. A racionalidade da alocação dos recursos exige em última instância uma avaliação eficiente do uso final dos empréstimos, coisa bastante mais trabalhosa do que a securitização e semelhantes. O agente de crédito no nível local, que conhece o seu bairro e a sua comunidade, as necessidades e os potenciais da região, torna-se de certa maneira um credenciador da solidez dos usos finais dos recursos. É trabalhoso, exige conhecer a realidade a as pessoas, fazer o seguimento, mas é a única maneira de transformar as poupanças de uns em aumento de produtividade de todos, a chamada produtividade sistêmica do território.

É ampla a experiência nesta área, desde o Grameen Bank no Bangladesh, até as ONGs de intermediação financeira da França, a constituição de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e de Oscips de crédito em numerosos municípios no Brasil. A exigência da aplicação local da poupança da população, com regras mais amplas de compensação entre regiões ricas e pobres através da rede pública, deverá permitir o financiamento tanto da micro e pequena empresa, como de organizações da sociedade civil empenhadas em projetos sociais e ambientais, como os investimentos públicos locais e regionais em saneamento, manutenção urbana e semelhantes.

Os diversos programas sociais do governo, desde o Bolsa Família até o Luz para Todos, convergem no seu impacto de dinamizar o acesso local a recursos mesmo nas regiões mais pobres do país. Esta convergência é agora reforçada com o programa Territórios da Cidadania que representa, segundo Ignacy Sachs, um programa anti-recessivo de recorte rooseeveltiano capaz de compor - ao lado do PAC- uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais. Mas para deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século XXI. São cerca de 20 bilhões de reais para 120 regiões do país.

Esta visão, de apoio ao desenvolvimento local, tanto responde a uma política anticíclica como à democratização do governo e ao resgate das desigualdades.

9) Organizar os instrumentos de regulação financeira

Democratizar não só as agências internacionais, como também as relações trabalhistas – Artur Henrique, CUT

Naturalmente, dado o peso político do sistema especulativo mundial engendrado nas últimas décadas, predomina na mídia e nas tomadas públicas de posição a busca de um simples conserto, que permita aos especuladores voltar aos bons dias. Mas a realidade é que algumas coisas mudaram de forma irremediável, constituindo deslocamentos sistêmicos. Primeiro, há o fato que a credibilidade dos Estados Unidos e o seu papel de liderança planetária, já fortemente abalados pelos golpes desferidos contra as Nações Unidas, as guerras irresponsáveis, o uso escancarado da tortura, e o desprezo geral pela concertação internacional – foram fortemente abalados. Houve um deslocamento geopolítico sistêmico em direção ao mundo multipolar.

Segundo, se já depois do calote de Nixon em 1971, com a desvinculação do dólar da sua cobertura em ouro, já se falava na morte do sistema Bretton Woods, hoje a visão torna-se muito mais ampla, pois houve uma falência generalizada dos mecanismos de regulação que se acreditava serem funcionais. Em particular, a regulação financeira havia sido montada como instrumento destinado a impedir o comportamento irresponsável por parte dos países em desenvolvimento, e a crise surge nos países que se propunham como modelo. Não há instrumentos de regulação multilateral para esta situação. A imagem de um Bretton Woods II, no sentido de uma reformulação sistêmica dos processos regulatórios e das regras do jogo, está no horizonte.

Um terceiro ponto importante, é que diferentemente da crise de 1929, em que cada país se recolheu em posturas defensivas para lamber as suas feridas em mercados protegidos, desta vez há uma atitude concertada e multilateral para se enfrentar a crise. A rapidez com a qual se levantaram recursos para salvar instituições cuja credibilidade é baixíssima, mas cujo poder de estrago é imenso, aponta para uma nova cultura de construção de políticas multilaterais, mas também para o imenso poder político dos especuladores, que tudo farão para conter mudanças estruturais.

Quarto, e particularmente importante para nós, com as sucessivas reuniões do G20, há pela primeira vez um reconhecimento planetário de que o mundo dito "em desenvolvimento" existe não apenas como fonte de matérias primas e de problemas, mas como fator essencial da construção de soluções.[24]

Finalmente, o abalo planetário da confiança nas instituições financeiras não tem volta, pois são milhões os que foram prejudicados nas suas poupanças ou aposentadorias, e circulam em todos os meios de comunicação as contabilidades duplas, o uso dos paraísos fiscais para fraudar tanto o público como as obrigações fiscais, a falsificação dos dados sobre a situação real das instituições, o compadrio que preside às atividades das agências de avaliação de risco. No caso da Enron, depois da WorldCom e da Parmalat, houve uma ofensiva de propaganda em defesa do sistema, sugerindo a imagem das maçãs podres (*bad apples*) num sistema saudável. Hoje, esta imagem mudou, e a reconstrução da confiança só se dará no quadro de mudanças sistêmicas. São muitas *bad apples.*

Não é o caso aqui de entrar no detalhe da enxurrada de propostas que surgem, veremos apenas os rumos gerais. É interessante consultar as propostas elencadas na sequência das reuniões do G20, em que já aparece com força a articulação da crise financeira com

[24] A composição do Comité de Basileia de Supervisão de Bancos é eloquente: "The Basel Committee on Banking Supervision provides a forum for regular cooperation on banking supervisory matters. It seeks to promote and strengthen supervisory and risk management practices globally. The Committee's members come from Belgium, Canada, France, Germany, Italy, Japan, Luxembourg, the Netherlands, Spain, Sweden, Switzerland, United Kingdom and United States." www.bis.org/press/p081120.htm

os desafios sociais e ambientais. As propostas e primeira ações do presidente Barack Obama para reequilibrar a economia norte-americana (indo além do mercado financeiro), também fazem esperar que surja espaço para uma política mais coerente. Mas se trata, até agora, de propostas apenas.

Da mesma forma como Bretton Woods exigiu dois anos de preparação por equipes técnicas, não se fará uma reformulação real em pouco tempo. Trata-se, até agora, de uma ampla lista de idéias. E não devemos perder de vista que os responsáveis (e beneficiários) do sistema jogarão a carta do tempo, esperando que a crise amaine para que nada mude. Elencamos a seguir alguns elementos destas primeiras propostas, sabendo que ainda carecem do arcabouço técnico de sua sistematização e do poder político de sua implementação.[25]

Agrupando as propostas segundo os seus eixos de impacto, as mais significativas vêm na área da governança, já que claramente ninguém estava governando coisa alguma. A principal questão envolve a existência ou não de um instrumento supranacional de regulação financeira global, na linha de uma *World Financial Organization* (WFO) análoga à Organização Mundial do Comércio (WTO na sigla inglesa). Dado o caráter internacional dos processos especulativos, a sua evolução para sistemas racionais de canalização de capitais em função de necessidades reais do desenvolvimento terá de alguma forma ser coordenada ao nível mundial. Qualquer opção neste sentido foi vetada pelos Estados Unidos, que colocaram nas resoluções a afirmação de que os problemas serão resolvidos antes de tudo pelos "reguladores nacionais". Os Estados Unidos assim preservam a sua capacidade de agir mundialmente, mas de se regularem nacionalmente. Com esta visão, evidentemente, simplesmente não haverá regulação. [26]

As medidas concretas envolvem essencialmente a capitalização do Fundo Monetário Internacional, cujos recursos, passando de 250 para 750 bilhões de dólares, poderão apontar a evolução para um mundo menos dolarizado, na medida em que se trata de direitos especiais de saque DES), baseados numa cesta de moedas. Propõe-se igualmente a redistribuição dos votos no Fundo e de outras instituições multilaterais. Continuamos, no entanto, no quadro destas propostas, com o dilema central: a finança se tornou mundial, mas não há nada que se pareça com um banco central mundial. Fluxos mundiais *versus* regulação nacional; processos globais *versus* gestão fragmentada. Será suficiente um tímido reforço do FMI?

Neste plano tem sido ainda colocado um argumento central: com a regulação fragmentada atual, qualquer país que passe a exercer algum controle sobre o movimento de entrada e saída de capitais, visando assegurar o seu uso produtivo e evitar os movimentos pró-cíclicos, passa imediatamente a ser discriminado nos movimentos, tanto pelos investidores institucionais como pelas agências de risco. A regulação, nestas condições, ou é planetária ou ineficiente.

---

[25]. Nesta perspectiva, vale mencionar a ampliação da visão na reunião do G20 em 2 de abril 2009 em Londres: "We have today therefore pledged to do whatever is necessary to restore confidence, growth, and jobs; repair the financial system to restore lending; strengthen financial regulation to rebuild trust; fund and reform our international financial institutions to overcome this crisis and prevent future ones; promote global trade and investment and reject protectionism, to underpin prosperity; and build an inclusive, green, and sustainable recovery." The Global Plan for Recovery and Reform, 2 April 2009.

[26] "We will implement reforms that will strengthen financial markets and regulatory regimes so as to avoid future crises. Regulation is first and foremost the responsibility of national regulators who constitute the first line of defense against market instability." (Declaração final do G20, Novembro 2008, ponto 8 - www.nytimes.com/2008/11/16/washington/summit-text.html). Na reunião do G20 de 2 de abril 2009 a visão é mais próxima das soluções multilaterais, mas o anexo à declaração final, sobre as medidas de regulação financeira, é extremamente tímido.

Os conteúdos da regulação reforçada proposta são relativamente óbvios, e não muito misteriosos: trata-se antes de tudo de limitar a alavancagem, que atingiu conforme vimos níveis absurdos. Trata-se também de assegurar a transparência dos processos, e de organizar o acesso às informações não apenas individualmente, mas em termos sistêmicos.[27] Uma exigência igualmente óbvia é o controle da dupla contabilidade, que se generalizou, bem como o controle dos paraísos fiscais e das fraudes associadas ao "*off-shore*" financeiro. As agências de avaliação de risco ganhariam um quadro regulatório ("*regulatory framework")* e não poderiam ser financiadas por quem avaliam.[28]

Este tipo de recomendações constitui uma visão de que o sistema deve se manter, mas a sua governança deve melhorar. O problema básico, naturalmente, é o das próprias condições da governança. O elefante no meio da sala – o que não dá para não ver, e que é grande demais para mover – é o pequeno clube de gigantes mundiais que maneja todo este processo, que desencadeou o caos e que chamamos por alguma razão misteriosa de "forças de mercado". A delicadeza com que se trata este grupo comove. Na declaração do G20 de 15 de novembro 2008, merece apenas três linhas: "As instituições financeiras também (!) devem arcar com a sua parte da responsabilidade na confusão (*turmoil),* e deveriam fazer a sua parte para superá-la, inclusive reconhecendo as perdas, melhorando a informação (*disclosure)* e fortalecendo a sua governança e práticas de gestão de risco".[29]

No conjunto, é óbvio que um sistema onde um país detém o poder de emitir uma moeda cujo uso é internacional, é estruturalmente desequilibrado.[30] Qualquer proposta de se regular gigantes planetários sem haver um sistema supranacional efetivo é estruturalmente ineficaz. Na realidade, estamos aqui no reino do "*wishful thinking",* de propostas destinadas a negociar a transição até sairmos magicamente do fundo do poço, para saudar a volta dos *happy days* e esperar a próxima crise.[31]

A grande incógnita neste início de 2009, é a nova atuação dos Estados Unidos, com um governo que recebe um país profundamente desmoralizado e caótico nos planos político, militar, econômico e sobretudo ético. Se as forças que estão se agregando em torno a

---

[27] Vários estudos preliminares apontam para o fato que as instituições financeiras faziam o seu cálculo de risco individualmente, mas considerando que o ambiente externo se manteria estável. Assim, ninguém fazia a avaliação de risco sistêmico, nem organizava informações a respeito. Stijn Claessens, do FMI, se refere ao fato que o próprio sistema de informações é inadequado: "The crisis has highlighted the size of information gaps we face, both nationally and internationally. More and better information is needed if markets and authorities are to better assess the build-up of systemic risk. Addressing this requires a review of rules on transparency, disclosure and reporting." - *What G20 leaders must do to stabilise our economy and fix the financial system*, VoxEU.org Publication, November 9, 2008, p. 37 – O documento apresenta visões e propostas de 17 especialistas, em trabalho coordenado por Barry Eichengreen - http://www.voxeu.org/index.php?q=node/2543

[28] Willem Buiter, da London School of Economics, sugere: "Make it impossible to combine rating activities with other profit-seeking activities in the same legal entity" – *What G20 leaders must do...* p. 19

[29] *Statement from G-20 Summit*, 15 november 2008, ponto 8. Esta timidez se mantém nas declarações do G20 de abril 2009

[30] O presidente do Banco Central da China, Zhou Xiaochuan, explcita isto em carta ao FMI: "The desirable goal of reforming the international monetary system, therefore, is to create an international reserve currency that is disconnected from individual nations and is able to remain stable in the long run, thus removing the inherent deficiencies caused by using credit-based national currencies." – Carta ao FMI, in *Wall Street Journal*, 24 de março de 2009

[31] As propostas no Fórum de Davos 2009 mostram essa falta total de realismo frente às novas dinâmicas, o chamado "5I Framework" (Insight, Information, Incentives, Investments, Institutions), na linha dos pequenos resumos dos manuais de gestão. O lema do World Economic Forum nos aparece como bastante irreal: "Committed to Improving the State of the World". WEF, *Global Risks 2009*, p. 14 – http://www.marsh.pt/documents/globalrisks2009.pdf As visões sistematizadas no Fórum Social Mundial 2009, simetricamente, hoje aparecem como bastante mais realistas.

Barack Obama terão dinamismo suficiente para gerar mudanças institucionais, é um ponto de interrogação, mas em todo caso é um potencial e uma oportunidade.

10) Gerar políticas convergentes em termos econômicos, sociais e ambientais

É preciso adotar "uma agenda de prioridades que reconcilie os interesses da economia e da sociedade". Presidente Lula

Tivemos portanto de imediato numerosas propostas de consertos do sistema, sem mexer na sua lógica. A intenção é claramente mostrar que no futuro será diferente, pois teremos governos severos e austeros que cobrarão resultados. Haverá postura e ética no sistema reformado. E os grupos responsáveis por tudo isto, que aliás aparecem tão pouco na mídia quando os dias são bons, passarão a se comportar de maneira socialmente responsável. As propostas surgem mesmo sem muita base institucional ou elaboração técnica, porque uma massa de poupadores no planeta está sendo atingida diretamente – da classe média para cima – pelo derretimento das suas poupanças e das suas esperanças de aposentadoria.[32] E na medida em que o caos financeiro gerado pelos especuladores está atingindo os produtores efetivos de bens e serviços, é o povo em geral que passa a sofrer as consequências. Dentro do sistema, há uma clara consciência da volatilidade política da situação. Propostas, em consequência, surgem rapidamente. A sua implementação – a não ser os trilhões demandados pelos grandes grupos – obedecerá a outros ritmos.

O caos sistêmico gerado e a clara perda de governança econômica, frente ao desespero de uma imensa massa de pessoas prejudicadas, estão gerando um novo clima político. Estão se abrindo possibilidades de se colocar na mesa propostas mais amplas no sentido de um desenvolvimento que tenha pé e cabeça. Mais precisamente, gera-se um espaço para que surjam alternativas de desenvolvimento, e para que – não parece um objetivo exorbitante – o nosso próprio dinheiro sirva para fins úteis. Não se deve sonhar excessivamente – muito do espaço político gerado dependerá da profundidade da crise – e esta é uma incógnita. Mas é importante sim organizar alternativas sistêmicas, pois o que estamos sofrendo é uma crise estrutural de curto e médio prazos dentro de um quadro de crises mais amplas que se avizinham, particularmente nos planos social, climático, energético, alimentar, de água e outros.

As propostas que estão surgindo vêm de pessoas como Jeffrey Sachs, que propõe que o uso dos recursos financeiros seja formalmente vinculado à construção das Metas do Milênio. Stiglitz trabalha com uma visão de fazer os objetivos de qualidade de vida nortearem a alocação de recursos, e não apenas o chamado Produto Interno Bruto. Hazel Henderson resgata a importância da taxa Tobin, que cobraria um imposto sobre transações internacionais especulativas para financiar um desenvolvimento socialmente mais justo. Ignacy Sachs trabalha com a visão de uma convergência da crise financeira com a crise energética e a necessidade de repensarmos de forma sistêmica o nosso modelo de desenvolvimento. Não se trata aqui de um idealismo excessivo, e sim de uma apreciação fria dos nossos desafios.

A perda de empregos por parte de gente que estava cumprindo bem as suas funções produtivas, porque uns irresponsáveis gostam de ganhar dinheiro com poupança dos

[32] Com bom humor, o Economist de 6-12 de dezembro de 2008 mostra na capa um imenso buraco negro, e a manchete "Where have all your savings gone" (para onde foram todas as suas poupanças). O título é uma brincadeira com a música "Where have all the flowers gone" cantada por pessoas alegres em 1968. Mas na realidade, é a poupança de uma imensa massa de pessoas que foi para o buraco, e estas pessoas não estão nada alegres. Na realidade, não desapareceu riqueza, o mundo continua a contar com o mesmo número de casas, de carros etc. É o direito sobre estas casas e outros bens que mudou de mãos. Esta apropriação de riquezas por quem não as produziu, e inclusive desorganiza os processos produtivos, constutui um dos elementos centrais da deformação do sistema.

outros, gera indignação. A perda da base de sobrevivência de cerca de 300 milhões de pessoas no planeta que viviam de pesca artesanal, porque grandes empresas de pesca oceânica estão acabando com a vida nos mares, está gerando outra faixa de irritações políticas. O caos climático está trazendo as primeiras amostras do seu potencial, e está gerando outros desesperos, além de tomadas mais amplas de consciência. A contaminação da água doce por excessos de quimização, insuficiências clamorosas de saneamento, e esgotamento de lençóis freáticos, está levando a um conjunto de crises setoriais que envolvem desde a redução da pesca até à tragédia de 1,8 milhão de crianças que morrem anualmente por não ter acesso à água limpa, e à ameaça de regiões rurais que dependiam de uma segunda safra com irrigação.

Não é o caso aqui de fazer um elenco das nossas tragédias. Mas o fato é que, com um pouco de recuo, já não são crises setoriais, e representam sim uma crise mais ampla de governança local, nacional, regional e planetária. Há uma convergência de problemas que se avolumam, cuja sinergia os torna mais ameaçadores, e cuja raiz comum encontra-se ao fim e ao cabo no fato que os nossos mecanismos atuais de governança não são suficientes. Com a globalização, financeirização e oligopolização de grandes eixos de atividades econômicas, o mercado perde de forma acelerada as suas funções reguladoras. As alternativas, particularmente a capacidade de planejamento e de intervenção organizada, formas participativas e descentralizadas de gestão, gestão em rede e sistemas de parcerias, estão engatinhando. E o papel central do Estado, obviamente, tem de ser resgatado, nas numa visão muito mais horizontal e participativa.

Ignacy Sachs resume bem o dilema: que desenvolvimento queremos? E para este desenvolvimento, que Estado e que mecanismos de regulação são necessários? Não há como minimizar a dimensão dos desafios. Com 6,8 bilhões de habitantes – e 76 milhões a mais a cada ano – que buscam um consumo cada vez mais desenfreado, e manejam tecnologias cada vez mais poderosas, o nosso planeta mostra toda a sua fragilidade. A questão básica que se coloca para a reformulação do sistema de intermediação financeira é que é criminoso o desperdício das nossas poupanças e do potencial mundial de financiamento no cassino global, quando temos desafios sociais e ambientais desta dimensão e urgência, e que necessitam vitalmente de recursos.

O desperdício de recursos financeiros nas dinâmicas atuais é avassalador. Segundo as Nações Unidas, “medidos em termos de paridade de poder de compra do ano 2000, o custo de se liquidar a pobreza extrema – o montante necessário para puxar 1 bilhão de pessoas para cima da linha de pobreza de $1 por dia – é de $300 bilhões”.[33] A realidade é que a utilidade marginal do dinheiro, em termos de sua capacidade de gerar qualidade de vida, decresce rapidamente quanto mais se eleva a renda. Em outros termos, quanto mais os recursos são orientados para a baixa renda, maior é a utilidade. Em termos prosaicos, rendem mais. Assegurar a renda mínima planetária faz todo sentido, é uma forma simples, com as tecnologias atuais, de multiplicar o valor real dos recursos. Como, além do mais, os recursos que chegam à base da pirâmide são transformados em demanda efetiva, e não em especulação, estimulando, portanto, a produção e o emprego, é a própria produtividade sistêmica dos recursos que aumenta. A solução que permite enfrentar simultaneamente os dramas sociais, os desafios ambientais e a racionalidade no uso de recursos econômicos está na resposta organizada às necessidades mais prementes da base da pirâmide. Estamos vivendo a era do desperdício. É tempo de orientar os recursos para os seus usos mais produtivos.

[33] “Measured in 2000 purchasing power parity terms, the cost of ending extreme poverty – the amount needed to lift 1 billion people above the $1 a day poverty line – is $300 billion”. United Nations, *Human Development Report 2005*, p. 38. Sobre a renda mínima e a sua universalização, ver os trabalhos de Eduardo Suplicy, em particular *Renda de Cidadania,* Cortez/Perseu Abramo, São Paulo, 2006 .

As alternativas não serão construídas da noite para o dia. Algumas medidas são óbvias, e já estão sendo amplamente discutidas: controlar os paraísos fiscais, taxar os movimentos especulativos, organizar sistemas de controle e regulação sobre os intermediários financeiros, voltar a separar as atividades propriamente bancárias dos investidores institucionais, criar sistemas locais de financiamento e assim por diante.

Mas numa visão mais abrangente, temos de estar conscientes de que estamos enfrentando a construção de uma nova institucionalidade. O planeta não sobrevive – e muito menos o bípede curiosamente chamado de *homo sapiens* – sem amplos processos colaborativos, visão de longo prazo, planejamento e intervenções sistêmicas. O papel do Estado precisa ser resgatado, já não como socorro de iniciativas corporativas irresponsáveis, mas como articulador de um desenvolvimento mais justo e mais sustentável, e com forte participação da sociedade civil organizada.

Um outro mundo não é apenas possível, é necessário. O desafio para o mundo progressista é aproveitar as janelas de oportunidade que a crise financeira nos abre, para sistematizar uma visão alternativa. Temos de mostrar que uma outra gestão é possível.

Viável? Lamentavelmente, esta não é a questão. As medidas terão de ser tomadas. O aquecimento global, por exemplo, está se dando, e a opção de se queremos ou não enfrentá-lo não está na mesa, e sim o *como.* A crise financeira representa apenas uma oportunidade – e não uma garantia – para organizarmos uma convergência de forças da sociedade interessadas num desenvolvimento que tenha um mínimo de viabilidade econômica, de equilíbrio social e de sustentabilidade.

Organizamos assim, no presente estudo, um conjunto de visões, em torno de 10 desafios que nos pareceram emergir das discussões: o desafio ambiental e o paradigma energético-produtivo, o drama da desigualdade, o papel do Estado, a reorientação do crédito, a participação da força de trabalho, a inclusão produtiva, a democratização do governo, o potencial do desenvolvimento local, a regulação financeira, e finalmente a convergência das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais. Buscamos ilustrar estas visões de maneira ampla, dando ao leitor que não presenciou as discussões um pano de fundo dos diversos problemas abordados, recorrendo tanto a falas do Seminário como a diversos estudos que permeiam esta discussão. Buscamos também fugir aos resumos burocráticos que são frequentemente infiéis e ilegíveis. Pensamos ter sido fieis ao espírito e aos conteúdos fundamentais do evento. E assumimos evidentemente a responsabilidade pelas opiniões emitidas.[34]

O Seminário foi sem dúvida importante, e permitiu dar um salto na visão de conjunto que as pessoas têm sobre a crise e os seus desafios. Mas é uma iniciativa que se dá no contexto de uma discussão que hoje é planetária. Estamos todos à procura de rumos, numa visão construtiva, em que os problemas chave sejam realmente encarados com propósitos transformadores.

[34] Um conjunto de materiais sobre o Seminário, inclusive entrevistas com participantes, pode ser encontrado no site de Carta Maior, no link
http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm?home_id=102&alterarHomeAtual=1

ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DO CDES

Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silca
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais José Múcio Monteiro Filho

Conselheiros – Sociedade Civil

Abilio Diniz
Adilson Ventura
Alair Martins do Nascimento
Amarílio Proença de Macêdo
Antoninho Trevisan
Antonio Carbonari Netto
Antônio Carlos dos Reis (Salim)
Antonio Carlos Valente da Silva
Antônio Neto
Arildo Mota Lopes
Artur Henrique
Bruno Ribeiro
Candido Mendes
Carlos Gilberto Cavalcante Farias
Cezar Britto
Clemente Ganz Lúcio
Daniel Feffer
Danilo Pereira da Silva
Delfim Netto
Denise Motta Dau
Dom Luiz Demetrio Valentini
Enilson Simões de Moura (Alemão)
Fabio Barbosa
Gabriel Ferreira
Germano Rigotto
Horacio Piva
Humberto Eustáquio Mota
Ivan Zurita
Ivo Rosset
Jackson Schneider
João Batista Inocentini
João Bosco Borba
João Elisio Ferraz de Campos
João Felício
João Paulo dos Reis Velloso
Joênia Batista Carvalho
Jorge Gerdau Johannpeter
Jorge Nazareno Rodrigues
José Antônio Moroni
José Carlos Bumlai
José Carlos Cosenzo
José Lopez Feijóo
José Luis Cutrale
Joseph Couri
Juçara Dutra
Júlio Aquino
Laerte Teixeira da Costa
Lincoln Fernandes
Lúcia Stumpf
Luiz Carlos Delben Leite
Luiza Helena Trajano
Lutfala Bitar
Manoel José dos Santos (De Serra)
Márcio Lopes de Freitas
Marcos Jank
Maurício Botelho
Maurílio Biagi Filho
Murillo de Aragão
Nair Goulart
Naomar Monteiro de Almeida Filho
Nelson José Côrtes da Silveira
Oded Grajew
Paulo Godoy
Paulo Simão
Paulo Skaf
Paulo Speller
Paulo Tigre
Paulo Vellinho
Raymundo Magliano
Ricardo Paes de Barros
Ricardo Patah
Robson Braga de Andrade
Rodrigo Collaço
Rodrigo Loures
Rogelio Golfarb
Rozani Holler
Sérgio Haddad
Sérgio Rosa
Sônia Regina Hess de Souza
Tânia Bacelar
Vicente Mattos
Victor Siaulys
Virgilio Costa
Viviane Senna
Zaire Resende
Zilda Arns

Conselheiros – Governo

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Ministro de Estado da Fazenda
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Presidente do Banco Central